



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Susana Maria Fernandes

Branca Dias:

Entre a Lenda e a História nas crônicas históricas de Viriato Corrêa

Rio de Janeiro

2020

Susana Maria Fernandes

Branca Dias:

Entre a Lenda e a História nas crônicas históricas de Viriato Corrêa



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Éverton Barbosa Corrêa

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

C824 Fernandes, Susana Maria.
Branca Dias : entre a lenda e a história nas crônicas
históricas de Viriato Corrêa / Susana Maria Fernandes. - 2020.
93 f.

Orientador: Éverton Barbosa Corrêa.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio
de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Corrêa, Viriato, 1884-1967 – Crítica e interpretação –
Teses. 2. Dias, Branca, 1734-1761 - Teses. 3. História na
literatura - Teses. 4. Lendas na literatura - Teses 5. Crônicas
brasileiras – Teses. I. Correia, Éverton Barbosa. II.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras.
III. Título.

CDU 869.0(81)-95

Bibliotecária: Mirna Lindenbaum. CRB7 4916

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Susana Maria Fernandes

Branca Dias:
Entre a Lenda e a História nas crônicas históricas de Viriato Corrêa

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Literatura.

Aprovada em 30 de outubro de 2020.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Éverton Barbosa Corrêia (Orientador)
Instituto de Letras - UERJ

Prof^a. Dra. Elaine Cristina Cintra
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Eduardo da Silva de Freitas
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à memória do escritor Viriato Corrêa, minha fonte de inspiração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, já falecidos, por terem despertado em mim o gosto pela leitura, especialmente pelas lendas e contos de fada.

A minha irmã Silvia, por sempre ter me incentivado a fazer mestrado e que, com alegria acompanhou todo o meu percurso.

A amiga Ângela Tadei por ter orientado os meus estudos para que eu obtivesse aprovação na pós-graduação da Uerj.

Ao meu amigo e professor João Cezar de Castro Rocha, por ter me orientado na feitura da proposta de trabalho a ser apresentado para a banca examinadora, em uma das etapas do processo para ingresso na pós-graduação da Uerj.

Ao meu amigo e consultor Márcio Vassallo, pelas palavras de incentivo e constantes “injeções de ânimo” ao longo de todo esse processo.

Ao meu professor e orientador Éverton Barbosa Correia, por ter sido de vital importância para que essa dissertação fosse concluída, bem como por suas aulas de poesia, que me trouxeram uma nova perspectiva de leitura. Agradeço a sua incansável dedicação ao meu trabalho e o muito que aprendi com suas orientações.

Agradeço também aos professores Eduardo da Silva de Freitas e Julio França, que integraram a banca de qualificação, aprimorando o meu trabalho com suas sugestões.

A minha amiga Miriam Halfim, professora, dramaturga e Acadêmica da Academia Carioca de letras; além de referência intelectual e pessoal, com extrema dedicação foi leitora crítica e atenta do meu trabalho, tornando-o, com suas observações, mais organizado e de leitura interessante.

RESUMO

FERNANDES, Susana Maria. *Branca Dias: entre a lenda e a história nas crônicas históricas de Viriato Corrêa*. 2020. 93 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Este trabalho se pauta pelo acompanhamento da figura de Branca Dias, personagem histórica e lendária, que está gravada na produção literária de Viriato Corrêa, por meio do conjunto de crônicas publicadas no *Jornal do Brasil*, que estão hoje organizadas em três volumes na Academia Brasileira de Letras; esse arquivo é a base da pesquisa de nosso trabalho, que tem por finalidade demonstrar a produção de crônicas históricas do autor maranhense e todo o alcance literário que elas fomentaram. Por ser Branca Dias uma personagem ambígua, onde se misturam história e lenda, acionamos a obra de Evaldo Cabral de Mello, *O nome e o sangue*, que nos apresenta Branca Dias em sua face histórica. Para maior tentativa de elucidação dessa personagem tão rica e tão simbólica, abordamos neste trabalho a obra de Gilberto Freyre *Assombrações do Recife Velho*, em que a personagem se mostra em sua face lendária. A distinção de gêneros literários anima a investigação, pautada pela personagem na sua dimensão lendária e mitológica, que se fará presente na obra dramaturgicamente de Dias Gomes, *O Santo Inquérito*, e, por fim, para coroar todo o material usado na presente pesquisa, encontraremos sua forte figura no poema “Branca Dias”, enriquecendo a obra poética e memorialista de Carlos Drummond de Andrade, em seu livro *Discurso de Primavera e Outras Sombras*.

Palavras-chave: Branca Dias. Crônicas históricas. Pesquisa.

ABSTRACT

FERNANDES, Susana Maria. *Branca Dias: between legend and history in the historical chronicles of Viriato Corrêa*. 2020. 93 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

This work is about Branca Dias, a character who is both historical and legendary, whose presence we analyze through the work of the writer Viriato Corrêa, who published in the newspaper *Jornal do Brasil* a number of chronicles about her, now organized in three volumes at the library of the Brazilian Academy of Letters; his archives constitute the basis of our research, which aims to demonstrate the production of historical chronicles of our writer, born in Maranhão; a rich work, that has fomented and achieved great literary value. As Branca Dias is an ambiguous character, always mixing history and legend, we chose to use the work of the author and critic Evaldo Cabral de Mello, specifically his book *O nome e o Sangue (The name and the blood)*, where Branca Dias is shown in her historical aspects, as a support for our analysis. In a huge effort to clarify such a rich and symbolic character, we also approached *Assombrações do Recife*, a masterwork by Gilberto Freyre, where he speaks about a legendary Branca Dias. The different aspects and literary genders Branca Dias is found in are an encouragement to our investigation, strengthening this legendary character, that grows to become mythological, as we find it in Dias Gomes dramatist work *O Santo Inquérito*; and last but not least, we conclude our work by mentioning the poem called “Branca Dias”, written by Carlos Drummond de Andrade, whose applauded poetry and memorial work, in his book *Discurso de Primavera e Outras Sombras (Springtime Speech and Other Shadows)* shows all the strength and power of Branca Dias: as a real person, a literary character, a legend and a myth.

Keywords: Branca Dias. Historical chronicles. Research.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	09
1	BRANCA DIAS NA HISTÓRIA	11
1.1	Branca Dias na narrativa de Evaldo Cabral de Mello	11
1.2	Branca Dias na Prosa de Gilberto Freyre	29
2	BRANCA DIAS NA LITERATURA BRASILEIRA	35
2.1	Branca Dias na Poesia de Drummond	35
2.2	Branca Dias na Obra de Dias Gomes	38
2.3	Branca Dias na Obra de Viriato Corrêa	40
3	BRANCA DIAS NA CRÔNICA DE VIRIATO CORRÊA NO JORNAL DO BRASIL	42
3.1	Trajetória Autoral de Viriato Corrêa	42
3.2	As Crônicas de Viriato Corrêa	46
3.3	Descrição circunstanciada das crônicas devotadas à Branca Dias	66
3.4	Análise e Interpretação da Crônica A Branca Dias da Lenda, A Branca Dias da realidade	71
	CONCLUSÃO	73
	REFERÊNCIAS	76
	ANEXO A	78
	ANEXO B	80
	ANEXO C	82
	ANEXO D	84

ANEXO E	86
ANEXO F	88
ANEXO G	90
ANEXO H	92

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo evidenciar a vasta produção de crônicas históricas de Viriato Corrêa, autor maranhense que se tornou um grande cronista da História do Brasil. Também visa compreender a forma de linguagem usada por ele para compreensão do conteúdo histórico. Viriato Corrêa foi um escritor que sempre se preocupou com a forma de como era transmitida a História do Brasil para as crianças ou para aqueles que não a conheciam ou a conheciam pouco. Percebeu que os historiadores tinham dificuldade em transmitir o conhecimento histórico; então, encontra dentro do gênero jornalístico, na crônica, uma maneira de afastar o hermetismo dos historiadores e passa a compor crônicas históricas, tornando-se o pioneiro no gênero e um grande disseminador da História do Brasil. E, em todas as suas crônicas, ele ressalta um personagem histórico. Para este trabalho foi evidenciada a personagem Branca Dias, à qual o escritor devotou oito crônicas, que serão aqui descritas detalhadamente.

Encontramos Branca Dias quando pesquisávamos no acervo do escritor maranhense a sua produção de crônicas. Deparo-mo-nos com três volumes de recortes de jornal contendo várias crônicas, organizadas pelo acadêmico José Carlos de Macedo Soares, que as doou à Academia Brasileira de Letras. Essas crônicas haviam sido publicadas na coluna “Gaveta de Sapateiro” do *Jornal do Brasil*, em 1933. O pioneirismo de Viriato Corrêa é evidente porque nenhum escritor do início do século XX havia tentado, até então, popularizar a História do Brasil. O cronista produziu 140 crônicas, todas publicadas no *Jornal do Brasil*, sendo que vinte e oito delas foram transplantadas para o livro *Casa de Belchior*, onde, aliás, se encontra a crônica “Branca Dias”. Viriato Corrêa teve carreira jornalística profícua. Trabalhou em muitos jornais e revistas. Sua chegada ao *Jornal do Brasil* foi festejada pela imprensa carioca da época.

Viriato Corrêa, ao incorporar a personagem Branca Dias à sua produção literária, se torna o primeiro autor a tratar de uma figura que era conhecida somente no nordeste do Brasil. A partir das crônicas históricas do escritor maranhense, a cristã-nova pernambucana de origem portuguesa pôde ser conhecida em todo Brasil, uma vez que passou a pertencer à poesia memorialista de Carlos Drummond de Andrade, no poema “Branca Dias”. O mesmo aconteceu com o teatro de Dias Gomes, com a peça *O Santo Inquérito*, na qual a personagem central é a bela e lendária Branca Dias. O historiador Evaldo Cabral de Mello dedica a

segunda parte de sua obra *O nome e o sangue* à Branca Dias e à sua descendência. Gilberto Freyre vai incorporar, em seu livro *Assombrações do Recife Velho*, a lenda *No Riacho da Prata*, em que Branca Dias surge como Mãe d'água, assim se torna uma figura híbrida, cristã-nova, mas com ornamentos do candomblé.

Todos esses escritores que trataram da figura mítica de Branca Dias em suas obras estão neste trabalho, como ilustração, para percebermos a importância do trabalho de Viriato Corrêa, pois observamos que as suas crônicas históricas mostram um país que não está só nos livros de história, mas também no folclore, na beleza da poesia, na riqueza da dramaturgia com a sua metalinguagem. Está na boca do povo, que canta, aqui e acolá, a história de tempos distantes. Por conta dessas crônicas históricas, Viriato Corrêa teve seu nome reverenciado pelos professores da época, que lhe sugeriram que as organizasse em livro, o que o escritor fez.

Parece-nos salutar que citemos a importância da obra de Viriato Corrêa para a literatura infantil. O escritor maranhense é o autor do livro *História do Brasil para crianças*; o sucesso da obra foi tão grande que circulou no mercado editorial por 50 anos, com 28 edições e 150 mil exemplares vendidos. Foi publicado pela Companhia Editora Nacional, em 1934. Mas, seu mais célebre sucesso é *Cazuza: memórias de um menino de escola*, considerado um clássico da literatura infantil entre as décadas de 40 e 70 do século XX. O livro segue interessante, sendo editado até hoje. Este escritor cronista, jornalista e acadêmico, tem uma produção literária considerável e sua assinatura se encontra em peças teatrais de sucesso, atreladas aos atores Dulcina de Moraes e Procópio Ferreira.

Podemos dizer que Viriato Corrêa obteve sucesso em tudo a que se dedicou. Foi deputado estadual e federal, ambos os mandatos como representante do Maranhão. O sucesso sempre caminhou com ele, inclusive realizou seu sonho de ingressar na Academia Brasileira de Letras; no ano de sua morte, seu livro *História da Liberdade no Brasil* foi tema para o samba-enredo da Escola de Samba Acadêmicos do Sagueiro, da qual foi sócio honorário.

1 BRANCA DIAS NA HISTÓRIA

Nosso interesse pela figura histórica e ao mesmo tempo lendária de Branca Dias se deu através das pesquisas em um conjunto de crônicas organizadas em três volumes pelo acadêmico José Carlos de Macedo Soares, que foram doadas ao acervo de Viriato Corrêa, na Academia Brasileira de Letras. Essas crônicas foram publicadas no *Jornal do Brasil*, na coluna “Gaveta de Sapateiro”, em 1933. A relevância desta personagem está na oscilação entre a lenda e a história, sob a mediação da literatura. Porém, a mediação literária é de grande importância para visualizarmos a dimensão dessa figura que é, ao mesmo tempo, lendária e histórica. Aqui, a lenda saiu da história, como muitas vezes acontece. O foco da primeira parte da nossa dissertação de mestrado é explorar a importância da figura histórica de Branca Dias e o motivo pelo qual despertou o interesse de Viriato Corrêa - escritor de enorme sucesso à época da publicação das crônicas no *Jornal do Brasil*, algumas delas transplantadas para o livro *Casa de Belchior*, inclusive aquela intitulada “Branca Dias”, em 1936.

1.1 Branca Dias na narrativa histórica de Evaldo Cabral de Mello, *O nome e o sangue*

Para o estudo da figura histórica de Branca Dias, escolhemos o historiador Evaldo Cabral de Mello com seu livro *O nome e o sangue*. Trata-se de leitura complexa, pois a narrativa não é linear, com início, meio e fim. Evaldo Cabral de Mello traça, em sua obra *O nome e o sangue*, todo um percurso de manipulações e engodos feitos pelos genealogistas da época para manter na obscuridade o sangue cristão-novo existente nas famílias nobres açucareiras pernambucanas. Importante deixar claro que neste trabalho não abordaremos com ênfase essa questão; a narrativa histórica será feita pelo viés da figura de Branca Dias, que decerto não é a personagem central da trama, mas, sem dúvida, cabe-lhe o papel de causadora-mor do imbróglio para a nobreza de Pernambuco.

A obra *O nome e o sangue* é dividida em três partes: a primeira, que se intitula “Capitão – Mor do Cabo”, contém quatro narrativas; a segunda parte, “Branca Dias e Outras Sombras”, contém três narrativas e a terceira e última, “Provanças Póstumas de Felipe Pais

Barreto”, traz sete narrativas. Todas elas tratam de genealogias e se relacionam entre si pelas suas ramificações familiares, tendo como moto contínuo perpassando por todas as narrativas as guerras, batalhas e insurreições, que tiveram como firme propósito a expulsão dos holandeses, pondo em evidência o nativismo pernambucano. Também se ressalta nessas narrativas a emblemática Guerra dos Mascates, envolvendo a nobreza e os comerciantes recifenses. Entretanto, em nosso trabalho não será dada maior relevância a esses movimentos, visto figurarem aqui como ilustração, para melhor pontuar o período histórico narrativo.

A primeira parte do livro “Capitão – Mor do Cabo” nos apresenta a figura de Felipe Pais Barreto, nobre, sargento- mor e senhor do engenho Guarapu, integrante da família mais importante de Pernambuco colonial. Felipe se vê às voltas com suas provanças para investidura no cargo de Cavaleiro da Ordem de Cristo. A descoberta de ter ancestral sefardita vai acarretar muitos reveses no seu processo de habilitação. E a ascendente cristã-nova Branca Dias surgirá como a célula-mater desse clã de fundadores de Pernambuco. Nessa ambiência resta demonstrado o inconformismo dos mascates por não terem prestígio social e estarem afastados dos cargos da administração e comando das milícias pernambucanas.

Na segunda parte, “Branca Dias e Outras Sombras”, temos toda a história de Branca Dias, o surgimento de sua prole e como eles se uniram às grandes famílias açucareiras. Tomamos conhecimento da obra de Borges da Fonseca, um linhagista do século XVIII, autor da *Nobiliarquia Pernambucana*, onde são encontradas as genealogias das grandes famílias do Pernambuco colonial, ele mesmo também um ferrenho defensor de que não há descendência de Branca Dias em Pernambuco e muito menos ramificações dessa descendência com a nobreza açucareira. Evaldo Cabral de Mello diz o seguinte: “Pedra de toque da atitude de Borges é a obstinação com que negou que Branca Dias tivesse deixado descendência em Pernambuco”. (MELLO, 2009, p. 81.)

Realmente, era um problema para os nobres a possibilidade de ter sangue sefardita em suas veias. Não foi diferente para Felipe Pais Barreto, que passou toda a vida, desde que foi agraciado com a honra de Cavaleiro da Ordem de Cristo, tentando provar não ter sangue cristão-novo e que houve maquinação por parte de seus inimigos nas suas provanças.

Na terceira parte, temos “As Provanças Póstumas de Felipe Pais Barreto”. Neste título, Evaldo Cabral de Mello faz uma analogia com a obra de Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, na qual o defunto narra a sua vida pregressa. Em nosso caso, Evaldo Cabral de Mello traz toda a vida pregressa dos ancestrais de Felipe Pais Barreto e de

seus descendentes. Todos os fundadores do clã Sá e Albuquerque se encontram nas narrativas que compõem essa parte.

Branca Dias, na narrativa do livro *O nome e o sangue*, é personagem secundária, somente apresentada na segunda parte do livro, dando nome ao capítulo “Branca Dias e Outras Sombras”. Nessa parte, o autor descreve a trajetória da cristã-nova e de sua vasta prole e descendência, que Evaldo Cabral de Mello reconhece ser de muita importância para o surgimento das famílias nobres açucareiras pernambucanas. Branca Dias surge também na terceira parte do livro, mas com menos destaque que no capítulo anterior. Apenas são citados Branca Dias e Diogo Fernandes como exemplo de cristãos-novos que continuaram a praticar a fé ancestral e nela mantiveram os seus filhos. Também nesta mesma parte o autor narra uma denúncia que ela sofreu depois de morta. Uma filha de Branca Dias também é citada neste capítulo.

E, para finalizar, ela é descrita como uma mulher que, como tantas outras no Pernambuco Colonial, cria em sua casa a filha bastarda do marido. Tal gesto difere de sua participação na narrativa de Viriato Corrêa, onde é elemento literário e personagem central nas crônicas históricas. Suponho que esse protagonismo que Branca Dias adquire na narrativa do escritor maranhense se refira ao fato de ser ela cristã-nova, rica, portuguesa, morar no Nordeste e ter contribuído para a colonização do Pernambuco açucareiro, figurando no folclore nordestino como uma assombração do bem, como por exemplo nas lendas de Gilberto Freyre em que surge como “um fantasma que emerge das águas do Capibaribe”. (FREYRE, 2007, p.11.)

Há uma informação importante que Evaldo Cabral de Mello cita com relação à Branca Dias e que muito interessa em Viriato Corrêa: o momento em que se torna lenda e vai aparecer na Paraíba.

Rodolfo Garcia procurou refazer a trajetória da Branca Dias lendária, que se bifurcou geograficamente. Na literatura, ela surgiu em drama escrito em meados do século XIX por autora pernambucana Joana Maria de Freitas Gamboa, como “Branca Dias dos Apipucos”, judia rica que, no começo do Setecentos, e por temor à Inquisição, teria atirado a prata que possuía a um riacho das vizinhanças do Recife, que ficaria conhecido como riacho da Prata. Aí o personagem sumiu para reaparecer na Paraíba, onde vivera até ser queimada em auto-de-fé lisboeta, sacrifício representado em painel que existiu no convento de São Francisco daquela capitania e glossado por escritores da terra como Carlos Dias Fernandes. (MELLO, 2009, p.81-82.)

Após essas explanações, nos ocuparemos da descrição da narrativa histórica presente no livro *O nome e o sangue*, fazendo os recortes necessários para a compreensão da personagem histórica Branca Dias, nosso principal objeto de pesquisa.

Cabe-nos observar que toda a narrativa de *O nome e o sangue* é marcada pelo relacionamento de cristãos-novos e cristãos velhos e ao mesmo tempo pelo mal-estar causado pela presença de sangue sefardita na genealogia de famílias nobres da sociedade açucareira.

Após as devidas observações, analisemos uma breve biografia de Branca Dias, cristã-nova, que deixou larga descendência nas famílias ricas e açucareiras do Recife colonial.

Branca Dias nasce em Portugal na cidade de Viana da Foz do Lima e em 1520 se casa com Diogo Fernandes também cristão –novo, comerciante de tecidos. Em 1540, ocorre algum problema com ele e o recém-criado Tribunal do Santo Ofício e ele vem para o Brasil se fixando em Pernambuco na várzea do Capibaribe. Branca Dias chega depois, pois fora denunciada pela mãe e pela irmã e ficou presa. Após abjurar ficou livre, mas não poderia sair de Portugal, mas fugiu com os filhos e veio para o Brasil se encontrar com o marido. No século XVI diziam que ela havia vindo degredada. O marido perdeu o engenho num levante de índios, mas Evaldo não afirma que ele tenha montado engenho. O casal fixou residência em Olinda e Branca Dias abriu um pensionato para as filhas dos colonos. Várias de suas alunas a denunciaram à Inquisição os ritos que haviam vistos serem praticados outrora na casa da rua dos Palhais. Branca Dias faleceu depois de Diogo Fernandes, em 1588 ou 1589, não há uma precisão de datas. Quatro anos depois, o Visitador chegou a Pernambuco ordenando a prisão dos membros da família que foram embarcados para Lisboa e os restos mortais de Branca Dias foram queimados. (MELLO, 2009, p.82.)

Segundo a narrativa de Evaldo Cabral de Mello, Branca Dias e Diogo Fernandes tiveram um total de onze filhos, três rapazes e oito moças, uma delas com problemas mentais e defeito físico: era alcorcovada. Dentre os rapazes, um não tinha os braços e escrevia com os pés. Um deles se casou com uma cristã-velha e outro foi seguir carreira militar, a serviço da Espanha. As sete filhas de Branca Dias se casaram muito bem; algumas testemunhas afirmaram serem os maridos homens do “governo da terra e cristãos-velhos”. Até a filha de Diogo Fernandes, Briolanja, se casou com cristão-velho que, de carpinteiro, ascendera a senhor de engenho.

O casal de judeus não era desconhecido naquele Pernambuco Colonial do século XVI. Também está presente na genealogia de Agostinho Holanda e Vasconcelos, cuja filha, Brites Mendes de Vasconcelos, é casada com o filho de Branca Dias. E, de acordo com Evaldo Cabral de Mello, há um equívoco na *Nobiliarquia Pernambucana*; o correto é que Branca Dias deixou descendência nas grandes famílias açucareiras, tendo o próprio Agostinho de Holanda e Vasconcelos casado com a neta de Branca Dias, Maria Paiva, e não sua filha com o

filho de Branca Dias. Afirma ainda Evaldo Cabral de Mello “que consta nos registros de Borges da Fonseca, o linhagista, os pais de Maria Paiva, Balthazar Leitão Cabral e Inês Fernandes, mas o genealogista não registrou os pais de Inês.” (MELLO, 2009, p.84.)

A filha de Branca Dias, Andresa Jorge, era muito influente na sociedade de Olinda; casada com um converso, Andresa tratou de unir suas filhas com cristãos-velhos, uma maneira de ascensão social, não se importando com a questão religiosa. A descendência de Branca Dias é muito grande e longeva; até no século XVIII encontramos descendentes da famosa cristã-nova. Essa união com a nobreza, a ponto de se casarem entre si, sem se importar com a questão da cisão étnica entre cristãos-novos e cristãos-velhos, só foi possível porque Branca Dias era rica. Evaldo Cabral de Mello explica o seguinte:

Ainda no século XVIII, o fantasma da cristã-nova quinhentista continuava a assustar: Leiam-se por exemplo, as provanças de Brás Barbalho Feio para ingressar na Ordem de Cristo. As testemunhas são unânimes em apontá-lo como descendente, pela linha materna, da célebre marrana. Fê-lo, inclusive, um seu parente, que se expressou de maneira bastante categórica: Brás “era tataraneto de Agostinho Holanda, casado com uma neta de uma Branca Dias, que viera degredada pelo Santo Ofício por judia e que, por ter muita fazenda, casara as filhas e netas como quis”, razão pela qual Agostinho fora ostracizado pelos parentes. (MELLO, 2009, p.84.)

Observamos nesta citação o inconveniente causado pela presença de cristão-novo na genealogia dos nobres pernambucanos. No século XVIII, esta distinção foi abolida pelo marquês de Pombal. Entretanto, essas cisões religiosas que trazem dominação, que subjagam, que trazem o comando de uma etnia sobre a outra, podem ser extintas judicialmente, muito embora na sociedade vigorem com muita força e dificilmente sejam expurgadas do convívio social. No caso dos cristãos-novos, apesar da extinção nada mudou, as famílias conversas continuaram a sofrer flagelação social. As mudanças são árduas e lentas, principalmente, quando se trata do poder econômico, financeiro, social e da manutenção do seletivo grupo das famílias nobres açucareiras do Pernambuco Colonial.

Nas averiguações de Felipe Pais Barreto para a concessão do hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo se encontrou em sua genealogia a presença de sangue sefardita pelo lado de sua mãe, Maria de Albuquerque, e da avó materna, Dona Brites de Albuquerque, filha de Antônio de Sá Maia. Além disso, ele é casado com a prima Margarida Barreto de Albuquerque, sexta neta de Branca Dias e Diogo Fernandes. Ora, para que fosse concedido o hábito de tão nobre ordem militar e religiosa o habilitando não poderia ter nenhuma mácula de sangue judaico.

Essa ordem de Cristo militar e religiosa era muito conceituada na península ibérica, tendo sido fundada por d. Diniz, em 1315. Para se obter o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo, o candidato recebe do rei a mercê, a graça de se habilitar. Por isso é que ocorrem as averiguações na genealogia do habilitando, para se verificar a ausência de sangue sefardita em seus ancestrais. Evaldo Cabral de Mello explica, na primeira parte do livro *O nome e o sangue*, no capítulo “O Capitão-Mor do Cabo”, que essa investigação tem como propósito destacar a importância da ausência de sangue judaico na árvore genealógica do candidato que pretende ingressar na Ordem de Cristo.

A investigação destinava-se a determinar se o cavaleiro tinha ‘defeito de sangue’, isto é, se descendia de mouro, judeu, preto ou índio, ou se incorria em ‘defeito de mecânico’, vale dizer, se era filho ou neto de indivíduo que exercera atividade ou ofício manual ou se vivera ele próprio desse mister. Na eventualidade de se confirmar qualquer dessas faltas, o cavaleiro era, em princípio, rejeitado, mas El-Rei, como grão-mestre das ordens, tinha o poder para dispensar a mácula, salvo a de sangue judaico, o que competia ao papa. (MELLO, 2009, p.23.)

Dada essa explicação, podemos avaliar a importância dessa Ordem. E o que essa indicação representou para Felipe Pais Barreto, uma vez que não se davam títulos de nobreza a habitantes da América Portuguesa. Contudo, um tio seu, José de Sá e Albuquerque era Cavaleiro da Ordem de Cristo. Essa sociedade açucareira vivia nos moldes das sociedades europeias, com os seus preconceitos de ordem social e religiosa. A discriminação entre cristãos-novos e cristãos-velhos era a tônica da sociedade açucareira do período colonial.

A presença de sangue judaico na nobreza pernambucana acarretava um transtorno para toda a família, pois envolveria a questão da honra ou da reputação, A família com mácula judaica caía no ostracismo. E, no caso em questão, o atingido é membro da família mais importante de Pernambuco colonial. Branca Dias é a ancestral que causa desprazer na genealogia da nobreza açucareira. Tudo será feito para se ocultar este costado sefardita.

No processo de investigação realizado em Pernambuco foram ouvidas testemunhas que a priori conheceram os ancestrais, os pais e avós de Felipe. Todas as testemunhas afirmaram que ele tinha sangue judaico e também disseram com firmeza de onde a avó materna procedia. Felipe foi considerado inabilitado para ingressar na Ordem de Cristo. Evaldo Cabral de Mello explica como era prejudicial ser considerado inábil para ingressar na Ordem de Cristo.

Na Espanha, em Portugal e nos seus prolongamentos ultramarinos, a noção de honra não denotava uma qualidade intrínseca do indivíduo, mas assimilava-se à reputação, à voz pública. [...] Em primeiro lugar, ela dizia respeito à virilidade e à bravura do indivíduo; à fidelidade da sua mulher e à castidade das suas filhas. Mas quando se instalaram na sociedade peninsular a Inquisição, a distinção entre cristãos-novos e o intrincado sistema de discriminação contra as “infectas nações”, a honra passara também a definir-se como “limpeza” ou “pureza de sangue” a inexistência de ascendentes judeus, cristãos-novos, negros ou mouros. (MELLO, 2009, p. 25.)

Percebemos que era muito grave para uma nobre família açucareira ter sangue sefardita em suas veias, pois essa mácula é a mais grave causa de inaptidão para ingressar na Ordem de Cristo. No caso de Felipe Pais Barreto, a presença de sangue sefardita vindo a público ocasionaria uma desmoralização muito maior para ele e sua família, pois nesse momento se dá o início do conflito entre mercadores e nobres que reivindicam acesso aos cargos da Câmara de Olinda. O que vem corroborar esta afirmação é a seguinte citação de Evaldo Cabral de Mello:

O processo de habilitação de Felipe Pais Barreto teria de ser contaminado pela disputa do ponto de vista dos recifenses ele vinha a calhar no propósito de desmerecer as pretensões açucarocráticas que buscavam monopolizar o poder local. Se os mercadores do Recife haviam exercido no começo da vida atividades estigmatizadas pelo trabalho manual, ou se o mesmo ocorrera a seus pais e avós, os pró-homens rurais, por sua vez, não estavam livres do defeito bem mais grave de sangue, sem que por isso deixassem de servir na Câmara de Olinda ou na direção da Santa Casa de Misericórdia. (MELLO, 2009, p.30.)

A divulgação do fato de Felipe ter sangue cristão-novo é bastante desabonador; entretanto, o silêncio referente aos resultados já soa como algo suspeito, pelo que a honra e a reputação de toda a família ficam ameaçadas. Ele juntou todos os documentos familiares atestando que seus parentes, inclusive os descendentes da avó materna, eram membros da Ordem de Cristo. Recorreu da decisão real e solicitou que desta vez as investigações acontecessem em Lisboa, entre os pernambucanos que moravam lá, o que causou certa antipatia na Mesa da Consciência que analisava o processo, justamente por conta da preocupação com a verdade das inquirições.

Branca Dias e Diogo Fernandes eram os ancestrais da mulher de Felipe, Margarida Barreto de Albuquerque: como eram primos, o casal de judeus também era ascendente de Felipe Pais Barreto. Enfim, como foi dito anteriormente, a descendência de Branca Dias foi longeva e vai aparecer para incomodar outra família importante: os Carneiro da Cunha. No caso, são as provanças de Manuel Carneiro da Cunha no século XVIII a familiar do Santo

Ofício. Essa ordem não é tão glamorosa quanto a ordem de Cristo ou mesmo quanto ao título de fidalgo da Casa Real.

Agora, o processo de habilitação era bem mais rigoroso, pois atingia a genealogia da mulher do habilitando. Essa ordem era cobiçada pelo cristão-velho que prosperava porque a atividade mercantil era associada ao cristão-novo, então o comerciante cristão-velho ao atingir prosperidade procurava ingressar no grupo de familiares do Santo Ofício porque trazia vantagem: o defeito de mecânico era esquecido, não havia nem averiguação. Assim diz Evaldo Cabral de Mello:

Contudo, ao libertar o mercador da suspeita de sangue, seu gênero de vida deixava pairar a presunção do outro defeito, podendo comprometer ambições maiores, de vez que, feito familiar, o ‘mercador de sobrado’ partia à conquista dos hábitos de cavaleiro, assaltando o reduto que a açucarcracia teria preferido preservar como sua *chassegardée*. (MELLO, 2009, p. 112.)

Todavia, a nobreza não se interessava em se habilitar a familiar do Santo Ofício por conta da rigidez com relação à pureza de sangue, pois sabia muito bem que as chances de aparecer sangue sefardita na sua genealogia era grande; tampouco desejava ficar em pé de igualdade com os comerciantes do reino. Somente a família Carneiro da Cunha insistia, há muito tempo, em entrar para familiar do Santo Ofício. Justamente porque havia uma suspeita na família de que havia sangue sefardita, o que vinha procurando desmentir há três gerações.

Resumindo a problemática que vamos encontrar com a descendência de Branca Dias, e confirmando o que dissemos sobre a sua descendência longeva e pertencente às grandes famílias pernambucanas, podemos afirmar que os ancestrais da linhagem Carneiro da Cunha haviam se fixado em Pernambuco lá pelos idos do final do século XVI e/ou início do XVII. João Carneiro de Mariz era Lavrador de canas em Ipojuca e, por conta da invasão holandesa, prosperou e se tornou proprietário de dois engenhos. Um de seus filhos se casou com uma filha de Pero da Cunha de Andrade, senhor do engenho São Sebastião, na Várzea do Capibaribe. Um neto de Pero, Felipe Bulhões da Cunha, será rejeitado pela Ordem de Cristo. E Evaldo Cabral de Mello destaca:

[...] embora pelo lado de Bulhões Felipe fosse “muito limpo de sangue, porque bastava que se dissesse que o pai dele era parente de Santo Antônio” (que no século, chamava-se Fernando de Bulhões), no tocante ao costado materno dizia-se que Pero da Cunha de Andrade tivera “parte de cristão-novo[...] por ser sobrinho de Felipe Sarniche, morador em Lisboa”. (MELLO, 2009, p.113.)

A situação de Felipe Bulhões da Cunha não é confortável. A Mesa da Consciência exigiu a certidão de batismo do avô, Pero da Cunha Andrade, mas Felipe não a pôde fornecer, pois todos os livros de assuntos paroquiais, que listavam quem havia chegado em Pernambuco antes da invasão holandesa, haviam sido queimados no incêndio de Olinda. E é nesse momento que Felipe está tentando, sem chances de sucesso, a sua habilitação à Ordem de Cristo. Um bisneto de Pero da Cunha Andrade, Manuel Carneiro da Cunha candidata-se a familiar do Santo Ofício. O pai, de mesmo nome, era importante senhor de engenho, capitão-mor da várzea do Capibaribe, vereador e juiz Ordinário em Olinda, coronel de cavalaria das ordenanças e provedor da Misericórdia. O pai não quis solicitar a honraria para si, preferindo que fosse outorgada ao filho, para elucidar de uma vez por todas a questão de não ter sangue sefardita na família. No entanto, Felipe Bulhões da Cunha atestava como alegação verdadeira a presença de sangue judeu na família Carneiro da Cunha. Evaldo Cabral de Mello esclarece:

Era nas famílias onde havia fama de cristã-novice que a obtenção de cartas de familiares do Santo Ofício era mais apetejada e onde mais esforços se faziam para as conseguirem, entenda-se, nas linhagens que se acreditavam injustamente infamadas, pois as que estavam ao par das suas verdadeiras origens não se atreveriam a tanto. (MELLO, 2009, p.114.)

Segundo Evaldo Cabral de Mello, Manuel Carneiro da Cunha filho era solteiro, chegou de Coimbra bacharel em Direito Canônico, sem ocupação, tinha uma filha natural que era criada na casa de um amigo da família. Para não ter problema com o ancestral Pero da Cunha de Andrade, o candidato se acautelou de uma árvore, preparada por um linhagista da Corte Manuel Carvalho de Ataíde, pai do futuro Marquês de Pombal.

Manuel Carvalho de Ataíde dava Pero como natural de Lisboa, filho de fidalgo madeirense que fora cavaleiro da Ordem de Cristo, e neto de moço fidalgo da Casa de d. João III, e de sua mulher, camareira da rainha d. Catarina, versão que Borges da Fonseca adotara, mas que não cabe confiar, pois Manuel Carvalho de Ataíde gozava de pouca credibilidade como genealogista. (MELLO, 2009, p.115.)

Com todo o cuidado tomado por Manuel Carneiro da Cunha Filho, não é esse o ancestral que irá preocupar, mas sim o seu avô materno Sebastião de Carvalho, que tinha fama imerecida de ter colaborado com os holandeses. Todo o embaraço nas provanças de Manuel Carneiro da Cunha Filho não é com relação ao seu avô colaboracionista - isso não mais importava, já que nesse momento ele era visto como herói de guerra. O imbróglio estava no fato de que Sebastião de Carvalho fora casado com uma neta de Branca Dias, e com ela teve

muitos filhos, afirmaram as testemunhas: “e há muita descendência, tidos e havidos por cristãos-novos”. (MELLO, 2009, p.116.)

Desse matrimônio nasceram duas filhas. A mãe de Manuel era do terceiro casamento com Francisca Monteiro, cristã-velha do engenho de São Pantaleão. Portanto, o candidato não tinha mancha, mas isso não tranquilizou a comissão encarregada da investigação; a dúvida permanecia e com o seguinte foco: Como Sebastião se casou com cristã-nova, pensava-se que ele próprio podia ser cristão-novo também. Evaldo Cabral de Mello diz que “Se Sebastião fora casado com cristã-nova, quem garantiria não ter sido ele também da raça de converso?” (MELLO, 2009, p.116.) Era desconhecida a naturalidade de Sebastião de Carvalho; para o neto, ele era pernambucano, mas havia testemunhas que disseram ser ele natural da Ilha da Madeira. Foram feitas várias investigações na Ilha, porém ninguém sabia de sua existência por lá. O Santo Ofício partiu para Lisboa e Evaldo Cabral de Mello conta o seguinte:

a começar pelo ex-governador Félix Machado, que travara relações com os Carneiro da Cunha ao tempo do seu governo em Pernambuco em 1711 – 1715. Outros dois informantes, ambos aparentados com o habilitando, também garantiram a limpeza de sangue de Sebastião. Havendo-se igualmente sustentado que ele fora natural do Crato (Alto Alentejo), realizaram-se ali investigações tão desapontadoras quanto as da madeira, pois quando o exército castelhano ocupara a vila no decurso da guerra luso-espanhola (1641-68), desbarataram-se os cartórios, sendo poucos os documentos apanhados “pelas ruas, aonde os inimigos iam deitando quantos livros e papéis achavam.” (MELLO, 2009, p. 116.)

A habilitação de Manuel Carneiro da Cunha estava incerta. Entretanto, estando a autoridade inquisitorial na dúvida, decidiu não o condenar como sendo cristão-velho. Ordenou-se nova inquirição, feita em Olinda, e foram ouvidas novas testemunhas, que declararam praticamente o mesmo que os depoentes haviam dito anteriormente: a família Carneiro da Cunha era limpa de sangue, pois procedia do casamento de Sebastião de Carvalho com cristã-velha e não com a neta de Branca Dias. Todos conheciam a família como sendo de cristãos-velhos e seus membros como irmãos e provedores da Misericórdia. Os depoentes disseram também que o habilitando tinha sangue de gentio da terra, em grau bem distante. Evaldo Cabral de Mello destaca que:

Nem todos, porém, revelaram-se bons conhecedores da história local, de vez que um deles cometeu o dislate de assegurar que Sebastião fora “um dos [homens] principais que concorreram à restauração desta terra”, uma leitura pelo avesso da atitude assumida pelo personagem, causada talvez pelo fato de que um irmão seu efetivamente coadjuvara a insurreição luso-brasileira. (MELLO, 2009, p.120.)

Com relação ao que assinalou Evaldo Cabral de Mello houve uma testemunha, o doutor Cosme Alonso de Alarcón, que discordou do que foi alegado pelos outros depoentes; Alarcón conhecia Manuel Carneiro da Cunha, tendo sido seu colega no Colégio de Olinda. O doutor era da nobreza pernambucana de Igarauçu e pai de um padre Jesuíta, que se tornou famoso em Olinda como orador sacro. Este nobre havia tido um desentendimento anos atrás com o governador de Olinda Felix Machado, que proibira que mazombos e reinóis se tratassem com palavras ofensivas. Alarcón compôs umas sátiras ofensivas que circularam largamente por Olinda, resultando em sua prisão. Ele fez algumas revelações importantes ao padre João Guedes sobre a genealogia dos Carneiro da Cunha, o que levou o padre a fazer extensiva pesquisa e a chegar até Branca Dias. Evaldo Cabral de Mello assinala a seguinte declaração feita por Cosme Alonso de Alárcon:

Sempre ouvira dizer que tinham [os Carneiro da Cunha] casta de cristãos-novos, explicando-se que, por parte dos Carneiro, seus avós paternos, não tinha o habilitante [...] fama de judeu ou cristão-novo, nem por parte de sua avó materna,[...] senão por parte do avô materno, porquanto Sebastião Carvalho de Andrade e seu irmão Bernardino de Carvalho foram netos de João ou Manuel de Oliveira, que se dizia vulgarmente ser cristão-novo, cuja notícia teve ele, testemunha, porque lendo uns versos que se fizeram no tempo da guerra de Pernambuco, que variamente falavam de todas as gerações[isto é, linhagens], achou nomeado neles a Bernardino de Carvalho e, especulando o sentido do verso, lhe dissera seu avô que era por ter a dita casta. (MELLO, 2009, p.121.)

A partir dessas revelações, o padre mergulhou nas pesquisas em livros velhos de batizados, casamentos e óbitos. Ele encontrou em cadernos velhos três diferentes pessoas sob o nome de Sebastião de Carvalho, sendo que um deles estava vivo. Evaldo Cabral de Mello narra o seguinte:

[...]. O Jesuíta estava na pista certa: havia sérios indícios de que o avô materno de Manuel Carneiro da Cunha fora aparentado a Antônio de Oliveira. “Porém [concluía], não há quem saiba a raiz e o primeiro tronco desse parentesco”, pairando “alguma suspeita [...] de que todos eles procedem de uma mulher chamada Branca Dias, que veio ao Brasil quando essa terra começou a povoar-se e teve sete filhas que deram princípio a muitas famílias de Pernambuco e é fama constante dela que foi cristã-nova e por cristãos-novos são tidos e havidos todos aqueles de quem consta serem seus descendentes”. (MELLO, 2009, p.124.)

A grande descendência de Branca Dias se ramificou; portanto, creio que não é leviano afiançar que a ascendência materna de Manuel Carneiro da Cunha, que não se sabe ao certo se tinha sangue cristão-novo ou cristão-velho, pode ser de descendentes de Branca Dias, por conta de ser ela uma das primeiras colonizadoras da capitania de Pernambuco. Sebastião de

Carvalho fora casado com neta de Branca Dias em suas primeiras núpcias, como dito anteriormente. Um filho de Antônio de Oliveira, avô do segundo Sebastião de Carvalho, se casara com a filha do primeiro matrimônio de Sebastião. Os Carvalhos eram ligados a Antônio de Oliveira.

Bernardino de Carvalho e Antônio de Oliveira eram, ao tempo do domínio holandês, lavradores de cana do engenho de Pero da Cunha de Andrade; Sebastião, na propriedade vizinha, também trabalhava com o cultivo da cana de açúcar. As relações próximas fizeram com que o filho de Antônio e a filha de Sebastião se casassem; bem como que um outro filho de Antônio se casasse com a filha de Bernardino. Antônio não era de origem conversa; não existe prova documental disso; a questão residia no fato de ser sua nora descendente de Branca Dias. Evaldo Cabral de Mello declara algo importante:

Quando o jesuíta já ia lacrar a papelada para enviá-la a Lisboa, eis que surgiu o documento salvador, descoberto à última hora no fundo de algum contador de casa-grande. Tratava-se do alvará pelo qual d. João IV fizera Bernardino de Carvalho, então súdito do Brasil holandês, fidalgo cavaleiro da Casa Real (1643), donde se inferia que fora natural do Brasil, filho de desembargador da Relação do Porto e neto de outro magistrado, também fidalgo da Casa Real, pertencentes à mesma linhagem *noblesse de robe* a que pertencerá pelo lado paterno o marquês de Pombal. Como se sabia pelo *Castrioto lusitano* que Bernardino tivera um irmão chamado Sebastião, ficava afastada a suspeita relativa à ascendência materna de Manuel Carneiro da Cunha. (MELLO, 2009, p.125.)

A segunda Inquirição de Manuel Carneiro da Cunha foi favorável à sua admissão a Familiar do Santo Ofício, mesmo sem a naturalidade de Sebastião de Carvalho, e embora não constasse que fosse converso, a ausência de tal informação não constituiria um empecilho à sua investidura na Ordem Familiar do Santo Ofício. Além disso, a origem cristã-velha de Sebastião de Carvalho ficou totalmente provada através das árvores genealógicas apresentadas pelos genealogistas que haviam dado seus depoimentos. Evaldo Cabral de Mello assinala que eram “fontes tão boas como quaisquer outras, de vez que na prática inquisitorial não era novidade provar-se a limpeza de sangue pelos professores de genealogia que têm livros de famílias e são versados nesta arte”. (MELLO, 2009, p. 125.)

Quando foram feitas as primeiras provanças de Manuel Carneiro da Cunha, elas haviam sido contestadas, mas agora o Santo Ofício agia de outra forma, não dando crédito às genealogias que tivessem por objetivo expor as máculas das famílias, com o intuito de difamar. O autor do parecer não poupava quem escrevera a avaliação anterior manchando o nome de Manuel Carneiro da Cunha. Esse parecer assegurava que a primeira mulher de Sebastião de Carvalho era descendente de Branca Dias e também que a avó do habilitando

fora a terceira esposa de Sebastião, cristã-velha. Não havia provas que Sebastião fosse aparentado de Antônio de Oliveira, sogro de uma descendente de Branca Dias e tido por cristão-novo.

Branca Dias, com sua vasta descendência, marca presença em uma das famílias mais importante de Pernambuco os Albuquerque. O personagem que vai trazer a linhagem é o Fernão de Melo e Albuquerque que requereu o hábito da Ordem de Aviz e declarou que, pelo lado paterno, era neto de João Pereira da Cunha e de Branca Dias; por causa da guerra com os holandeses, seu processo transitou em Lisboa, embora as testemunhas ouvidas fossem pernambucanas que moravam em Portugal ou estivessem de passagem. As testemunhas não eram unânimes quando se referiram à Branca Dias: umas diziam que ela tinha alguma coisa de cristã-nova e outros sequer sabiam de quem se tratava. A Mesa da Consciência encomendou investigações em Pernambuco e na Bahia. O assunto não prosperou. Entretanto, Evaldo Cabral de Mello conta que:

Como indicam as pesquisas de Gonsalves de Mello, existiu uma filha de Diogo Fernandes e de Branca Dias casada com um vago João Pereira e depois com Antônio Barbalho, cristão-velho da governança de Olinda. Contudo, ela não se chamava Branca, mas Violante Fernandes. Aliás, Fernão, descendia de Jerônimo de Albuquerque e de Felipa de Melo por via materna, o que indica que em finais do Quinhentos e começos do Seiscentos, a família donatarial já se misturara à progênie da famosa conversa. Curiosamente, Borges da Fonseca que se ocupou com vagar da sucessão de Jerônimo, dá Fernão como filho de Diogo Pessoa, sobre o qual não pesava qualquer suspeita de sangue sefardita. (MELLO, 2009, p.85.)

É necessário contextualizarmos toda essa relação entre cristãos-novos e cristãos-velhos e como se dava isso na Colônia tropical portuguesa; citarei um trecho, a título de ilustração, para visualizarmos que o que aconteceu no reino e se transferiu para a colônia, também. Relata Evaldo Cabral de Mello:

Em Portugal como na Espanha, houve penetração de sangue judaico na alta nobreza e inclusive na própria Casa Real: o infante d. Luis teve d. Antônio, prior do Crato e pretendente ao trono, com uma linda judia de Évora. Se a mãe de Fernando de Aragão foi realmente de raça de conversos, os últimos reis da dinastia de Aviz teriam também ascendência sefardita, para não falar dos Habsburgos madrilenos, que reinaram em Portugal, todos descendentes do rei católico. [...] Os apertos patrimoniais da aristocracia estimularam especialmente as alianças entre linhagens fidalgas e cristãos-novos, como ocorreu após a derrota de Alcácer-Quibir (1578), quando muitas famílias nobres para refazerem as suas casas abaladas pela derrocada financeira consentiram nos casamentos mistos.[...] Na Colônia, no século VI sobretudo como também depois, o desequilíbrio demográfico entre os sexos regulava o mercado matrimonial. Com base nas fontes inquisitoriais de fins do Quinhentos estimou-se que, entre os colonos prevalecera uma relação de 3,7

homens para cada mulher; que na Bahia ela diminuía para 2, que, em outras capitanias devia girar em torno de 3,8, mas que em Pernambuco podia chegar a 9,8. Ainda no conjunto do Brasil, a relação entre homens e mulheres seria da ordem de 2,8. Dissimetria tão marcada corresponde às fases iniciais de povoamento, embora a desproporção pernambucana derive parcialmente de distorções intrínsecas à documentação utilizada, a única aliás, disponível para a época. Mesmo descartado esse fator, ainda teríamos uma relação demasiado alta, resultante de que o maior vigor da economia açucareira na capitania atraiu para ela parcela mais substancial da emigração portuguesa. Em Olinda, por exemplo, uma série de atividades subalternas eram monopolizadas por reinóis do sexo masculino, antes de se tornarem nos séculos XVII e XVIII relegadas aos escravos ou a população mestiça, mas livre de ambos os gêneros. (MELLO, 2009, p.92.)

Era irrelevante como o casal Branca Dias e Diogo Fernandes se fixou na terra e sua extensa prole veio a se casar com cristãos-velhos ou cristãos-novos. Como o número de mulheres brancas na Colônia era muito reduzido, o preconceito entre cristãos-novos e cristãos-velhos estava abrandado. Na maioria dos casos, a noiva cristã-nova vinha de casamento misto, tendo metade ou um quarto de sangue judaico, podendo ser inteiramente cristã-nova. Outros cristãos-velhos davam as suas filhas em casamentos para cristãos-novos, porém somente se fossem ricos ou em vias de se tornarem abastados. Os comerciantes cristãos-novos viam com reserva essas uniões, não por conta da crença religiosa, mas por conta da vida nômade que levava a maioria desses cristãos-novos. Quando se fixavam na terra, ao se tornarem senhores de engenhos ou lavradores de cana, resolviam se casar na capitania.

Por ser Branca Dias ancestral da mais importante família açucareira, os Sá e Albuquerque, que se originaram de Jerônimo de Albuquerque, considerado o fundador de Pernambuco ou o “Pai fundador”, como se refere Evaldo Cabral de Mello, torna-se importante descrever parte da descendência de Jerônimo de Albuquerque com os devidos recortes, dentro do que nos interessa nesta dissertação, porque seus descendentes, bem como as relações com cristãos-novos, estão elencados em toda a narrativa de *O nome e o sangue*.

Jerônimo de Albuquerque tivera onze filhos de seu casamento com Felipa de Melo e oito com Maria do Espírito Santo, a segunda esposa. Teve mais cinco filhos, frutos de suas aventuras com mulheres brancas e índias: ao todo, 24 filhos. Não há uma exatidão dessa descendência, mas alguns mencionaram nove ou dez filhos bastardos. Nem o próprio Jerônimo sabia ao certo quantos filhos tinha. Em seu testamento reconheceu por filha uma mameluca, sua filha com uma escrava e também outra, mestiça, criada em sua casa, mas sem saber se eram mesmo suas filhas. Evaldo Cabral de Mello esclarece:

A ignorância do pai era compreensivelmente maior nos filhos. Segundo Pero de Albuquerque, os irmãos e meio irmãos que lhe deixara Jerônimo teriam sido “trinta e tantos[...] dos quais dez eram legítimos [...] e os mais com ele são filhos bastardos

que o dito seu pai houve em brasilas”. Pero computou seguramente os vivos e os mortos, pois seu irmão Salvador de Albuquerque fornecia um total que se aproxima do de Borges da Fonseca: Jerônimo, tivera com Felipa oito filhos, “quatro machos e quatro fêmeas”, além dos que tivera com as índias, que “foram muitos os que já morreram, e ora só são vivos entre machos e fêmeas, treze ou cartoze”. Tanto Pero quanto Salvador desconheciam avós e tios paternos e maternos, exceção de d. Brites de Albuquerque, que “foi senhora desta terra”. (MELLO, 2009, p. 96-97.)

A descendência cristã-nova presente na prole de Jerônimo de Albuquerque causou alguns dissabores, tais como o impedimento do ingresso de Fernão de Melo e Albuquerque na Ordem de Aviz, por ter como avó paterna Branca Dias. Mas Fernão de Albuquerque pode ter tido outra linhagem, afirma Evaldo Cabral de Mello, pois o genealogista Borges da Fonseca pode ter-lhe atribuído outra paternidade, confundindo-o com homônimos. O Cristão-novo que fosse rico podia casar com os herdeiros das grandes famílias açucareiras pernambucanas. O casal Branca Dias e Diogo Fernandes era cristão-novo, mas cumpria os rituais judaicos e seus filhos seguiram a mesma regra, casando-se com cristãos-velhos, sem o intuito de os converter.

A família não escondia a fé que cultivava, tanto dentro de casa como na rua. Muitos cristãos-novos disfarçavam a situação e só cumpriam os rituais em casa, mantendo na rua as aparências, agindo como católicos. Outros romperam com a fé antiga, mas nunca aderiram com veemência à fé católica. Duarte de Sá da Maia, o vereador mais antigo da Câmara de Olinda e trisavô de Felipe Pais Barreto, e conseqüentemente, parente de Branca Dias, era o vereador mais velho de Olinda e também tinha sangue sefardita, meio cristão-novo pelo lado materno. Em 1563, Duarte de Sá sofrera um naufrágio indo para as Índias na companhia de um tio materno, Francisco de Sá de Menezes, mas a nau naufragou no litoral baiano, tendo ele sobrevivido porque agarrou-se a uma tábua da embarcação.

Logo depois disso, o vereador quis retomar a viagem para o Oriente, mas achou preferível aceitar a proposta do governador e lutou contra os índios que, provavelmente, eram de Sergipe. Por conta do bom trabalho desempenhado, recebeu o título de cavaleiro, dado por El-Rei, através de uma autorização especial dada ao governador. Ocupara o cargo em Pernambuco de juiz de Órfãos e escrivão da Câmara de Olinda. Comandou uma companhia de ordenanças por quinze anos e dividiu o governo de Pernambuco com o bispo do Brasil, Dom Antônio Barreiros. Em muito pouco tempo Duarte de Sá passou a fazer parte do seleto grupo de “Homem principal da terra”. Evaldo Cabral de Mello faz o seguinte destaque:

[...] Quanto à expressão “homem principal”, herdada do Reino, ela teve duplo sentido na sociedade brasileira do Quinhentos e do Seiscentos, significando, em primeiro lugar, o colono abastado, que, independentemente até a despeito de sua origem, havia obtido uma posição de poder e prestígio. Em segundo lugar, “homem

principal” denotava os filhos e netos desses colonos, isto é, os membros das ‘famílias principais’ que, a partir da segunda metade do século XVII reivindicarão o status de “nobreza da terra”. Consoante estudioso do assunto, havia assim, ao lado de uma “principalidade individual”, uma “principalidade familiar”. (MELLO 2009, p. 146.)

Explicação bastante esclarecedora de Evaldo Cabral de Mello mostra que a nobreza não sai dos extratos nobres. Essa nobreza açucareira tem um embrião, que pode ser a trajetória de vida desses homens, que se resume em suas ações, seus feitos honrosos nas guerras e insurreições e do cultivo da terra que a torna lucrativa. E, também, essa nobreza pode ter origem em homens saídos de funções burocráticas. A semente que faz brotar a nobreza da terra pode não ter nada nobre, pelo contrário, pode ter mácula e mácula seria ter sangue judaico, o que ao final seria totalmente plausível, uma vez que não causa nenhum empecilho para ser tornar “homem principal da terra”.

O sangue de Branca Dias está inserido nas famílias desses homens principais da terra. Como era rica pôde se envolver nas grandes famílias pernambucanas, casando seus filhos, tendo seus netos e bisnetos com metade do sangue cristão-novo e metade cristãos-velhos, ou totalmente cristãos-novos. Como disse anteriormente, isso era irrelevante para a famosa marrana e seus descendentes. A cristã-nova rica, que está presente na genealogia dos nobres pernambucanos teve seus bens sequestrados e leiloados. Segundo alguns historiadores, seus ossos foram levados para Lisboa para serem incinerados. Mas é a matriarca de uma das famílias mais importantes do Pernambuco Colonial: os Sá e Albuquerque.

O nome e o sangue – Uma parábola genealógica no Pernambuco colonial, traduz em sua narrativa uma espécie de alegoria, uma metáfora da realidade. Evaldo Cabral de Mello narra as genealogias forjadas, e as artimanhas da nobreza para criar genealogias que ocultem uma ancestralidade inconveniente. A história descrita nas genealogias nem sempre são a tradução da realidade. Para o bem ou para o mal. E é sobre isso que discorre este livro, genealogias e manipulações genealógicas, guerras e insurreições contrárias à invasão holandesa. Contudo, vemos que todo esse movimento funciona como ilustração para dar realce às relações entre cristãos-novos e cristãos-velhos. Relações puramente cotidianas.

Nesse trabalho quisemos vislumbrar essa relação a partir da personagem Branca Dias, nosso objeto de pesquisa. E, após fazer a leitura da narrativa de Evaldo Cabral de Mello, podemos compreender a razão do escritor maranhense destacá-la em suas crônicas. Viriato Corrêa quis dar relevo à figura emblemática de Branca Dias, judia rica que, através de sua vasta descendência, se tornou a ancestral das famílias mais importantes do Pernambuco

Colonial. A colonização de Pernambuco está ligada à presença do colono cristão-novo que chegou no início da formação da capitania e se tornou senhor de engenho, dando origem à formação das nobres famílias recifenses.

Após conhecer toda a narrativa de *O nome e o sangue*, que é a base desse trabalho, podemos inferir que a genealogia serve para desmascarar o poder dessas famílias, que se orgulham da nobreza que ostentam. Nesse momento, o maior pavor desses nobres é constatar que em sua árvore genealógica existe a presença de cristãos-novos. Ora, estamos no Brasil Colonial, totalmente dominado por um regime autoritário empregado por normas rígidas importadas da Europa ibérica, ainda sob os auspícios do medievalismo. A vida na colônia portuguesa dos trópicos não é fácil, principalmente para os cristãos-novos, que vivem com o constante medo do Tribunal do Santo Ofício que, à época, barbarizava na Espanha e em Portugal.

Todo esse clima tenso com relação à etnia cristã-nova vem da repulsa que as ordens religiosas e militares tem dos conversos. Pois para o ingresso em uma dessas Ordens, o candidato precisa apresentar uma linhagem limpa de sangue sefardita - não cito as outras etnias proibitivas - porque o sangue converso é a mancha mais grave; as outras podem ser descartadas. Por ora, o que nos interessa nesse trabalho é o sangue cristão-novo. Tudo se passa nesse período em que Pernambuco, principal cidade do Brasil Colonial, está mergulhado no sistema patriarcal, que imperou no século XVI e em toda a colônia portuguesa, nos trópicos. E, como marco desse sistema, temos o patriarcalismo, marcado pelo homem provedor, o dono da terra, da mulher, dos filhos e dos escravos.

Nesse momento, quem reflete muito bem esse sistema é o grande nome fundador da família mais importante do Pernambuco colonial: Jerônimo de Albuquerque. Sua descendência se mistura à de Branca Dias, a judia rica e matriarca de uma família que se casou, indiscriminadamente, com cristãos-velhos e com cristãos-novos. E muitas dessas uniões foram com os Albuquerque, pelo que Evaldo Cabral de Mello assinala o seguinte:

Os próprios descendentes de Jerônimo de Albuquerque aliaram-se a famílias cristãs-novas ou meias cristãs-novas, e quando se fala em Jerônimo, está se falando do povoador por antonomásia, do “pai fundador”, referência última de toda a genealogia pernambucana e mito integrador da nobreza da terra, tanto vertical, na sucessão das gerações, quanto horizontalmente, na coesão das parentelas. (MELLO, 2009, p.95.)

Branca Dias e seus descendentes são os causadores de um problema que não tem fácil solução, pois mesmo que os genealogistas consigam apagar o sangue sefardita nas genealogias dos nobres, a suspeita pode persistir. Então, nos deparamos com um ardil mais forte: a criação de genealogias ligadas a heróis, a santos e até ao Antigo Testamento. Mas isso também é algo complexo, pois por conta dos processos para habilitação nas Ordens Militares e Religiosas depoimentos são tomados, e estes serão levados em consideração, por refletirem a voz do público. O julgamento é subjetivo, dando margem a mentiras. Contudo a nobreza encontrou um modo de preservar o sangue limpo de mácula judaica e um meio de preservar os bens, fazendo uso da endogamia. Muito bem, isso poderia resolver o problema. Acontece que o ancestral judeu do lado materno pode ser o ancestral judeu do lado paterno; não os torna, pois, parentes entre si? Ambos podem ser originários do mesmo tronco. Portanto, o problema continua.

Nesse particular, os genealogistas só podem fazer uma coisa: criar genealogias fantásticas, de forma que desapareça de uma vez por todas o sangue cristão-novo. Branca Dias incomodou o genealogista Borges da Fonseca, que escreveu a *Nobiliarquia Pernambucana*, elencando as genealogias das famílias mais importantes de Pernambuco Colonial e, segundo Evaldo Cabral de Mello, não aceitava que a judia tivesse deixado descendência em Pernambuco, principalmente dentro da família Sá e Albuquerque, a mais poderosa desse período colonial. Apesar de negar a existência de descendentes de Branca Dias, o genealogista registra em seu livro a presença de descendentes da rica judia em outra importante família: os Holanda e Vasconcelos.

A figura simbólica de Branca Dias faz parte da oralidade do povo pernambucano e já compõe o fabulário nordestino. Ela se junta a personagens lendárias do universo maravilhoso medieval em que mulheres encantadas se tornam a pedra angular da fundação dos clãs de famílias aristocráticas. Mulheres imortalizadas pela literatura, que atravessam gerações. Branca Dias, sem ser a personagem central do livro *O nome e o sangue*, faz parte da história do Pernambuco Colonial. Esta cristã-nova é a ancestral conversa das maiores famílias da era açucareira pernambucana, os Sá e Albuquerque que povoaram Pernambuco, e que, por conta da endogamia, fez com que a descendência de Branca Dias e de seu marido Diogo Fernandes se proliferasse pelo Brasil até os dias de hoje.

Após a sua morte, no século XVI, Branca Dias torna-se uma personagem mítica, que oscila entre a história e a oralidade. Está retratada também num painel que descreve um auto-de-fé lisboeta, num convento, na Paraíba. Torna-se personagem do drama escrito em meados

do século XIX, por Joana Maria de Freitas Gamboa, “Branca Dias dos Apipucos.” E, no século XX, consta das crônicas de Viriato Corrêa como personagem participante na colonização do estado de Pernambuco. Na narrativa de Gilberto Freyre, é a judia rica que mora nas águas do Rio da Prata, que encanta e assombra. Na poesia de Carlos Drummond de Andrade, torna-se musa do poema “Branca Dias” e o dramaturgo Dias Gomes escreve a peça *O Santo Inquérito*, onde encontramos Branca Dias num engenho na Paraíba, despertando no padre Bernardo uma paixão tão violenta que a leva para morte na fogueira da Inquisição.

1.2 Branca Dias na prosa de Gilberto Freyre como parte das *Assombrações do Recife Velho*

Para ter acesso à figura de Branca Dias como bem simbólico gravado na memória popular do povo pernambucano e nordestino, acionaremos a prosa ensaística de Gilberto Freyre, com o seu livro *Assombrações do Recife Velho - Algumas notas históricas e outras tantas folclóricas em torno do sobrenatural no passado recifense*, editado pela Global editora, no ano de 2008, 6ª edição. A obra traz em seu Sumário um texto de abertura de Newton Moreno, autor e diretor teatral. Os prefácios das duas primeiras edições estão assinados por Gilberto Freyre, bem como a Introdução. Na primeira parte, temos Alguns Casos e na segunda e última parte, temos Algumas Casas.

Neste livro Gilberto Freyre faz um passeio pelas ruas, casas e logradouros do Recife Velho, rememorando o passado colonial com uma narrativa criativa e bem-humorada. Os fantasmas e seres estranhos que convivem, com certa frequência, entre os recifenses, são assombrações inseridas na História do Brasil, do Nordeste e de Recife. Ele conta, através dos fantasmas que povoaram as suas ruas, os sofrimentos de negros, brancos, judeus e mouros inseridos no período açucareiro. O país, em seus primeiros passos, traça a sua complexidade. Gilberto Freyre se volta para as lendas da capital, lendas urbanas de acordo com as crendices e histórias contadas por um e por outro, ainda em sua casa-grande.

O período açucareiro desse Recife Antigo recheado de assombrosas lendas nos traz o fantasma de Branca Dias, a judia rica que jogou sua prataria nas águas do Rio Capibaribe quando perseguida pela inquisição e foi queimada (em efígie) nas chamas do Santo Ofício, conforme o povo diz. Ainda segundo a lenda, a judia repousa nas águas do Rio da Prata, que

obteve esse nome justamente por guardar a sua prataria. Gilberto Freyre, ao longo de vinte anos, registrou histórias contadas por seus fiéis contadores, gente antiga que muito sabe do lugar onde vive. Também pôde contar com os arquivos da polícia, com suas notificações de queixas de casas mal-assombradas, fantasmas molestadores, material de cronistas da cidade no período do Império. Apesar disso, o que trouxe um toque pitoresco em toda essa coleta de histórias foi a denúncia de um homem que o procurou no Jornal *A Província* pedindo providencias para retirar os fantasmas alojados em uma casa do bairro de São José, no Recife.

Todo esse material foi matéria prima para que o sociólogo construísse o seu livro *Assombrações do Recife Velho*. Gilberto Freyre consegue, em sua narrativa bem-humorada, fazer uma releitura de mães-d'água, caboclas, como a Iara, africanas como Oxum e Iemanjá e também Branca Dias, que agora assombra nas águas do Capibaribe. Nesta obra constam os diabos negros, os exus, que são os escravos africanos, os demônios de cabelos ruivos que assustavam os recifenses à época da invasão holandesa, como espectro do medo dos holandeses. Recife reflete, em suas ruas e logradouros, o período colonial, nos fantasmas de negros aflitos, açoitados até a morte em locais como o Sítio da Capela. Pelas noites, vozes suplicantes são ouvidas na Cruz do Patrão, onde também foram fuzilados revolucionários e negros fujões. O diretor e autor teatral Newton Moreno diz o seguinte:

O sobrenatural reside nos nomes de vários logradouros da cidade de Recife: rua do Encantamento, rua dos Sete pecados mortais, bairro dos Aflitos, bairro de Afogados, praça Chora-Menino, bairro da Encruzilhada. Todos com suas justificativas para os nomes que carregam. E desse trânsito metafísico de tantas crenças, observa-se a fixação lusófona pelo aspecto da morte. Lirismo e morte, sebastianamente portugueses, que imantam a cultura nordestina de um saudosismo atroz, que não se desvencilha de seus mortos, que sofre e carpe os seus mortos, que os reinventa em aparições e crenças mil. Mesmo em alguns folguedos e “brinquedos” de rua. O livro reergue esses fantasmas, evocando-os para entender-nos. (FREYRE, 2007, p.12.)

O que podemos entender dessa presença sobrenatural é que o mundo do eterno nos traz a realidade de nossa história. Gilberto Freyre nos mostra os fantasmas negros, índios, caboclos, mamelucos, judeus, mouros, portugueses, degredados e holandeses. Fantasmas escravizados, vilipendiados, colonizados, invadidos e invasores, seviciados, assassinados, colonizadores e imperialistas. Toda essa falange etérea faz parte da formação de nosso povo, ilustra uma parte da história do nosso Brasil. Neste Livro, encontramos também um pouco de sua famosa obra *Casa-Grande e Senzala*, quando nos insere na casa-grande patriarcal, horizontal, latifundiária e feudal. Seus cômodos imensos nos fazem mergulhar na história de nossos antepassados - como senhores ou como serviçais. Newton Moreno nos diz:

A casa grande acolhia a todos. Santos, em suas capelas e decorando sua extensão de corredores, mortos, enterrados dentro da propriedade; vivos, famílias inteiras de senhores e escravos; e fantasmas. Uma hierarquia reelaborada nos sobrados da cidade do Recife. (FREYRE, 2007, p.13.)

Gilberto Freyre, com sua narrativa, quer revelar o que se tenta esconder para a formação da identidade desse povo mestiço, que tem um passado que está longe de despertar orgulho e um presente repleto de interrogações e de diferenças originadas de tempos duros de opressão e absoluta falta de liberdade. O dominador é o senhor da terra e de vidas cativas. O patriarcalismo, que é a Casa-grande e a senzala do povo sufocado, vai produzir os seus fantasmas, que surgem aos gritos de choro e lamurias por terem perdido suas vidas, mas que renascem para mostrar que o presente sangra pela dor de ontem. O autor e diretor teatral Newton Moreno classifica Gilberto Freyre como:

Um homem com poderoso poder de escuta. Um ouvido sensível e voraz para auscultar o batimento do povo, recolher seus depoimentos. Suas rezas mais inauditas, suas receitas mais prosaicas, seus medos mais improváveis/risíveis. Onde os detalhes mais ínfimos e simples são aqueles que ajudam a construir a grandeza de nossa cultura. São os que modelam o caráter nacional. (FREYRE, 2007, p.14.)

Gilberto Freyre não se furtou a ouvir o que o povo tinha para contar. E descobriu uma história brasileira que não era vista, mas sentida, essa narrativa que passa pela oralidade e vai enriquecer a narrativa escrita, que surge para immortalizar o que é visto e ouvido. Isso é o que revela o livro de Gilberto Freyre, *Assombrações do Recife Velho*: mostra a nossa cara, a cara de um Brasil em construção, onde convivem muitos povos, várias culturas, muitos passados, que vamos desvendar a partir dessa falange etérea que nos mostra um país que quer revelar seu passado oculto, ao mesmo tempo, que o presente já expõe o passado. O nosso caráter nacional é produzido pelos muitos que somos. São vários povos, muitas línguas e histórias. As assombrações que Recife nos mostra vêm delinear o caráter nacional.

Por ser a história de Recife envolta no mistério do sobrenatural, esse aspecto torna a cidade muito singular. Ela se destaca das outras capitais que, mesmo tendo um passado colonial forte, não têm um relacionamento com o “além colonial”, como Recife. Usamos essa expressão “além colonial” por suas assombrações, que moram nas ruas e encruzilhadas da capital pernambucana, saídas do passado colonial, tais como a aparição do diabo da magia europeia, a que se referiu Gilberto Freyre. O clima fantasmagórico marca a presença do trauma da invasão holandesa, que acompanhou o povo pernambucano. Destaco uma história

de assombração relacionada a esse passado colonial, retirado de um dos depoimentos dado a Gilberto Freyre por uma de suas contadoras de história.

Pois no Recife duas simples mulheres, uma madrugada na campina da Casa-Forte, ficaram assombradas com a figura estranha que lhes teria aparecido de repente; e que, segundo a tradição, foi não a cabra – cabriola – que esta não gosta de velhas, mas só de meninos – nem mesmo Exu, diabo só dos negros, e sim o próprio diabo dos brancos com toda a sua vermelhidão e toda a sua inhaca terrível de enxofre e de breu. Contou-me a história Josefina Minha- Fé, moradora dos arredores de Casa-Forte, salientando: ‘Mas isso foi no tempo antigo’. Talvez ainda no século XVII: “No tempo dos Framengo”. (FREYRE, 2007, p.35.)

O fantasma era ruivo, do tempo dos flamengos, portanto, holandês. Nesse momento da invasão holandesa, chegaram no Recife muitos calvinistas e judeus, e o povo pernambucano tinha muito medo deles. Então, a figura do cristão-novo causava pânico no católico recifense. Inclusive, o motivo das águas do rio em Apipucos serem mal-assombradas se deve ao fato de Branca Dias, a judia rica, ter jogado sua prataria no rio, para fugir da Inquisição.

Gilberto Freyre reserva um lugar para Branca Dias em sua prosa recheada de assombrações, que transforma Recife em uma seara de mortos que contam a sua história e que convivem com os vivos, como se tivessem necessidade de vida. Ela não é apenas mais um fantasma ela mora nas águas do Capibaribe, ela é a guardiã de sua prataria. Ela surge em noite de São João para encantar, como as sereias, mas ela é mais do que isso. Branca Dias é Mãe-d’água e em Recife existe uma velha crença de que há mãe-d’água nas águas do Rio da Prata. Transcrevemos alguns trechos da lenda:

Dizem que em Apipucos uma moça cuja maior vontade era casar – casar com um homem muito rico ou simplesmente casar, pois numa época em que as sinhazinhas casavam aos 13,14 anos, ela já estava passando dos 20, solteirona – saiu de casa com a mucama, noite de São João, para “tirar a sorte” de ver ou não ver, menos a própria imagem, que a de noivo ou futuro marido, nas primeiras águas que encontrasse. As primeiras águas que encontrou foram as do riacho da Prata. Decidiu debruçar-se sobre elas. Disse à mucama que esperasse: “Espera um pouco, Luzia”. Pois, segundo o rito, só desacompanhada ou sozinha a pessoa podia tirar a sorte. O mesmo que acontece com botija de dinheiro enterrado: só desacompanhada a pessoa a quem foi revelado misticamente o esconderijo pode desenterrar o tesouro. (FREYRE, 2007, p.82.)

De acordo com Gilberto Freyre, as águas dos rios Capibaribe e Beberibe, em noite de São João, eram reveladoras do futuro das pessoas. Naquele Recife Velho, os recifenses acreditavam que as pessoas que se debruçassem às margens desses rios e não vissem na água

a própria imagem ou cabeça, estavam condenadas a morrer, e não brincariam outro São João. E, além disso, para as moças solteiras, eram reveladoras do futuro marido.

Chegou-se a Iaiá bem para perto do riacho. Afoiteza da moça, pois essas águas há muito tempo tinham fama de mal-assombradas. Eram as águas – repita-se para benefício do leitor estranho ao Recife - que guardavam a prata escondida pela judia rica no tempo da Inquisição. As águas onde havia quem jurasse aparecer o fantasma de Branca Dias, “botando sentido na prata”. Pelo menos era o que supunha a gente simples do lugar. Debruçou-se a moça sobre as águas do riacho. Parece que não viu imagem nenhuma – nem de noivo nem a própria – porque debruçou-se mais, inquietando com isso a fiel mucama. E ia a mucama gritar “Iaiá, não se debruce mais! “quando primeiro que ela gritou a moça: “Me acuda, Luzia! Me acuda que ela quer me levar!”. *Ela* era com certeza a judia rica. (FREYRE, 2007, p.82.)

Branca Dias, aqui se desloca e vai pertencer ao mundo do candomblé. Torna-se Mãe-d’água, assim como Janaína e Iemanjá. Reveste-se de matizes africanas para demonstrar que somos miscigenados e que a nossa cultura é a nossa diversidade. Branca Dias é judia, é Mãe-d’água, é brasileira. Esta lenda está atrelada à festa de São João, que tem características sombrias em algumas de suas brincadeiras ou folguedos. O culto do fogo, por exemplo, em que homens pisam no fogo e não se queimam, além do culto da água, que nos remete às festas pagãs, no caso referente a São João, podemos dizer que seria um simbolismo do batizado de Jesus. Muito romeiros iam entoando cantigas se banhar simbolicamente pois, na realidade, faziam simples romaria até às águas do rio Capibaribe. Gilberto Freyre diz que:

Muitos eram os recifenses que deixavam as mazelas nas águas do Capibaribe: principalmente no Poço da Panela. Outros nas águas do Beberibe. Alguns simplesmente em águas de açudes, das levadas e dos riachos. Até nas águas do riacho da Prata. O célebre riacho da Prata onde é tradição que foi sepultada no século XVII a opulenta prata de Branca Dias, judia rica, perseguida pela Santa Inquisição. (FREYRE, 2007, p.80.)

O que se diz dos rios de Recife é que quase todos são encantados, pois há muito redemoinho que nenhum nadador consegue transpor, a não ser que tenha a proteção da Virgem Maria. No entanto, nas noites de São João, elas se tornavam purificadoras e reveladoras do futuro das pessoas que se debruçassem sobre elas. Em conformidade com a lenda, Gilberto Freyre destaca o seguinte:

No Recife Velho, o Capibaribe, o Beberibe; os riachos tiveram essa função mágica para muita recifense que, noite de São João, à meia-noite, quisesse saber o futuro. O que visse ou deixasse de ver nas águas era o futuro. A crença principal era a de que a pessoa que, em noite de São João, à meia-noite, não conseguisse ver na água a

própria imagem ou cabeça, podia estar certa de morte próxima. Não brincava outro São João. (FREYRE, 2007, p.81,82.)

De acordo com o que diz a lenda, a noite de São João se relaciona com romance. As moças querem se casar e procuram os rios para que as águas reflitam o rosto do amado. Mas ao mesmo tempo que tem esse simbolismo, leve, jovem e festivo é também uma noite sombria, que pode trazer surpresas desagradáveis. Foi o que aconteceu com a sinhazinha que queria tanto o amor e encontrou a morte pelas mãos de Branca Dias, a Mãe-d'água, que estava no fundo do riacho guardando a sua prataria. Ora, a judia rica enfeitiçou as águas, talvez como defesa para ninguém pegar o seu tesouro. Branca Dias é uma mulher de sorte nesse mundo fantasmagórico do Recife Antigo; ela é mãe-d'água, que tem um simbolismo bonito, se comparada à Iara e Iemanjá, e fisicamente tem um aspecto muito agradável. Outras mulheres não tiveram essa sorte ao passar para o mundo etéreo. Gilberto Freyre narra o seguinte:

Felizes das mulheres que na vida sobrenatural se transformam em bonitas mães-d'água alvas ou morenas, em sereias de olhos e cabelos verdes, em alamoas louras. Tristes das que se tornam mulas. Mulas sem cabeça. Mulas de padre. Mulas que cumprem o seu fadário correndo como desesperadas pelos ermos, e fazendo-se conhecer dos filhos de Deus pelo tilintar lúgubre das cadeias que arrastam no silêncio das noites [...]. (FREYRE, 2007, p.49.)

Nesta citação, Gilberto Freyre nos mostra a condenação atribuída às mulheres que se relacionavam com padres. No mundo sobrenatural se transformam em mulas. Mulas sem cabeça. Observa-se que para esse tipo de iniquidade feminina, não há remissão. Elas também são chamadas de barregãs, as que vivem maritalmente, mas não são casadas. Mas para o homem, nesse caso o padre, o prevaricador, nada acontece. Ele seguirá rezando as suas missas e quando atingir o mundo sobrenatural, poderá até mesmo se tornar um santo.

2 BRANCA DIAS NA LITERATURA BRASILEIRA

Branca Dias é uma figura recorrente na literatura brasileira. Destacamos, a seguir, os autores que abordaram a personagem em suas obras. Carlos Drummond de Andrade, no conjunto de seus poemas memorialistas, sua obra da maturidade, dedicou à judia um poema de nome “Branca Dias”, publicado em 1977, no livro *Discurso de Primavera e algumas sombras*. Dias Gomes, no ano de 1966 escreve a peça *O Santo Inquérito*, ambientada no século XVIII, muito embora o Santo Ofício tenha entrado no nordeste brasileiro no século XVI (1591 em Salvador e 1593 em Pernambuco). Dias Gomes usou esse momento como uma alegoria para fazer alusão ao período de exceção que o Brasil vivia. Branca Dias é a personagem central da peça. Viriato Corrêa destaca em suas crônicas históricas a figura de Branca Dias e a ela devotou oito crônicas, em que abordou a sua face histórica e a face lendária da emblemática personagem, sendo que tais crônicas constam do livro *Casa de Belchior*, reunidas sob um único título: “Branca Dias”.

2.1 Branca Dias na Poesia de Drummond

Carlos Drummond de Andrade, em sua poesia memorialista, além de tratar de fatos relacionados a Minas Gerais, sua terra natal, também traz para o universo mineiro a figura mítica da pernambucana Branca Dias. O poema intitulado “Branca Dias” está inserido no livro *Discurso de Primavera e algumas sombras*, publicado em 1977, em edição de luxo, pela Editora Record, Rio de Janeiro, na seção “Capítulos de História Colonial”. As ilustrações ficam por conta do artista plástico Carybé, de fama internacional. Os poemas inseridos no livro estão organizados nas seguintes seções: “Notícias do Brasil”; “Os Marcados”; “São Sebastião e Pecadores do Rio de Janeiro”; “Capítulos de História Colonial”; “Assim vai(?) O Mundo”; “Música de Fundo”. A seção que nos interessa é “Capítulos de História Colonial”, onde se insere o poema “Branca Dias”. A personagem de Branca Dias neste poema é tal qual na prosa de Viriato Corrêa, uma figura ora humana e ora inumana.

A seção “Capítulos de História colonial é composta dos seguintes poemas: “Branca Dias”; “Governador em viagem”; “Inconfidência Mineira” e “Fala de Chico-Rei”. Todos os

personagens que estão inseridos nessas poesias são pertencentes ao Brasil Colonial e todas as poesias trazem no contexto Minas Gerais, à exceção de “Branca Dias”, que traz o nordeste brasileiro. Acreditamos que o poeta escreveu esse poema sob a influência do teatro de Dias Gomes, que, em 1966, trouxe à luz a peça *O Santo Inquérito*. Em 1977, Drummond publica *Discurso de Primavera e algumas sombras*, que inclui o poema “Branca Dias”. Nesse período, o Brasil está sob o comando do regime militar. Tanto o dramaturgo quanto o poeta pensaram em denunciar, através de seus escritos, o regime ditatorial que o Brasil enfrentava.

No caso de Dias Gomes, mais diretamente, e, no caso de Drummond, usando a metáfora da prisão de Branca Dias por ser judia. Talvez quisesse demonstrar o sentimento de fragilidade e impotência gerado no país. Antes de demonstrar o poema, descrevo o que ele diz. O poema começa assinalando a paixão do frade por uma mulher, que repele o seu amor. Ela é Branca Dias que, acusada de judaísmo pela Inquisição, atira suas joias e prataria no rio, que logo se transforma em Riacho da Prata. A judia morre queimada (em efígie) nas chamas do Santo Ofício, em Portugal. Vira lenda, pois aparece na Paraíba e em Pernambuco. Transfigura-se na mulher de branco, que aparece sob a luz da lua, que talvez nunca tenha existido, e a Inquisição não passe de mera ilusão.

Branca Dias

Paixão de frade
 Em seu engenho
 Da Paraíba
 repele o amor
 pecaminoso.
 É acusada
 de judaísmo.
 Já vão prendê-la
 Atira joias e
 prataria
 Na correnteza.
 A água vira
 Riacho da Prata.
 Morre queimada
 No santo lume
 da inquisição
 em Portugal.
 Reaparece
 na Paraíba
 em Pernambuco
 sob o luar
 toda de branco
 sandálias brancas
 cinto azul-ouro.
 Branca Dias
 -garantem livros-
 nunca existiu,

é lenda pura
 a lua cheia.
 É a inquisição
 Provavelmente
 outra ilusão.
 (ANDRADE, 1977, p.97-98.)

Este poema está entre a prosa e a poesia em total combinação com a personagem, que se mistura entre a ficção e a realidade. Trata-se de um poema escrito em terceira pessoa e os seus adjetivos não se relacionam diretamente com a personagem, mas sim com os acontecimentos que resultaram na sua tragédia; o adjetivo “pecaminoso”, que se encontra nos versos: Paixão de Frade/ em seu engenho da Paraíba/ repele o amor pecaminoso; o adjetivo “queimada”, que se encontra no verso: A água vira Riacho da Prata/Morre queimada/no santo lume da Inquisição em Portugal. E o adjetivo “pura”, que se encontra nos versos: Branca Dias garantem livros/ nunca existiu/ é lenda pura/ a lua cheia. Por sua vez, os substantivos que colocam Branca Dias no campo do fantástico são: “Paixão”, que se encontra no primeiro verso que abre o poema; os substantivos “lunar”, “branco” e o verbo “reaparecer”, como demonstrado nos seguintes versos: Reaparece na Paraíba/ em Pernambuco sob o luar/ toda de branco/ sandálias brancas/ cinto azul ouro. É uma criatura que surge envolta em uma aura de mistério. O que Drummond quis mostrar é que a realidade pode conviver com a ficção e a ficção pode conviver com a realidade, tudo vai depender do olhar, do modo como interpretamos os acontecimentos.

Ambos, Dias Gomes e Drummond, criticam a Igreja ao falarem de um amor pecaminoso sentido pelo padre com relação à Branca Dias. Ressalte-se que a história do Brasil é pródiga em narrativas que mostram os religiosos que para cá vieram, a fim de catequese, envolver-se mundanamente com índias e mulheres de vida fácil que habitavam as colônias do Brasil de então. Outro aspecto a se notar no poema de Carlos Drummond de Andrade é a ironia ao dizer que Branca Dias é pura lenda e que a Inquisição provavelmente é outra ilusão. Todos sabem que a Inquisição foi uma triste e vergonhosa realidade que ocupou a Igreja Católica por quase 300 anos, do fim do século XV até 1821. Ora, ao alegar ser a Inquisição uma ilusão, o poeta quer dizer o oposto, usa a antítese, aí também se referindo ao sistema que vigorava no Brasil, tampouco uma ilusão. Dias Gomes faz a mesma manobra com sua dramaturgia, como veremos a seguir.

2.2 Branca Dias na obra de Dias Gomes

Alfredo de Freitas Dias Gomes escreve a peça *O Santo Inquérito* em 1966, em pleno regime militar, época de violenta repressão no contexto sócio-político, econômico e cultural da sociedade brasileira. A peça pode ser vista como uma alegoria contra a repressão que foi instaurada no Brasil após 1964. O teatrólogo sempre teve preocupações sociais e colocava isso em suas peças, que foram, quase todas, censuradas pela ditadura militar. A peça em questão se baseia num episódio ora histórico, ora ficcional, mas a personagem surge com uma imensa densidade humana, afastada dos contornos ficcionais que a lenda irá lhe atribuir. Para o dramaturgo, o que importa em Branca Dias é a sua pureza de sentimentos e a sinceridade de suas ações e na crença de que Deus está na vida, na natureza, no prazer e na luz.

Dias Gomes mostra, com sua peça, o desejo de uma sociedade justa e tolerante em que o indivíduo possa viver em paz, livremente com as suas convicções. Ele propõe uma mensagem de respeito humano e lealdade, uma forte característica de Branca Dias. O *Santo Inquérito* conta a história de uma jovem que vive com seu pai, Simão Dias, no interior da Paraíba, no Engenho Velho, afastado da cidade; ela está noiva, prestes a se casar com o seu amor de infância. Augusto, rapaz culto, estudou na Europa e ensinou Branca Dias a ler.

Certa vez, Branca salva o padre jesuíta Bernardo de um afogamento, fazendo respiração boca a boca. A partir de então, sua vida muda drasticamente. O padre se apaixona por ela e a inferniza, obcecado em salvá-la dos perigos da tentação da carne. Ele nutre pela moça uma paixão doentia e diz para ela que tem alucinações, depois que os lábios dela encontraram os dele; que o gosto impuro dos lábios dela persiste em sua boca. O religioso investiga os seus antepassados e lança suspeitas sobre a conversão da família ao catolicismo, com base na conversão forçada do avô de Branca, pai de Simão Dias. A moça nada sabe da paixão do jesuíta, considerando-se boa cristã, parecendo não entender sua condição de cristã-nova. Denunciados pelo Santo Ofício, Simão consegue salvar-se, mas Augusto, seu noivo, morre devido às torturas e Branca é condenada a morrer na fogueira da Inquisição.

Seguem, em destaque, alguns trechos da peça *O Santo Inquérito*, de autoria de Dias Gomes, citado na edição de 1985, pela editora Civilização Brasileira.

VISITADOR

Não se justifica, Branca, sua prevenção contra este Tribunal. Nenhum de nós deseja a sua condenação, acredite. Ao contrário, o que queremos é tentar ainda salvá-la,

recuperá-la para a Igreja. Tudo faremos para isso. E será sempre nesse sentido que orientaremos este inquérito, no sentido da misericórdia.

BRANCA

Misericórdia. Mas é um ato de misericórdia deixar uma pessoa dias e dias, encerrada numa cela sem luz e sem ar, sem ao menos lhe dizer por que, de que a acusam? (O Notário tem um gesto de contrariedade, enquanto o Padre Bernardo acompanha as reações de Branca em crescente angústia). (GOMES, 1966, p.97.)

A peça *O Santo Inquérito* conta uma história do passado, quando, de fato, pretende narrar uma história do presente, que para nós, hoje, já faz parte do passado: O regime de exceção, impetrado no Brasil, em 1964. O teatrólogo escreve a sua peça em 1966, quando está se iniciando a ditadura que irá culminar com o período mais sombrio, o ano de 1968, quando se institui o Ato Institucional AI-5, o mais duro de todos os atos institucionais. Corria o momento mais desesperador da ditadura militar, período em que foi institucionalizada a tortura e decretada a censura prévia de música, teatro, cinema e televisão. Foram também censurados a imprensa e outros meios de comunicação, como o rádio.

A peça está ambientada no século XVIII. Brasil colonial, tempos da Inquisição. O passado funciona como pano de fundo para contar a opressão vivida no atual Brasil república, tempo em que a ditadura militar mostra os seus tentáculos. A personagem central é Branca Dias, que aqui se mostra como uma jovem cândida e cheia de alegria, levando vida simples e feliz, ao lado do pai e do noivo. Ela desconhece que reúne em si mesma tudo o que pode levá-la a morrer nas labaredas do Santo Ofício. A jovem é livre, mulher, cristã-nova, sabe ler, ama e é amada por Augusto, seu noivo. Branca Dias não tem vergonha de confessar ao padre que se diz seu confessor que o amor pelo noivo é a luz da sua vida. Que este amor é Deus. A moça não percebe que o padre nutre por ela desejos indizíveis, que almeja destruí-la, acabar com a vida feliz que leva ao lado de seu amor.

Branca Dias não tem grandes ambições, somente deseja casar com Augusto e formar uma família. Ela representa a juventude que diz o que pensa, que age como bem entende. Ledo engano, pois ninguém goza de tal liberdade. Ela não se dá conta de que vive sob o jugo do Santo Ofício. Assim também vive a juventude de 1966, sob o jugo da ditadura militar; mas esta juventude está gritando. Pela voz de Branca Dias ela quer ser ouvida, assim como a própria Branca quer gritar que nada do que a acusam é verdadeiro e que a intolerância mente. A vida é superior a tudo isso. Ela não teme; ao contrário ela se fortalece na verdade. Dias Gomes lhe confere uma personalidade singular, ingênua, mas não boba; crédula, mas não ignorante. Ela sabe que não pode ceder, que não pode se dobrar e perder a dignidade. Ela não será conivente com a barbárie. Caso contrário, a morte de Augusto teria sido em vão.

O autor tem perfeita noção que no momento mais doloroso desse processo de submissão que a ditadura quer impor ao povo, tem de prevalecer a coragem, fazer valer o “não”. Dizer não à repressão da liberdade. Não à prisão do pensamento. Não às amarras do que se pensa e se sente. Ela é a mulher do pensar flutuante, que almeja sentir o prazer do sopro da vida plena. Branca Dias não é a mulher submissa, nem o amor a prende; não, o amor a torna livre. Esse amor que ela sente por Augusto é o amor do frescor dos inocentes, dos que amam sem cobrança. E esse amor lhe dá coragem e a torna destemida para aceitar o seu destino. Ela sabe que se delineia a sua frente um caminho sem volta. Não há retorno, pois não há submissão. A Inquisição perdeu. As labaredas da Inquisição não mataram na moça o que havia de mais genuíno, a sua certeza, a sua crença na liberdade de pensar e agir como mulher, como pessoa, como um indivíduo feito à semelhança de Deus. A ditadura perdeu a força. Caiu o pano.

2.3 Branca Dias na obra de Viriato Corrêa

O livro *Casa de Belchior*, de autoria de Viriato Corrêa, reúne, dentre as vinte e oito crônicas, oito devotadas à figura de Branca Dias, todas sob o mesmo título “Branca Dias”. E estão assim elencadas; em seu total: “O café que nos enriqueceu”; “A evolução do Nosso Pae”; “O primeiro namorado da terra brasileira”; “O que fez Joaquim Silvério trair”; “A terra dos pobretões”, “Olinda dos velhos tempos”; “A noite histórica dos mãos versos”; “O que nasceu para levantar dúvidas”; “Os capoeiras”; “A terra transformadora”; “Navios do tempo do descobrimento”; “O bispo que os índios comeram”; “Os bens dos dois revolucionários”; “Os primeiros momentos da guerra contra os holandeses”; “O golpe de Estado que falhou”; “A saia histórica”; “O homem que os tenentes governavam”; “A entrega das chaves”; “Branca Dias”; “Porque a marquesa de Santos não foi imperatriz”; “A batalha de Salamina”; “De uma a outra ponta do estreito”; “O Cavallo e os índios brasileiros”; “Primeiros artistas coloniais”; “A que primeiro sobe ler”; “Os calotes do pae da marquesa”; “O capitão e o coronel”; “A pátria do arranha céu”.

O cronista, ao tratar da personagem, afirma que existem duas, uma comprovada historicamente e a outra, gerada pela literatura do povo. Onde as duas se encontram? Se encontram na passagem do tempo; para sabermos da Branca Dias lendária, podemos recorrer

à histórica e para sabermos da histórica, podemos recorrer à lendária. Tal dualidade a torna uma figura singular, pois nela se encontra o mistério da conjugação do real com o fabuloso. Na narrativa de Viriato Corrêa, a lendária é bem diferente da histórica. A oralidade a criou com um toque do sublime - pela boca do povo nasce uma figura hierática.

O cronista confirma: “A Branca Dias paraibana, produto da fantasia popular, é uma criatura delicada, fina, com qualquer coisa de eterno”. Mas o que reforça isso é a sua morte nas fogueiras da Inquisição. Nada é confirmado com relação a este fato; no entanto, é exatamente o alimento da personagem mítica que ela se tornou. Viriato Corrêa também nos assegura que a Branca Dias real tem algo de lenda. Para muitos estudiosos, ela nasceu em Portugal e veio para o Brasil e para outros ela é brasileira e paraibana. Só a presença de inconsistências em seu nascimento já a coloca no universo do fantástico. Como diz o autor em uma de suas crônicas: “Para José Joaquim de Abreu, Branca Dias não é a portuguesa que viveu em Pernambuco e que lá chegou porque era perseguida pela Inquisição de Lisboa. Não, é a mulher que na última metade do século XVI vivia em Olinda”.

Pode-se observar que a personagem tem o seu lugar na história, enfatizada por matizes literárias. Tudo é nebuloso, pode ser e pode não ser. Mas há um momento em que as duas se fundem: no judaísmo, por serem ambas cristãs-novas. Viriato Corrêa não se furta em percorrer a história de Branca Dias, que foi uma mulher do século XVI com marido e filhos, que pode ser considerada a primeira professora naquele Brasil Colonial. Além de ter ensinado o filho que nascera sem os dois braços a escrever com os pés, ela também dava aulas para moças em sua casa, como afirma o cronista: “E, na sua casa à rua do Palhais, em Olinda, recebia meninas como pensionistas para ensiná-las a coser e a lavar.”

Viriato afirma em suas crônicas que: “Ao que parece, não era a primeira vez que Branca Dias lidava com a agulha e com as roupas sujas”. Também organizou na sua residência uma sinagoga, pois professava sua fé em família, onde se reuniam outros cristãos-novos das cercanias, por ela convocados. “Os preceitos do judaísmo, as cerimônias da religião do seu povo, ela, o marido e os filhos praticavam rigorosamente, as portas fechadas, como faziam na época os israelitas”. A Branca Dias da realidade, ao que tudo indica, morreu em casa cercada por parentes e filhos. E assim diz Viriato Corrêa: “Branca Dias nada sofreu da Inquisição a não ser o degredo para o Brasil. As suas filhas sim, essas foram colhidas pelas malhas da grande calamidade católica”. Para o cronista, ela é uma só. Apenas uma personagem que se forma a partir da junção da história com a oralidade.

3 BRANCA DIAS NA CRÔNICA DE VIRIATO CORRÊA NO *JORNAL DO BRASIL*

A presença da figura emblemática de Branca Dias na obra de Viriato Corrêa será minuciosamente descrita mais adiante. O autor maranhense dedicou a ela oito crônicas que foram, inicialmente, publicadas no *Jornal do Brasil*, na coluna “Gaveta de Sapateiro”, em 1933. Posteriormente, foram reunidas em livro, sobre o qual acabei de discorrer no tópico anterior. As crônicas referentes à Branca Dias são as seguintes: “Branca Dias”; “Os Escritores de Branca Dias”; “A Lenda de Branca Dias”; “Ainda a lenda de Branca Dias”; “Branca Dias e o Marido”; “A Branca Dias da lenda, A Branca Dias da Realidade”; “A filharada de Branca Dias”; “O Judaísmo de Branca Dias”. Pode-se observar que todas envolvem fatos da vida de Branca Dias, numa junção de realidade com ficção, as quais serão descritas aqui em ordem cronológica, dando ênfase a crônica “A Branca Dias da Lenda e a Branca Dias da Realidade”, por ser a que engloba o lado histórico e o ficcional.

3.1 Trajetória autoral de Viriato Corrêa

Manuel Viriato Corrêa Baima do Lago Filho nasceu em 23 de janeiro de 1884, na cidade de São Luís do Maranhão, no povoado de Pirapemas. Aos dezenove anos publicou o seu primeiro livro de contos – *Minaretes*, em 1903, ano em que se mudou para o Rio de Janeiro, a pretexto de terminar o curso jurídico. Ele chegou na capital federal no momento em que a cidade estava em franca transformação, em pleno “bota a baixo”. Conheceu os grandes nomes da literatura nacional; José do Patrocínio, Olavo Bilac e até Machado de Assis. Era a “República das letras” e o período da *Belle Époque brasileira*. Assim que chegou no Rio de Janeiro, e com o prestígio de seu amigo Medeiros e Albuquerque, Viriato Corrêa conseguiu colocação na *Gazeta de Notícias*, começo da sua longa e bem-sucedida carreira jornalística. Escreveu também em outros jornais importantes tais como: *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *a Folha do Dia*. Colaborou em revistas importantes da época, a exemplo de *Careta*, *Ilustração Brasileira*, *Cosmos*, *A Noite Ilustrada*, *Para Todos* e *O Malho*. Na década de 1920 já era um nome conhecido no meio jornalístico carioca. Seu ingresso no *Jornal do Brasil* teve grande repercussão na imprensa. Viriato Corrêa manteve uma coluna semanal no *Jornal do*

Brasil de crônicas históricas intitulada “Gaveta de Sapateiro”, escrevendo sob o pseudônimo de Frei Caneco e por sugestões dos leitores dessa coluna, as crônicas se converteram em livro com o título de *Gaveta de Sapateiro: miudezas desarrumadas da História Nacional* - corria o ano de 1932.

O primeiro livro infantil surge em parceria com João do Rio, com o título de *Era uma vez...contos infantis*, publicado em 1908 pela Livraria Francisco Alves. Por conta do lançamento desse livro, Viriato Corrêa é considerado um dos precursores da Literatura Infantil no Brasil. Entretanto, antes de se dedicar a escrever para crianças, Viriato Corrêa escreveu outros livros infantis, que foram editados pela Companhia Editora Nacional, que vêm a seguir citados: *Varinha de Condão* (1928), *Arca de Noé* (1930), *A Macacada* (1931), *Os meus bichinhos* (1931), *No reino da bicharada* (1931), *Quando Jesus nasceu* (1931) e *Bichos e bichinhos* (1938).

Apesar do sucesso na literatura ficcional, foi na narrativa histórica, ao lado do paulista Paulo Setúbal, que Viriato Corrêa se consagrou. Ele escreveu contos e crônicas históricas, dando uma grande contribuição para a projeção da história do Brasil. A produção literária de Viriato se deu a partir dos anos 20 do século passado, momento de grande conturbação social, política e cultural. Especialmente no final do século XIX e início do XX, os anos iniciais da República. O primeiro livro de crônicas históricas que Viriato Corrêa escreveu foi *Histórias da nossa História*, publicado pela editora de Monteiro Lobato, em 1921.

A temática histórica passou a ser destaque na sua produção literária, presente em mais de uma dezena de crônicas históricas, que constam nos seguintes livros: *Histórias da Nossa história: crônicas e contos históricos* (1921), *Terra de Santa Cruz* (1921), *Brasil dos meus avós* (1927), *Bahú velho: roupas antigas da história brasileira* (1927), *Gaveta de Sapateiro: miudezas desarrumadas da história nacional* (1932), *Alcovas da História - cantinhos e escaninhos e recesso da vida histórica do Brasil* (1934), *Mata Galego: história da noite das garrafadas e outras histórias* (1934), *Casa de Belchior* (1936) e *O País do pau de tinta* (1939).

Viriato Corrêa escreve em 1938 o seu maior sucesso literário - *Cazuza: memórias de um menino de escola*, que se transformou num clássico da literatura infantil, lido por várias gerações de brasileiros, até hoje. Considerado pela crítica como um romance autobiográfico ou de formação. O livro narra os fatos da infância do autor no Maranhão, mostrando o cotidiano escolar na segunda metade do século XIX e fazendo uma crítica ao modelo de ensino da época, quando se fazia uso da palmatória, sabatinas, castigos físicos e morais. Neste

mesmo ano é eleito para Academia Brasileira de letras. O primeiro livro Infantil com fins pedagógicos foi o livro *Contos da História do Brasil*, em 1921, para uso escolar, surgido em resposta a um apelo dos professores do Rio de Janeiro, que pretendiam adotar nas escolas seus primeiros livros de crônicas históricas – *Histórias da nossa História e Terra de Santa Cruz*.

O livro *História do Brasil para crianças*, de 1934, foi o primeiro livro de Viriato Corrêa que tratou, em 59 capítulos, da chegada dos portugueses à Proclamação da República, assemelhando-se aos livros didáticos da época. Essa obra foi concebida para integrar a Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série Literatura Infantil (vol. I), para a Companhia Editora Nacional- CEN, juntamente com outros livros de Monteiro Lobato e as adaptações que Lobato fez de livros infantis estrangeiros. De acordo com o que diz Ricardo Oriá, o livro *História do Brasil para crianças* circulou durante 50 anos no mercado editorial brasileiro; foram 28 edições, chegando à casa dos 150 mil exemplares vendidos. (ORÍÁ, 2011, p.23.)

Na época, a obra foi considerada um verdadeiro *best-seller*, tendo sido adotado em todas as escolas públicas do País. Até o final da década de 1960, o livro foi indicado por especialistas e educadores como leitura complementar para o aluno, ou sugestão de leitura, nos manuais de Didática direcionados à formação do professor da escola primária. Viriato Corrêa escreveu também um romance histórico em que descreve o movimento de rebelião ocorrido no período regencial, entre 1831 e 1840 de nossa história - *Balaiada: romance do tempo da regência*, (publicado em 1927). Viriato Corrêa fazia duras críticas à forma como a história do Brasil era escrita pelos historiadores. Ricardo Oriá faz o seguinte destaque:

Em história do Brasil, particularmente, essa coisa chega a ser liquidante. Os taes grandes mestres da nossa história, os que no passado, formam o primeiro plano do saber histórico nacional, são simplesmente ilegíveis. É, na verdade, um trabalho penosíssimo terá a gente que ler os Jaboatão, os Pedro Tasques, os Madre-Deus, os Rocha Pitta, os Berredo, os Raphael de Jesus, os Balthasar Lisboa, os Fernandes Pinheiro, os Pereira da Silva, etc. etc. São páginas horrendas, indigestas, desatraentes, atulhadas fábricas de bocejos, que fazem a gente ferrar no somno logo aos primeiros períodos. Muitas dellas são copiosas de informações, profundas de saber, mas tão mal expostas, tão mal apresentadas que acabam por deixar no leitor a dolorosa impressão de que a história brasileira é um imenso fardo de enfado e de coisas desinteressantes. (ORIA, 2011, p.89.)

E, para dar continuidade ao seu trabalho de popularização da história, Viriato Corrêa usou o rádio, onde tinha um programa intitulado *Histórias de Chinelo*. Na comemoração da morte de Tiradentes, em que o Estado Novo promovia o culto ao herói nacional, o escritor maranhense escreveu uma novela radiofônica sobre o Mártir da Independência, que foi transmitida para todas as emissoras de rádio do país pela Hora do Brasil, por iniciativa do Departamento Nacional de Propaganda, em 21 de abril de 1939. Viriato Corrêa também

escreveu o livro *Bandeira das Esmeraldas*, que narra a epopeia dos bandeirantes paulistas, com destaque para a figura de Fernão Dias Pais – “O Caçador de Esmeraldas”.

O escritor maranhense ainda publicou dois pequenos livros, *A descoberta do Brasil* (1930) e *História de Caramuru* (1939), que foram reunidas no livro *As belas Histórias da História do Brasil* (1948). Este livro traz dois outros capítulos que abordam os ciclos do pau-brasil e da cana-de-açúcar, em “A árvore que nos deu nome” e “Sua excelência – o açúcar”, respectivamente. Contudo, o seu maior trabalho de divulgação deu-se na produção literária de cunho infantil, com a criação da figura do vovô que contava histórias às crianças, na sua chácara, embaixo de árvores. E as suas lições de história estão presentes nos livros: *História do Brasil para as crianças* (1934), *Belas histórias da História do Brasil* (1948) e *Curiosidades da História Brasileira para crianças* (1952).

Viriato Corrêa igualmente se dedicou a crítica teatral, no jornal *A Manhã*, a partir de 1941. Foi professor de História do Teatro, na Escola Dramática do Rio de Janeiro, além de escrever 30 peças, entre dramas e comédias, sempre ambientados nas zonas rurais e urbanas, enfatizando a tradição do teatro de costumes. Suas peças lançaram grandes nomes da dramaturgia nacional: Dulcina de Moraes e Procópio Ferreira. Ao lado de Chiquinha Gonzaga, Raul Pederneiras e Bastos Tigre fundou, em 1917, a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais – SBAT, em defesa dos direitos autorais. No ano de 1962, Viriato Corrêa publica o seu último livro pela Editora Civilização Brasileira, *História da Liberdade do Brasil*.

Em 1967, ano de seu falecimento, a escola de samba Acadêmicos do Salgueiro colocou na avenida, em sua homenagem, o samba-enredo baseado no seu livro *História da Liberdade no Brasil*. Apesar de seu estrondoso sucesso no âmbito da Literatura infantil e no âmbito da crônica histórica, com mais de uma centena de crônicas e inúmeros livros publicados, e mesmo tendo seu primeiro livro *História do Brasil para crianças* circulado por 50 anos, com 28 edições e 150 mil exemplares vendidos, não teve o privilégio de constar na historiografia do crítico literário Alfredo Bosi, em sua obra *História Concisa da Literatura Brasileira*, no capítulo IV, dedicado ao Realismo, no item Naturalismo estilizado: “art nouveau”. O nome do escritor consta em nota de rodapé, como terceiro colaborador de Coelho Neto, no livro *O Mistério*, que teve a participação de Afrânio Peixoto e Medeiros de Albuquerque. Alfredo Bosi dedica um item inteiro, com quatro páginas e meia descrevendo a obra de Coelho Neto; no entanto, o crítico literário não se ocupou em dar relevo à vultosa obra do escritor maranhense.

No livro *História da Literatura Brasileira*, de autoria da crítica literária italiana Luciana Stegagno-Picchio o nome do escritor Viriato Corrêa aparece inserido no capítulo “A Prosa do Parnaso ao Crepúsculo: Engajamento Social e Hedonismo Verbal”, no item “Sorriso, careta e Irritação da Sociedade”. O nome de Viriato Corrêa consta na página 439, mas sem referência a sua vasta obra. E seu nome se encontra no mesmo item e em que se encontra o nome de Coelho Neto - “Teatro Histórico e Reação Idealístico –Simbolista”, página 449. Citamos o seguinte texto, que se refere a Viriato Corrêa e a duas de suas obras teatrais:

[...] Parte daí aquele filão de teatro “histórico” (entre a viagem pitoresca no tempo, a caricatura e a reevocação patriótica) com que os comediógrafos dos anos trinta, Viriato Corrêa, “A marquesa de Santos”, 1938 e “Tiradentes”, 1939), Raimundo Magalhães Júnior “Carlota Joaquina”, 1939 e Vila Rica, 1944, Joraci Camargo (O duque de Caxias, 1937), etc., reagirão “civicamente” ao estímulo político do Estado Novo de Getúlio Vargas”. (PICCHIO, 1997, p.449.)

Em “Bibliografia XII”, página 452, o nome de Viriato Corrêa consta ao lado de Afrânio Peixoto e Medeiros de Albuquerque, no verbete Coelho Neto, como colaboradores do romance *O Mistério*, de autoria de Coelho Neto. Quanto à totalidade da obra de Viriato Corrêa, o livro da crítica literária Luciana Picchio, não faz nenhuma alusão.

3.2 As crônicas de Viriato Corrêa

Para tratar das crônicas de Viriato Corrêa, acionamos o livro *A Crônica Brasileira do Século XIX – Uma Breve História*, de autoria do professor Marcus Vinícius Soares, editado pela Editora É realizações, 2014, Rio de Janeiro. Nesse livro, o autor delinea a trajetória da crônica no Brasil, ressaltando a sua origem francesa. Com relação ao trabalho do escritor e cronista Viriato Corrêa, o professor não faz alusão, mas como o escritor maranhense iniciou a sua carreira jornalística como cronista nos primeiros vinte anos do século XX, certamente, o livro irá servir como base para demonstrar o trabalho de cronista exercido pelo autor do Maranhão. Na introdução, o autor nos apresenta um panorama do percurso historiográfico da crônica, envolvendo os séculos XIX e XX; cita alguns autores e cronistas.

O livro se divide em três capítulos: o primeiro, “Considerações Retrospectivas sobre a crônica do século XX ao XIX”. O autor faz aí três indagações: a crônica como gênero brasileiro; como gênero menor; e como gênero literário. No segundo capítulo, “A crônica e a

Rede Discursiva da Década de 1830”, o autor narra a trajetória da origem da crônica, citando os periódicos importantes e destaca alguns cronistas. No terceiro capítulo, “Nas Galés da Imprensa: A Autonomização da Crônica a partir da década de 1840”, o autor, entre outras coisas, descreve os Semanários e traz o cronista por excelência: Machado de Assis. Em sua introdução, Marcus Vinicius Soares afirma que a crônica é um gênero jornalístico - definição que perdura desde o século XIX e que foi pouco explorada pela crítica literária, justamente por não ser a crônica, segundo ele, um gênero literário. E de acordo com o autor, os críticos, quando não a descartaram de imediato a desqualificaram, ao considerá-la um gênero menor. Eles tentaram afirmar a sua literariedade, tendo os historiadores atentado para o fato de que a crônica tem um lastro documental e é também o testemunho histórico de uma época. Marcus Vinicius Soares diz o seguinte:

Como em diversos momentos, desde o século XIX, conceder status literário era o mesmo que reconhecer a nacionalidade do gênero; uma das formas de a crônica encontrar respaldo nos estudos dedicados à literatura era imaginar a contribuição original de um gênero sem precedentes na tradição ocidental. Não se tratava apenas de reconhecer a existência de uma crônica nacional, como se o qualificativo atestasse um gênero que, vindo do além-mar, teria aportado e se aclimatado em solo brasileiro, como a poesia ou o romance, adquirindo aqui características próprias, contudo, sem perder de vista o elo com os modelos europeus. (SOARES, 2014, p.9,10.)

A crônica era vista como um gênero menor e estava fadada ao desaparecimento, por ser um gênero jornalístico, portanto, de vida efêmera. O único meio da crônica encontrar perenidade está na sua originalidade. Também por ser um documento da história de seu tempo. De acordo com Marcus Vinicius Soares, a valorização da crônica dá um salto significativo, porque, como surge no jornal, tende ao desaparecimento, por absorver a precariedade e o caráter efêmero do periódico. Sua sobrevivência se firma por ser um gênero genuinamente nacional. Esse salto se dá no século XX, momento em que a crônica deixa de ser publicada em jornal e ganha as páginas dos livros. O autor informa que, a partir da década de 1930, cada vez mais coletâneas são organizadas pelos cronistas, e com isso a crônica passou a competir com o conto e o romance.

A crítica que ainda está alojada nos rodapés dos jornais é totalmente contrária à entrada da crônica nos livros. Contudo, com o passar do tempo, mais precisamente, na década de 1960, são criadas editoras que visam publicar crônicas. Muitos homens de letras vão reverenciá-las nas páginas do livro enquanto outros manterão a postura anterior. De todo modo, daí em diante a crônica será valorizada em sua brasilidade e força literária. A partir

desse momento, a crônica se torna um fenômeno perceptível e disponível à leitura, superando a efemeridade trazida por sua origem, bem como favorecendo-se da materialidade do livro.

No capítulo primeiro, Marcus Vinicius Soares fará algumas considerações sobre a crônica nos séculos XX e XIX, a começar por um ensaio de Paulo Rónai “Um Gênero Brasileiro: A Crônica”, no qual Marcus Vinicius Soares alega que Rónai tem a intenção de abordar a nacionalidade da crônica; o ensaísta, porém, aborda a questão em três rápidas ocasiões; no início do texto, quando diz que qualquer brasileiro reconhece a palavra crônica associada a um gênero curto, atual e veiculado pela imprensa, ao invés de associá-lo ao relato histórico, e quando sugere que se trata de um gênero urbano, mais propriamente carioca; por último, alude à crônica como um novo gênero da literatura brasileira.

Marcus Vinicius Soares observa, em sua análise, que o ensaísta hesita com relação à classificação técnica da noção de crônica. Ela é ou não um gênero literário? Os organizadores, ao comentarem o artigo de Paulo Rónai, reiteram a pergunta. É a crônica um gênero literário? No segundo momento, o autor se depara com a questão da nacionalidade e Rónai dirá que, por estarem nos jornais e nas revistas mais importantes do Rio de Janeiro, a crônica é metropolitana e carioca, e a sua página reflete o momento carioca. Marcus Vinicius Soares expõe o seguinte:

Aqui já cabe uma primeira ressalva: se esse “momento” aparece refletido em uma crônica qualquer escrita por cronistas de variadas procedências, isso não se deve à circunstância da publicação ter ocorrido em um Periódico da antiga capital do país, o que exigiria dos escritores comprometimento com o que aí ocorria? Sem nos referirmos a importantes cronistas que poderiam ter sido citados pelo crítico que, trabalhando em jornais de outras cidades brasileiras, não se encontravam assim tão próximos ao Rio de Janeiro, como Mário de Andrade ou Antônio Alcântara Machado, bastaria destacar um dos listados por Rónai, Rubem Braga, como exemplo de escritor que produziu, em diversos periódicos, textos relacionados às cidades de origem da publicação enquanto ele mesmo vivia nelas, como Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre e São Paulo, na última, trabalhando no Diário de São Paulo. (SOARES, 2014, p. 20,21.)

De acordo com essa citação, a crônica não tem relação com o local em que foi escrita e sim com o meio de comunicação - revistas e jornais, principalmente diários. A crônica registra o cotidiano da cidade, mas não está atrelada à cidade. A crônica não pertence à cidade alguma, ela pertence ao mundo. Como explica Marcus Vinicius Soares, mesmo o Rio sendo hegemônico em determinado período histórico, não seria suficiente para restringir o alcance da produção cronística, que na verdade, desde o início, apareceu também em outros centros urbanos, como a Recife do padre Lopes Gama, na década de 1830, autor que, não sendo propriamente cronista ou folhetinista, teve inúmeros textos publicados de seu *O Carapuceiro* pela grande imprensa carioca da época, como o *jornal do Comércio*, o *Correio Oficial*, o

Sete de Abril e o Despertador. Em 1852, passou a colaborar como redator na *Marmota Fluminense*, de Paula Brito.

De acordo com Marcus Vinicius Soares, a crônica pode ser entendida em sua perspectiva histórica. A versão brasileira da crônica pode ser vista como uma modalidade nova do gênero: um novo gênero da literatura brasileira. O autor destaca um comentário de Luís Martins no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1978, sobre o livro *Crônicas Brasileiras*, no qual se encontra o ensaio de Paulo Rónai:

Não discorda da posição dos organizadores do volume quanto à ausência de correspondência em inglês da palavra, entretanto lembra a equivalência em francês: “[...] crônica é *chronique*. E *chronique* do cotidiano, não necessariamente submissa ao noticiário, pelo contrário, mas literatura do que jornalismo, divulgação meio arbitrária entre a fantasia e a realidade, resenha de impressões pessoais, ondulante comentário comovido ou sarcástico sobre a vida e os homens”. (SOARES, apud Luís Martins, 178, p.10-11.)

Esta citação se refere ao vínculo da crônica com a imprensa francesa, que começa no século XIX, quando o gênero surge e se estende até o XX. Marcus Vinicius Soares afirma que Delphine de Girardin, esposa de Émile de Girardin, antiga musa e poetisa romântica é quem funda verdadeiramente o gênero da crônica, estabelecendo os seus códigos e estratégias e elaborando interessante definição do trabalho cronístico:

Ter constantemente o ouvido atento, o olho vivo, o caderno na mão, nada deixar escapar do que se diz, do que corre, circula e soa nos salões, no teatro na rua, sem poder esperar (porque a atualidade deve ser apanhada ao vivo), tornar-se a trombeta de todos os rumores, mostrar-se pronto sempre na busca de assuntos os mais heterogêneos, passar do grave ao suave, do paradoxo contundente à pilheria graciosa. E qualquer que seja o memento ou a disposição pessoal, conversar a respeito de migalhas, divertir sem assunto, escrever e contar sem ter o que escrever e que contar; será tudo isso muito simples ou fácil? (SOARES, apud Marie-Ève Thérenty, *La Littérature au Quotidien: Poétiques Journalistiques au XIX Siècle*. Paris, Editions du Seuil, 2007, p. 241.)

Segundo o crítico literário e historiador Brito Broca, na França o destino da crônica é morrer nos jornais e nas revistas. No Brasil sempre se verificou tendência contrária, mesmo sendo um gênero originário da França. (SOARES, 2014, p. 27, apud. Brito Broca, *O Estado de São Paulo*, 13/09/1958, p. 1.) Antônio Cândido afirmará o seguinte: “no Brasil ela [a crônica] tem uma boa história, [...] que sob vários aspectos é um gênero brasileiro, pela naturalidade com que se aclimatou aqui e a originalidade com que aqui se desenvolveu”. (SOARES, 2014, p.28, apud. Antônio Cândido. In.: *Ao Rés do Chão*, Recortes. São Paulo, Companhia das Letras. 1993.)

Segundo Antônio Cândido, a moderna crônica brasileira surge a partir de um momento histórico, no qual ela passou a apresentar certas características diferentes dos modelos europeus e das realizações oitocentistas. Marcus Vinicius Soares também assinala a relação da crônica literária brasileira com as suas coirmãs europeias. O autor destaca um trecho do texto de Luiz Roncari em livro *A Crônica: Duas ou Três coisas que Penso Dela*:

Quando se fala na crônica literária como um gênero tipicamente brasileiro, não é devido a sua origem. Foi copiada da imprensa francesa e, no começo, fez como o romance e a poesia, imitou o que se fazia lá ou, pelo menos, os parâmetros eram dados pelos modelos europeus. O que não tem nada de mau, nem de bom, necessariamente. Só que a crônica teve mais dificuldades para manter esse contato com usas congêneres europeias. Raramente se levanta a questão da influência na crônica, de autor ou escola externa sobre determinado autor nacional. Quem teria influenciado Ponte Preta, Nelson Rodrigues ou Mário de Andrade? Parece que só por isso é considerada um gênero mais brasileiro, por estar mais atenta ao cenário linguístico interno, que às novas propostas literárias europeias. (SOARES, 2014, p.29, apud Luiz Roncari, Caderno *Folhetim da Folha de São Paulo*, São Paulo, 09/01/1983.)

Como se não tivesse nenhuma influência europeia na formação da crônica, ela segue o seu curso no Brasil, à revelia dos modelos europeus. A crônica brasileira evoluiu por conta de sua própria trajetória. (SOARES, 2014, p.30) Marcus Vinicius Soares nos diz que quem influenciou Stanislaw Ponte Preta, Nelson Rodrigues ou Mário de Andrade, certamente, foi França Junior, Machado de Assis e João do Rio. Significa dizer, então, que desde o início a crônica teria sido genuinamente nacional, fruto do fenômeno de apagar todo o processo de seu nascimento, criando sua própria identidade nacional. Para Marcus Vinicius Soares, significa “que se deve retomar ao ponto de partida, ao contexto oitocentista da crônica, no qual é possível perceber que a atenção ao cenário interno em quase todos os níveis sociais e não só o linguístico, é elemento constitutivo do gênero”. (SOARES, 2014, p.30-31.)

Segundo o autor, a concepção da nacionalidade do gênero não vinha sendo postulada desde o início do processo de “aclimatação”. A crônica parecia fadada ao fracasso em latitudes tropicais. Para ilustrar o que foi dito, Marcus Vinicius Soares faz uma análise de um trecho retirado de um texto clássico de um dos mais importantes cronistas brasileiros, Machado de Assis, que ora transcrevo:

No limiar da carreira, em série intitulada “Aquarelas”, publicada na revista *O Espelho*,

em 1859, Machado, descreve tipos da sociedade brasileira como o “fanqueiro literário”, o “parasita de mesa” e “literário”, o “empregado público aposentado” e, por fim, o “folhetinista”. Esses “retratos à pena” se aproximam do humor costumbrista praticado por Lopes Gama, no periódico *O Carapuceiro*, sem, contudo, a correção de costumes através do riso – o “*ridendo catigat mores*” – que norteia os textos do padre pernambucano. Pelo menos é o que podemos pensar a partir do próprio Machado de Assis (1859) quando ele afirma que a série não é “sátira em prosa”, uma vez que ele ‘não [faz] mais que reproduzir em aquarelas as formas grotescas e *sui generis* do tipo’ ou, então, quando finaliza o segundo texto, “O parasita”, omitindo ao leitor os meios de se extinguir essa praga social: “reproduzo, não moralizo”. Todavia, o autor parece contrariar a suposta ausência de efeito satírico no conjunto da série e de finalidade moral, nesse caso, no momento em que descreve o último deles. A figura que aparece no retrato apresenta o folhetinista como “uma das plantas europeias que dificilmente se tem aclimatado entre nós. O resultado da inadaptação não poderia ser outro: “força é dizê-lo: a cor nacional, em raríssimas exceções, tem tomado o folhetinista entre nós. Escrever folhetim e ficar brasileiro é na verdade difícil”. Vale recordar que, em 1859, a produção folhetinesca no Brasil já contava com figuras destacadas no meio intelectual como Justiniano José da Rocha, Francisco Otaviano e José de Alencar. Como Machado não relaciona nomes, não dá para sabermos se os ilustres predecessores estariam na lista das “raríssimas exceções”. (SOARES, 2014 p.33- 34, apud Machado de Assis, in *O Espelho: Revista Semanal de Literatura, Modas, Indústria e Artes*, RJ, Tipografia F.P. Brito, 11/09/1859.)

Segundo a análise de Marcus Vinicius Soares o texto de Machado de Assis nos mostra que a crônica ou folhetim, ao adquirir feição americana não se tornaria gênero, só adquiriria colorido local. Mas a crônica brasileira já nasce como gênero jornalístico, mesmo tendo características europeias. Ela apenas se aclimatária à ambiência nacional. Esse colorido local machadiano, a meu ver, se refere à nacionalização da crônica. Toda a problemática da brasilidade da crônica está relacionada com a perda de contato com a matriz europeia, mas nem tanto, pois é inegável a precedência francesa dos folhetins. Para existir, a crônica precisa estar ligada ao cotidiano do qual ela é relato. Com relação à crônica ser vista pela crítica como um gênero menor, Marcus Vinicius Soares traz algumas ponderações de Afrânio Coutinho, que dirá identificar o descaso da crítica para com a crônica devido a intimidade do gênero com seu veículo natural, não identificando na crônica algo durável e permanente, considerando-a uma arte menor. Essa desqualificação não estaria no texto e sim nas características do próprio jornal, sobretudo naquelas relacionadas à transitoriedade do meio e no seu vínculo com os modos industriais de produção. Marcus Vinicius Soares destaca o seguinte:

A comparação com outros gêneros torna-se, então, inevitável, e à minoridade da crônica contrapõe de imediato a maioria de outros gêneros (poesia, dramaturgia, romance, etc.). Como indaga Costa Lima, perto do papel exercido pelo romance no estabelecimento do nacionalismo moderno, “que função teria tido o seu primo

pobre, a crônica?”, e como nos lembra Cândido, “ninguém pensaria em atribuir o Prêmio Nobel a um cronista por melhor ele fosse”, donde se conclui tratar-se de gênero menor. (SOARES, 2014, p.38.)

Há uma proximidade formal entre a crônica e o romance, principalmente no tocante à modalidade do romance em série, que se consagrou nos jornais oitocentistas, sob a rubrica de romance-folhetim. No dizer de Marcus Vinicius Soares pode-se argumentar que o romance, ao contrário da crônica, não é um gênero jornalístico; mesmo tendo uma história semelhante a que deu origem ao jornal, os percursos históricos só se aproximam no século XX. Por conta disso o romance passa a absorver características do veículo através do qual se torna público de determinada comunidade de leitores e, a partir daí a produção desse período foi elaborada, tendo em vista o modo como seria publicada - se em série ou na forma de livro.

O autor diz ainda que todos os romances impressos como romance-folhetim seriam inferiores, o que poderia ser atestado pelos autores que não sobreviveram ao julgamento da posteridade. Marcus Vinicius Soares cita alguns autores estrangeiros e ressalta o brasileiro Joaquim Manuel de Macedo, considerando uma parcela de sua obra recentemente revalorizada, como *A Carteira do Meu Tio* ou *Memórias do Sobrinho do Meu Tio*. Marcus Vinicius Soares chama a atenção para os autores que tiveram suas narrativas redigidas em periódicos, inclusive diários, como Balzac, Flaubert, e especial destaque à Madame Bovary; Manuel Antônio de Almeida, cujo único romance *Memórias de um Sargento de Milícias* saiu semanalmente no Correio Mercantil; José de Alencar, com destaque para *O Guarani* e Machado de Assis, que dos nove romances que escreveu, cinco saíram primeiramente em periódicos, entre os quais *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e *Quincas Borba*.

O romance contribui para o imaginário social oitocentista, passando pelos jornais, inclusive no tocante ao nacionalismo e, por conta desse processo, interage com o universo da crônica. Muitos cronistas depreciavam a crônica, classificando-a como uma escrita sem maiores dificuldades e de fácil circulação - uma venda certa. Marcus Vinicius Soares ressalta o que disse o escritor Elsie Lessa que escrevia crônica para o Globo, “Tudo o que escrevi, até hoje, foi publicado. Sempre tive essa mentalidade profissional. Só escrevi para ganhar”. (SOARES, 2014, p.39, apud. Elsie Lessa. In.: *O Globo*, 1973.) Paulo Mendes Campos vai dizer: “e, hoje, uma parte dos leitores evoluiu, já procura o romance, a poesia, enquanto a outra parte deixou de se interessar pela crônica, preferindo a televisão e outros meios de comunicação mais fáceis”. (SOARES, 2014, p. 40, apud. Paulo Mendes Campos. In.: *O Globo*, 1973.)

A crônica desceu mais ainda, ocupando a última posição no campo literário. Há os cronistas que assinalam o caráter menos complexo do texto, afirmando que há tendência de fazer da crônica aquele texto que alivia o leitor das preocupações diárias. Marcus Vinícius Soares chama atenção para o que disse Mário de Andrade: “No meio da minha literatura, sempre tão intencional, a crônica era um *sueto*, válvula verdadeira por onde eu me desfadigava de mim. Também é certo que jamais lhe dei maior interesse que o momento breve em que, com ela, brincava de escrever”. (SOARES, 2014, p. 41, apud. Mário de Andrade. In.: *Os Filhos da Candinha*, Rio de Janeiro: Agir, 2008.) A visão um tanto depreciativa da crônica pelos próprios escritores que trabalham com ela a tornam um gênero minoritário no universo literário. Ela é vista como um descanso de algo que não requer tanto trabalho por parte do escritor. Com relação à crônica como gênero literário, Marcus Vinicius Soares destaca: “[...] Um tipo de texto redigido ‘ao correr da pena’ para ser lido ‘ao correr dos olhos’ em suporte efêmero, tratando de variedade quase infinita de assuntos, e assuntos muitas vezes miúdos do dia a dia, não teria vez no panteão dos grandes gêneros literários” (SOARES, 2014, p.48.) Toda essa problemática advém da inclusão da crônica nos livros, invadindo assim o espaço dos grandes gêneros. Marcus Vinicius Soares ressalta o seguinte artigo publicado no *Jornal do Brasil* na seção “Literatura” do Caderno B, de 7 de agosto de 1963. “A Crônica É o limite”:

Francisco de Assis Almeida Brasil reage contrariando à “enxurrada de livros de crônica publicada ultimamente”, segundo ele, um “mau sinal para literatura brasileira”, já que, por um lado converte o escritor de talento, entregue ao percurso fácil e lucrativo, em ‘cronista leviano, superficial e romântico’, e, por outro explicita certa atividade editorial perniciosa, na qual gatos são vendidos no lugar de lebres, ‘crônica jornalística como literatura’. (SOARES, 2014, p.48, apud. Francisco de Assis Almeida Brasil. In.: *O Jornal do Brasil*, 1973.)

Segundo explicação de Marcus Vinicius Soares o crítico demonstra indignação porque neste momento editoras estavam sendo criadas para publicar crônicas, portanto, uma vida literária menos sofisticada estava surgindo e o autor estava livre para escrever sobre qualquer assunto, dele surgindo uma crônica. Marcus Vinicius Soares assinala um artigo de Nelson Werneck Sodré, no jornal *Última Hora*, 14/12/1956, que afirma o seguinte:

Tudo aquilo que convencionamos aceitar como literário representa, na imprensa, o resíduo provinciano. Substituída, pouco a pouco, pela reportagem, incompatibilizada com o sentido de atualidade que o jornal não pode dispensar, a crônica descambou para uma falsidade transparente de que não pode encontrar saída. (SOARES, 2014, p.49.)

Em 1960, Rubem Braga, Fernando Sabino e Walter Acosta inauguram a editora do Autor com coletâneas de crônicas de Manuel Bandeira, Clarice Lispector, Paulo Mendes Campos, Drummond de Andrade, Raquel de Queiróz e Stanislaw Ponte Preta. Nesse momento estão surgindo no Brasil as editoras voltadas para o gênero crônica que, com isso, se torna um gênero literário. O jornalista Temístocles Linhares, do Jornal *Estado de S. Paulo*, em 20/10/1957, chama a atenção para o seguinte: “Continuam a aparecer mais livros de crônicas”. E ressalta: “A crônica: [...] me pus a recordar o que tenho dito a respeito do gênero mais em moda atualmente entre nós, de sua efemeridade, de sua reduzida valia literária, de sua perda de substância na passagem do jornal ou da revista para o livro, etc.” (SOARES, 2014, p.55.)

Por tudo que já foi exposto, podemos atribuir a escassez dos livros de crônica antes de 1960 por conta da falta de credibilidade de seus autores de que a crônica é sim um gênero literário. Marcus Vinicius Soares ressalta que:

No século XIX, Macedo trouxe a lume *Um passeio pela Cidade do Rio de Janeiro* (1862-1863), lamentando, retoricamente, a sua 'inabilidade de escritor', e *Memórias da Rua do Ouvidor* (1878), ambos estampados de modo seriado no *Jornal do Comércio*, embora esses textos não fossem propriamente crônicas. Em coletânea de seus textos jornalísticos, Filigranas, Luís Guimarães Júnior, pouco indulgente com o gênero, escreve: “este livro[...] está destinado a ser o último produto da musa inconsistente, banal e caprichosa do folhetim, de tão pouco valor realmente, no erário da verdadeira literatura pátria”. (SOARES, 2014, p.56.)

O autor nos informa que o próprio Machado de Assis reuniu apenas seis crônicas para comporem o livro *Páginas Recolhidas* (1899). Mas o montante de crônicas machadianas alcança mais de seiscentas publicadas durante os seus quarenta anos de trabalho como cronista. Tristão de Ataíde confessava: “É um gênero que absolutamente não me interessa”. Comentando o livro de Henrique Pongetti, apresentava a seguinte justificativa, baseada na inadequação da crônica ao suporte livresco:

...nas páginas de um livro, uma crônica[...] dá sempre a impressão de uma flor murcha, dessas que antigamente se guardavam nos livros, e que lembram apenas melancolicamente, o frescor da vida que possuíram. Uma crônica num livro é como passarinho afogado. Tira a respiração e não interessa. (SOARES, 2014, p.58, apud. Tristão de Ataíde. In.: *Estudos: Quinta Série*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933.)

De acordo com Marcus Vinícius Soares, três décadas depois a crônica se mostra viva e veiculada através do livro atinge um mercado consumidor impensado e Tristão de Ataíde muda o seu foco de interesse e escreve oito artigos para o Diário de Notícias tratando da crônica. O autor diz também que Afrânio Coutinho trata a crônica em pé de igualdade com os outros gêneros, tanto que o crítico afirmará que “a crônica propende para um grau de tal especialização [...] que seu exercício não se coaduna com a imprensa diária”. (SOARES, 2014, p.60, apud Afrânio Coutinho, in *Da Crítica e da Nova Crítica*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.)

Marcus Vinícius Soares nos mostra que Eduardo Portella também tem uma visão igualitária da crônica e aceita bem a transcendência da crônica do gênero jornalístico para a constância dos livros. Mas ele aponta também a ambiguidade da crônica, que se inclina para a direção dos mais variados gêneros (conto, ensaio, poema em prosa), às vezes sendo praticamente absorvida por aquele do qual se aproxima. Portella mostra que essa plasticidade lembra o caráter efêmero do jornal, seu veículo originário. Isso a torna pouco favorável à sua inserção no campo literário, mas ela pode trazer para si a característica do gênero que está mais próximo dela, e esse enriquecimento poético lhe dá condições de se transportar para o livro e se distanciar do seu destino de notícia efêmera, alçando ao status de obra de arte literária. Massaud Moisés diz que:

A crônica encontraria o seu lugar, além daquele que lhe caberia originalmente nas páginas do jornal, entre a “reportagem e a literatura”, com a diferença de que, enquanto em outras modalidades jornalísticas a finalidade é meramente informativa, na crônica o que se busca é ‘transcender o dia a dia pela universalização de suas virtualidades latentes, objeto esse, via de regra, minimizado pelo jornalista de ofício. (SOARES, 2014, p.64, apud. Massaud Moisés. In.: *A Criação Literária: prosa*. São Paulo, Cultrix, 1985.)

De acordo com Marcus Vinícius Soares, Massaud Moisés vê com certa restrição o alcance literário da crônica, que segundo ele, estaria limitada a “voos sem transcendência, embora desejando-lhe voos de imanência”. (SOARES, 2014, 64, apud. Massaud Moisés, *ibidem*.)

No tocante ao livro, Marcus Vinícius Soares diz que Antônio Cândido pensa a relação da crônica com o livro como se fosse um teste de resistência: Em 1958, Antônio Cândido, resenhando um livro de Drummond, *Fala, Amendoeira*, alude aos exemplares do gênero que resistem “bem à prova deste veículo de escritos destinados a vida mais longa”; em 1980 afirmará o seguinte: “quando a crônica passa do jornal ao livro, nós percebemos meio espantados que a sua durabilidade pode ser maior do que ela própria pensava”. (SOARES,

2014, p. 64, apud Antônio Cândido, *ibidem*, p. 24.) Outro citado por Marcus Vinícius Soares é Hélio Pólvora, em artigo que comenta *O Anjo Bêbado* e *Café da Manhã* de Paulo Mendes Campos e Dinah Silveira de Queiroz, respectivamente: “a crônica evolui da coluna de jornal ou revista para o livro e como tal resiste além do que seria lícito esperar-se.” (SOARES, 2014, p.65, apud. *Jornal do Brasil*, 24/12/1969.)

Toda essa questão só é exposta pelo fato da crônica surgir dos jornais, meio de comunicação efêmero e trazer na sua construção o caráter de urgência, por conta de seu veículo original de divulgação. Ao tratar da transcendência da crônica, Marcus Vinícius Soares nos mostra alguns livros de crônicas que foram editados e reeditados, apesar de seus autores não estarem mais vivos:

Machado de Assis teve as suas crônicas impressas em livro na década de 1950 pela Jackson, Cosac Naify lançou em 2008 e 2009 dois belos livros de crônicas inéditas de Manuel Bandeira, Olavo Bilac foi contemplado com uma caixa na qual constam, além do volume de ensaios, dois outros com textos jornalísticos. *Ai de Ti Copacabana*, de Rubem Braga já passou da sua 28ª edição, a primeira foi publicada em 1960. [...] (SOARES, 2014, p.66.)

De acordo com Marcus Vinícius Soares, podemos, então, afirmar que os romances e poemas que são escritos originalmente para compor os livros não garantem a sobrevivência da obra e a escrita desses romances e poemas em periódicos não os condena ao desaparecimento. Até porque muitos deles foram escritos para figurarem em jornais e revistas que já não existem mais; para se ter acesso a essas obras, só recorrendo a bibliotecas especializadas, o mesmo que acontece com material jornalístico. Por essa razão é que Marcus Vinícius Soares discorda de Massaud Moisés, quando este afirma que “se a crônica continuasse encerrada nos periódicos, não haveria como examiná-la: o tratamento crítico de um texto literário implica, via de regra, na presença do livro”. (SOARES, 2014, p.67, apud. Massaud Moisés, *ibidem*.) Também comentará o seguinte:

Sob esse prisma, transcendência confunde-se com literatura, quer dizer, um texto qualquer só será literário na medida em que transcende as circunstâncias do aqui e agora de suas condições de publicação, atingindo um grau de perenidade para o qual a contribuição do formato livro teria sido, para esses críticos, decisiva. (SOARES, 2014, p.67, *ibidem*.)

Deduzimos então; que, apesar da perenidade do livro, existe aí uma contradição, pois a partir do momento que o livro se torna historicamente o repositório por excelência de textos, sobretudo impressos, a memória perdeu a sua função, não tem mais importância como meio de armazenamento de informações. Agora, o texto está resguardado nas páginas do livro e

tende a sobreviver como peça arqueológica nas bibliotecas. Se o livro pode garantir a perpetuação do texto, ao mesmo tempo não pode assegurar que será o único meio do leitor ter acesso à sua leitura. Marcus Vinicius Soares nos diz o seguinte:

Se a noção de transcendência não se sustenta no livro, ela é ainda mais prejudicial em relação ao entendimento do próprio gênero em questão, pois a transcendência na verdade descaracteriza-o, já que desfaz a ambiguidade que lhe constitui. [...] Ao buscar na interface com outros gêneros, principalmente os poéticos, um modo de superar as contingências de sua publicação, a crônica acabaria sendo absorvida de tal forma que a ambiguidade desapareceria em prol dos gêneros com os quais dialoga (percebe-se isso, por exemplo, em alguns exemplares líricos de Rubem Braga, em certos “contos” de Fernando Sabino e no que há de anedótico ou mesmo fabular em Stanislaw Ponte Preta). (SOARES, 2014, p. 68.)

Segundo Marcus Vinicius Soares a questão da literariedade da crônica surge, não só pelo aumento da quantidade de livros de crônicas, como também pela nova postura do leitor crítico, que retoma a questão da feição moderna do gênero em livro a partir de 1930, então tomada como parâmetro, inclusive retrospectivo, de nacionalidade do gênero. O movimento em favor da forma literária da crônica tem a ver com a modernidade da mesma. Pois, enquanto a literariedade afasta a crônica de sua singularidade dos fatos cotidianos, a modernidade da crônica faz o inverso, mergulha no dia a dia dos centros urbanos. O autor explica:

Muitos poetas e romancistas brasileiros das primeiras décadas do século XX procuraram resgatar a literatura de cumes elevados, fosse dos cismos nevados dos alpes românticos ou das torres de marfim parnasianas, a fim de lançá-la nos desvãos da vida que se modernizava, e por onde alguns cronistas já transitavam por dever de ofício – pensamos, principalmente, em João do Rio. Oswald de Andrade escrevia, abrindo o seu “Manifesto da Poesia Pau-Brasil”, de 1924: “a poesia existe nos fatos”, para, quase ao final, assinalar: ‘apenas brasileiros de nossa época. [...] Bárbaros, crédulos, pitorescos e meigos. Leitores de Jornais’. (SOARES, 2014, p.70-71.)

Nas palavras de Oswald de Andrade, é a literatura que encontra na escrita jornalística a sua modernidade e, portanto, um novo padrão literário, e não o contrário, como sugere a crítica. Marcus Vinicius Soares, ao retomar a já citada série “Aquarelas”, de Machado de Assis, mostra que o autor de *Quincas Borba* assinalava a procedência da crônica: “o folhetim nasceu do jornal, o folhetinista, por consequência, do jornalista. Esta íntima afinidade é que desenha as saliências fisionômicas na moderna criação”. (SOARES, 2014, p.71-72, opus já citada). De acordo com o que ressalta Marcus Vinicius Soares, essa familiaridade faz surgir a ambiguidade tão característica do escritor do gênero, como ensina Machado de Assis: “O

folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo”. (SOARES, 2014 p.72, opus já citada). Marcus Vinícius Soares também destaca:

Efeito estranho é este assim produzido pela afinidade assinalada entre o jornalista e o folhetinista. Daquele cai sobre este a luz séria e vigorosa, a reflexão calma, a observação profunda. Pelo que toca ao devaneio, à leviandade, está tudo encarnado no folhetinista mesmo: é capital próprio. (SOARES, 2014, p.72.)

Interpretando o que se entende por ambiguidade na crônica em conformidade com o que descreveu Marcus Vinícius Soares, a ambiguidade articula com os polos jornalísticos e literários: o par “útil e sério” teria ligação com o jornalístico e o literário com o encontro da crônica machadiana, enquanto o par útil e fútil se converte em arte, pois agrega características estéticas diferenciadas da linguagem jornalística do século XIX. Importante destacarmos este trecho em que Marcus Vinícius Soares trata o texto Machadiano:

A partir do modo como entendemos o texto machadiano, a situação inicial da crônica deve ser pensada dentro da esfera jornalística, tendo como ponto de partida a emergência do folhetim no contexto da imprensa periódica oitocentista, embora não restrita a ela; aí, a ambiguidade, por mais que aproxime a crônica de outros gêneros, inclusive o histórico, não permite que ela extrapole o “sistema de condicionamentos” que a envolve no interior do circuito comunicativo para o qual é produzida, no qual circula e através do qual é recebida por determinado público leitor. (SOARES, 2014, 73-74.)

Podemos deduzir desta citação, no tocante à crônica do século XIX, que ela está originalmente confinada ao jornal, localizada no folhetim, o que não quer dizer que esteja restrita ao jornal; sua ambiguidade a liberta para se relacionar com outros gêneros, e mesmo que ocorra a sua transcendência para o livro, ela permanecerá com suas características originais.

Agora, trataremos da origem da crônica. Segundo Marcus Vinícius Soares, primeiro surge o folhetim, que na língua materna recebe o nome de *feuilleton*. Criado em espaço de jornal, em 28 de janeiro de 1800, pelo *Journal des Débats*, o *feuilleton* situava-se no rodapé, separado por um traço horizontal que o destacava do resto da página. Tratava-se de espaço que continha a maior variedade de anúncios, bem como propaganda de espetáculos teatrais e efemérides políticas e literárias, moda e jogos de adivinhação. O autor descreve que a seção *feuilleton* surge no periódico brasileiro: ‘*O Moderador, Novo Correio do Brasil, Jornal Político, Comercial e Literário*’. No segundo número, nessa referida seção, aparecia uma

resenha sobre o primeiro volume do *Parnaso Brasileiro, ou Coleção das Melhores Obras dos Poetas do Brasil, Tanto Inéditas como já Impressas*, do Cônego Januário da Cunha Barbosa, seguida da transcrição do prefácio e sob a responsabilidade de Henri Plasson, amigo de D. Pedro I.

Tratava-se de um jornal que publicava textos em português e francês, sempre lado a lado; sua periodicidade, inicialmente, era de duas vezes por semana, em dias indiscriminados. Mas, seu redator resolve estabelecer novos propósitos, o jornal perde o título de “novo correio do Brasil” e passa a ser publicado em português, quando a periodicidade passa a ser quartas e sábados. O termo *feuilleton* foi traduzido para “Apêndice”. Contudo, *O Moderador* teve curta vida e a seção “Apêndice” só apareceu quatro vezes, com resenhas de livros. Ele atualiza apenas a atividade crítica, no caso, bibliográfica, não se preocupando com a dinâmica cultural. Na seção “Variedades”, algumas vezes continha assuntos literários e teatrais, mas a diretriz do jornal era político partidária, defendendo fortemente o imperador e travando uma “guerra” com o jornal *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, um dos adversários do governo. Segundo Marcus Vinícius Soares a palavra folhetim surge no *Jornal do Comércio* no ano de 1839, sendo empregada até hoje. Ele mesmo destaca:

Não seria novidade afirmar que folhetim corresponde ao aportuguesamento da palavra espanhola folletin, diminutivo do substantivo folleto, com a qual a imprensa hispânica nomeou a seção. É possível encontrá-la designando o rodapé da página no lugar do termo boletim, pelo menos desde 1835, ou seja, quatro anos antes de seu registro na imprensa brasileira, no exemplar de 5 de outubro do diário madrileno *La Revista Española*. Curiosamente, não achamos nenhuma alusão ao termo em periódicos portugueses antes da década de 1840, o que nos leva a crer que aclimação, nesse caso, possa ter ocorrido na direção oposta ao da antiga rota colonial. (SOARES, 2014, p.99.)

O *feuilleton* foi ganhando menos espaços anunciativos e ficando mais diversificado; passou a ter mais comentários sobre variadas atividades culturais da cidade: teatro, livros publicados, bailes e a vida mundana em geral. Deixava, aos poucos, de ser uma rubrica no pé da página do jornal e passou a constituir um gênero discursivo autônomo no interior deste. Marcus Vinícius Soares nos mostra o seguinte exemplo:

Podemos destacar de *O Cronista* um exemplo que nos parece bastante sintomático desse processo de autonomização que, embora possa ser considerado quase exceção à regra na década de 1830, em face do contexto marcadamente político do periodismo de então, surpreende por apresentar características que serão depois trabalhadas pelos futuros folhetinistas e cronistas, e não só do século XIX. Estamos aludindo ao texto de Justiniano da Rocha, intitulado “A Caixa e o Tinteiro”, publicado em 26 de novembro de 1836, no rodapé ‘Folha Literária’. Em tom ao mesmo tempo apoloético e satírico, o autor enfatiza a importância dos objetos do

título como fonte de inspiração – “se tenho algum valor, a vós o devo” – aos que se dedicam à escrita hebdomadária: Realmente quem se mete no duro ofício de jornalista, quem se obriga a ter regularmente à sua disposição em horas certas e apazadas, duas vezes por semana, ideias que interessem, expressões que as representam, quem se compromete a ter espírito e imaginação obedientes e dóceis como os membros do corpo (quando algumas paralisia, algum reumatismo, ou qualquer outro inconveniente lhes não vem embargar os movimentos) faz dó excita a compaixão se não sabe recorrer à sua caixa, e a seu tinteiro, se não sabe avaliar quanto lhe podem ser úteis esses socorros: às vezes lhe há de acontecer o que me aconteceu hoje, e o coitado não terá os recursos que tive.’ (SOARES, 2014, p. 101, 102.)

De acordo com a análise do escritor citado acima, o autor do texto procura combinar os mecanismos discursivos da imprensa periódica com a modalidade de escrita mais intimista que começava a chegar ao Brasil coincidindo com o surgimento do romantismo, que aqui aporta pelas mãos de Gonçalves de Magalhães, um dos criadores da revista *Niterói*, onde foi publicado *Suspiros Poéticos e Saudades*, em 1836.

Em conformidade com a descrição de Marcus Vinícius Soares, em 1839 o *Jornal do Commercio* traz nas suas páginas a seção *feuilleton*, com o nome de folhetim, publicando o texto *Edmundo e sua Prima*, de Paul Kock. No ano seguinte, o Diário do Rio de Janeiro apresenta na seção “Apêndice” o romance *Catharina Corner*, de Alphonse Royer. No espaço da seção folhetim constarão a crítica teatral e os romances. Martins Pena comentará na coluna “A Semana Lirica”, no *Jornal do Commércio, de 1847*, óperas e operetas, entre outros espetáculos, quando dirá o seguinte:

Quando escrevemos nosso folhetim temos unicamente em vista comunicar ao público que peças subiram, à cena durante a semana lírica, e como foram executadas. Naturalmente a crítica deve ter grande parte nos nossos escritos, já para a correção dos artistas. (SOARES, 2014, p.145.)

Marcus Vinícius Soares esclarece que Martins Pena analisa, nesse mesmo folhetim, a ópera de Donizetti, *A Filha do Regimento*, descrevendo com riqueza de detalhes o cenário, o desempenho da orquestra e o desenvolvimento do enredo, bem como a atuação dos cantores e do maestro. O teatrólogo também diz que esse folhetim saiu com atraso, pois queria fazer uma experiência de ouvir a ópera quatro ou cinco vezes para melhor formar uma opinião e retificar numa noite o engano da outra.

Após discutirmos sobre a origem do folhetim, como se caracteriza nos jornais e de demonstrar o que compõe o seu espaço, trataremos da autonomização da crônica no percurso jornalístico de Machado de Assis. Marcus Vinícius Soares explicita como Machado de Assis definia o folhetinista: “o folhetinista, na sociedade, ocupa o lugar do colibri na esfera vegetal;

salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espaneja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo mundo lhe pertence até mesmo a política”. (SOARES, 2014, p.217. In.: Machado de Assis, *ibidem*.) Marcus Vinícius Soares nos conta que o bruxo do Cosme Velho foi alçado pela direção de *O Espelho* ao cargo de redator da seção “Revista dos Teatros”, na qual seria o responsável pelos comentários das montagens teatrais do momento.

Machado ficou orgulhoso, conta João Michel Massa, no livro *A Juventude de Machado de Assis*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1971. Destaca um trecho de um dos artigos da seção, no qual descreve um sarau artístico em benefício do violinista Paul Julien: “Lá estive no posto oficial que me confere o cargo de cronista: e pude embeber-me, como todos, em uma *maré magnum* de emoções novas”. (SOARES, 2014, p.218.) Ele já vinha colaborando espaçadamente nos jornais *A Marmota*, *Correio Mercantil* e *O Paraíba*; o autor de *Dom Casmurro* ainda não ocupava a posição de destaque que tornaria célebres os seus antecessores mais ilustres: Francisco Otaviano e José de Alencar.

Marcus Vinícius Soares relata que, curiosamente, é no *Diário do Rio de Janeiro*, que fora dirigido por José de Alencar, que Machado, em 1860, ingressa de fato na carreira jornalística; no ano seguinte, surge a coluna “Comentários da Semana”, iniciando, assim, o seu percurso de cronista. Nela, o escritor destacava os acontecimentos mais significativos da semana, da política aos lançamentos literários, estreias teatrais e eventos sociais. Entretanto, essa coluna vinha no corpo principal do jornal, dentro da seção “Comunicado” e não no rodapé da página. Era assinada pelo pseudônimo Gil e depois por M.A, quando o título passou a ser a rubrica da própria seção. Não tinha dia certo para sair e nem página fixa, podendo vir na primeira página ou na segunda; além disso, a partir do segundo artigo, o texto viria precedido de um cabeçalho.

Marcus Vinícius Soares destaca um trecho de um artigo de Machado de Assis, de 12 de julho de 1864, no *Diário do Rio de Janeiro*, em que o autor compara o folhetim a um apóstolo, ressaltando a vantagem daquele, por conta da cômoda situação propiciada ao folhetinista, de observador apartado dos fatos:

É um apostolado garantido pela polícia, feito em plena sociedade urbana. Em vez de pisar areias ardentes ou subir por montanhas escalvadas, tenho debaixo dos pés um assoalho sólido, quatro paredes dos lados e um teto que nos abriga do orvalho de noite e das pedradas dos garotos. E por cúmulo de garantia ouço os passos da ronda que vela pela tranquilidade do quarteirão. É cômodo e nem por isso deixa de ser glorioso. (SOARES, 2014, p.231.)

Segundo Marcus Vinícius Soares, na série intitulada “A Semana”, publicada na Gazeta de Notícias, de 1892 a 1897, Machado vai constituir novos parâmetros ao gênero. Como veremos neste exemplo em que o escritor se refere à morte do ex-presidente marechal Deodoro da Fonseca.

Para um triste escriba de coisas miúdas, nada há pior do que topar com o cadáver de um homem célebre. Não pode julgá-lo por lhe faltar investidura para louvá-lo, há de trocar de estilo, sair do comum da vida e da semana. Não bastam as qualidades pessoais do morto, a bravura e o patriotismo, virtudes nem defeitos, grandes erros nem ações lustrosas. Tudo isso pede estilo solene e grave, justamente o que falta a um escriba de coisas miúdas. (SOARES, 2014, p.232-233.)

Marcus Vinícius Soares chama a atenção para o fato de que o texto acima adere aos acontecimentos, a ponto de mimetizar a mobilidade da crônica, que é, antes de tudo, a do próprio cronista, que era presente no início da produção Machadiana e que gradativamente vai sofrendo expressivas modificações. Essa mobilidade, tão cara ao cronista, juntamente com todos os aspectos inerentes à crônica, desde a década de 1830, se estão presentes nos textos Machadianos dos anos de 1860, tornam-se resquícios na década seguinte, e praticamente desaparecem na de 1880, em diante. Apesar do trabalho de disposição do texto em busca da unidade formal, tornando-o mais coeso e conciso nesse processo de autonomização dos comentários voltados para a digressão e a reflexão e do deslocamento da posição do cronista, não há rompimento do elo que une a crônica com o tempo presente.

No caso de Viriato Corrêa, suas crônicas não estão compromissadas com o presente e sim com o passado: são crônicas históricas. Segundo afirmação de Ricardo Oriá, Viriato Corrêa acreditava que, ao escrever crônicas históricas, estava ajudando a “popularizar” a História do Brasil. Com isso, ele produziu mais de uma dezena de crônicas históricas, todas posteriormente publicadas em livros. Como o autor maranhense tinha a preocupação de passar a História do Brasil para aqueles que não a conheciam, ou a conheciam mal, encontrou na crônica um veículo divulgador e que contribuiria para melhor entendimento da história deste país, pois carregava ela em sua gênese a força do testemunho histórico de uma época.

Viriato Corrêa, no início de sua carreira jornalística, ao lado de Paulo Barreto, que já publicara o livro que o consagrou: *As Religiões do Rio*, escreve no jornal *Gazeta de Notícias* crônicas sobre teatro. Um cronista da época, Luiz Edmundo, no seu livro *O Rio de Janeiro do meu tempo*, registra esta parceria, que será retomada para a escrita do livro infantil “Era uma vez...” Viriato Corrêa já trazia experiência neste universo, pois, escrevia histórias para a revista *Fafazinho*. Quando ingressa no *Jornal do Brasil*, o escritor maranhense já trazia

bagagem de jornalista conhecido. Sua admissão no periódico foi anunciada com grande destaque:

Inicia hoje a sua colaboração nesta folha o Sr. Viriato Corrêa. Trata-se de um dos melhores escriptores do Brasil contemporâneo. E certamente: nenhum de nossos leitores deixará de conhecer as suas chronicas leves e finas ou os seus contos sertanejos, tão cheios da saudade da terra selvagem, tão impregnados dessa doce poesia da recordação. [...] a mais importante de suas actividades tem sido, sem dúvida, a de jornalista. Viriato escreve novellas, pequenos contos, narra episódios históricos, através de chronicas jornalísticas, com uma leveza, uma graça, um encanto particular. [...] . Os leitores do Jornal do Brasil hão de agradecer-nos a satisfação que ora havemos de dar, offerecendo-lhes, cada semana uma página de Viriato Corrêa. (ORÍÁ, 2011, p.86.)

Pode-se observar que, pelo entusiasmo com que o *Jornal do Brasil* recebeu Viriato Corrêa, fica demonstrado que sua carreira jornalística já está consolidada. O seu início bem-sucedido na *Gazeta de Notícias* lhe conferiu um lugar de destaque no meio jornalístico. Já faz parte do rol dos grandes escritores da época. Na crônica está a marca registrada de seu sucesso. Seu primeiro livro de crônicas históricas foi publicado em 1921 e sua entrada no *Jornal do Brasil* se deu em 1925. O livro *Histórias de nossa História* foi publicado pela editora de Monteiro Lobato. Ele traz, em forma de crônicas, capítulos sobre a vida de Colombo, Chica da Silva, Manuel da Nóbrega, Joaquim Silvério dos Reis, ao lado de aspectos relacionados à vida cotidiana do Rio de Janeiro.

Após a publicação desse livro vieram outros, tais como: *O Brasil dos meus avós*, *Baú Velho*, *Gaveta de Sapateiro*, *Alcovas da História* etc. Todos foram publicados pela Companhia Editora Nacional no Rio de Janeiro. Pela Editora Civilização Brasileira, um braço da CEN, saíram os seguintes livros: *Terra de Santa Cruz*, *O país do pau de tinta* e *História da liberdade no Brasil*. Por sugestão dos leitores, em 1932 sua coluna no *Jornal do Brasil*, “Gaveta de Sapateiro”, em que usava o pseudônimo de “Frei Caneco”, foi convertida em livro: *Gaveta de Sapateiro: miudezas desarrumadas da História Nacional*. Não se encontrou nenhuma explicação sobre a escolha desse pseudônimo, porém tudo indica que o autor estava passando por uma situação política complicada.

Viriato Corrêa combateu abertamente a Revolução de 1930, que marchava do Rio Grande do Sul, fez uma forte campanha pelo rádio, e no dia 24 de novembro foi preso na Cruz Vermelha. Todavia, o pseudônimo Frei Caneco tem um toque de humor, demonstrando o estilo sem sisudez de suas crônicas e dando um toque de leveza à coluna. Talvez o cronista tenha escolhido essa alusão ao personagem histórico Frei Caneca por ele ter sido um revolucionário, um líder intelectual e político da revolução pernambucana de 1817 e da

Confederação do Equador, de 1814. Frei Caneca encarna o lado combativo e revolucionário de Viriato Corrêa. “Frei Caneco”, o lado jocoso e bem-humorado, é leve e franco. Até 1932, o cronista usará esse pseudônimo em suas 140 crônicas, que não levam títulos enquanto estão nas páginas dos jornais, pois só os tiveram quando foram publicadas no livro *Gaveta de Sapateiro: Miudezas desarrumadas da História do Brasil*, editado pela Companhia Editora Nacional, em 1932, como já dito.

Para Viriato Corrêa, a coluna “Gaveta de Sapateiro” foi criada com a intenção de fazer jornalismo e não história. Ele não tem interesse em ser erudito ou mesmo literário. Quer a diversão, a liberdade da crônica, narrar as coisas que estão obscuras, que não são vistas, nem são grandiosas. Ele quer o que o historiador não tem, o descompromisso com a história, matéria prima de sua produção cronística. Destaco aqui o livro *Casa de Belchior*, no qual Viriato Corrêa reúne 28 crônicas envolvendo personagens de nossa história. Tais crônicas foram inicialmente publicadas no *Jornal do Brasil*, na coluna “Gaveta de Sapateiro”, em 1933, e transportadas para livro em 1936, essas crônicas históricas não mais pertenciam à contemporaneidade do autor e, portanto, estavam longe do cotidiano. O cotidiano que as envolve é o do passado colonial.

A ambiguidade que tanto as caracteriza se faz presente ao serem transplantadas para livro. Assumem a feição de conto, pois esse é o gênero ao qual elas mais se aproximam. As crônicas que descreveremos abaixo são as oito crônicas envolvendo a vida da personagem Branca Dias, que estão no livro *Casa de Belchior*, sob o título “Branca Dias”, que consta de 28 crônicas e são as seguintes: “O café que nos enriqueceu”; “A evolução do Nosso Pae”; “O primeiro namorado da terra brasileira”; “O que fez Joaquim Silvério trair”; “A terra dos pobretões”; “Olinda dos velhos tempos”; “A noite histórica dos maos versos”; “O que nasceu para levantar dúvidas”; “Os capoeiras”; “A terra transformadora”; “Navios do tempo do descobrimento”; “O bispo que os índios comeram”; “Os bens dos dois revolucionários”; “Os primeiros momentos da guerra contra os holandeses”; “O golpe de Estado que falhou”; “A saia histórica”; “O homem que os tenentes governavam”; “A entrega das chaves”; “Branca Dias”; “Porque a marquesa de Santos não foi imperatriz”; “A batalha de Salamina”; “De uma a outra ponta do estreito”; “O Cavallo e os índios brasileiros”; “Primeiros artistas coloniais”; “A que primeiro soube ler”; “Os calotes do pae da marquesa”; “O capitão e o coronel”; “A pátria do arranha céu”.

Destacamos alguns trechos do conto “Branca Dias”, que anteriormente, na sua feição jornalística era crônica; agora ao lado das demais reunidas sob um só título e nas páginas do

livro *Casa de Belchior*, adquirirem as características do gênero ao qual a crônica mais se assemelha. Destacamos, pois, alguns trechos do conto “Branca Dias”:

Há duas Branca Dias. Uma autenticamente histórica, outra florida de lenda. A histórica, ao tomar passagem para o outro mundo, estava no porto remansoso e pacífico de sua cama de viúva. A lendária fez a viagem para a outra vida nas santas labaredas de fogueira inquisitorial. A histórica é portuguesa e viveu em Pernambuco, para onde veio degredada pela Inquisição de Lisboa. A lendária é brasileira e nascida na Paraíba do Norte. A primeira viveu no final do século 16, em Olinda. A segunda, ora viveu no final do século 17, ora em pleno século 18 e na capital paraibana. A que a história conhece era mulher de Diogo Fernandes e teve vasta prole e morreu velha. A fabulosa era filha de Simão Dias e de Dona Maria Alves, não se casou e morreu virgem. Dizer que há duas Brancas Dias é aventurar muito. O que se acredita é que a Branca Dias que morreu nas fogueiras da Inquisição é a mesma Branca Dias que a inquisição não matou, nem a fogo nem por qualquer outro meio. (CORRÊA, 1936, p. 162.)

O conto ‘Branca Dias’ reúne todas as crônicas devotadas à figura emblemática de Branca Dias. Viriato Corrêa traça um panorama de toda a trajetória da judia que chegou a Pernambuco degredada de Portugal. O cronista relata toda a saga dessa cristã-nova que se divide entre a história e a lenda. Ao mesmo tempo que a Branca Dias histórica e a Branca Dias lendária se aglutinam em uma só, essa junção é responsável por torná-la uma personagem fantástica.

Que existiu uma Branca Dias não tem a história dúvida nenhuma. Essa, porém, viveu no nosso primeiro século de civilização, na terra pernambucana. A outra, a da Paraíba, é lendária. Quem nos afirma isso é Rodolpho Garcia na “Introdução da Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil” (série Eduardo Prado – para melhor conhecer o Brasil). E Rodolpho Garcia, com as suas raras qualidades de pesquisa, de paciência e de cultura, quando estuda um assunto, esgote-o e quando faz uma afirmativa é quase impossível contraditá-lo. Para os escritores conscienciosos da Paraíba, a figura de Branca Dias não tem adornos de lenda. É perfeitamente histórica. Conta-se-lhe a tragédia na bela terra de Pedro Américo com grande calor de sinceridade e forte cunho de emoção. (CORRÊA, 1936, p.162.)

Viriato Corrêa, para construir sua narrativa, acionou vários historiadores, descritos no conto. Por ser um escritor preocupado em ‘democratizar’ a história do Brasil, se preocupou em narrar a vida de Branca de forma simples, visando mostrar que história e lenda caminham juntas.

Preso, Branca Dias foi levada para o Colégio dos Jesuítas, até a partida do navio para o Reino. Em Lisboa o processo seguiu sua marcha. A condenação veio finalmente. E no dia 20 de março de 1760, às 6 horas da tarde, a heroína paraibana morreu queimada nas fogueiras da Inquisição. No Suplicio de Branca Dias há uma nota de alta emotividade. Jeronyma, a escrava, não quis ficar no mundo sem o afeto

de sua senhora-moça. E no momento em que as labaredas envolviam o corpo da condenada, ela se atirou á fogueira e morreu abraçada aquela que foi a sua ternura vida. Em março do ano seguinte quem morria na Paraíba, nos calabouços do Convento de São Francisco, era Augusto Coutinho. A lenda, com as suas vestimentas coloridas, tem o condão do sol: enfeita, ilumina e doura a tudo que toca. (CORRÊA, 1936, p.162.)

Por conta disso, Branca Dias vai surgir com adornos de lenda, uma maneira ilustrativa de se registrar a presença do Santo Ofício no nordeste da colônia tropical portuguesa. Segundo a voz do povo, a judia saiu daqui presa e morreu queimada em Lisboa. A partir daí se imortaliza e aparece na Paraíba. Para alguns, sempre foi brasileira e para outros, portuguesa; sua origem nebulosa lhe confere o sopro da eternidade, que Viriato evidencia em sua narrativa.

E o que é curioso em tudo isso é que o vulto transferido à história não tem beleza nenhuma, nenhuma expressão emocionadora e martírio nenhum sofreu dos tribunais da Inquisição. Não se encontra através da documentação que a história conservou nada que justifique o colorido romanesco que a imaginação do povo paraibano projeta sobre a sua heroína. Branca Dias nada sofreu da inquisição, a não ser o degredo para o Brasil. As suas filhas, sim, essas foram colhidas pelas malhas da grande calamidade católica. A história desconhece as sentenças que elas tiveram do tribunal de Lisboa e até se foram presas. De uma, porém, se sabe quase tudo. É de Beatriz, a pobre corcunda que tinha o apelido da “Velha”. Esta, em 1601 foi presa e enviada para Lisboa e atirada aos cárceres do Santo Ofício. Diz a tradição que acabou os seus dias tragicamente, nas labaredas de uma fogueira inquisitorial, na capital portuguesa. Quem sabe lá se toda essa história de Branca Dias, com os cárceres da Inquisição, coma fogueira do Santo Ofício, não é embrulhada que o povo fez com o martírio da pobre corcundinha que morreu queimada? (CORRÊA, 1936, p.162.)

Aqui nesta citação há a mistura da história com a lenda. Uma complementa a outra. O que não é novidade, pois em toda a narrativa histórica está presente a fantasia. Em Branca Dias, esse hibridismo é bem característico, faz parte da formação da personagem. Esse material é a matéria prima que vai enriquecer a literatura de todos que ousaram escrever sobre a judia que viveu em Pernambuco, que aparece na Paraíba, que morreu nas labaredas da Inquisição, que teve filhos e morreu em Pernambuco, bem longe do Tribunal do Santo Ofício.

3.3 Descrição circunstanciada das oito crônicas devotadas à Branca Dias

O acadêmico José Carlos de Macedo Soares organizou, em três volumes inéditos, todas as crônicas de Viriato Corrêa publicadas no *Jornal do Brasil*. Nomeou esses volumes de *Gaveta de Sapateiro - Jornal do Brasil – Miudezas Históricas*. No primeiro volume se encontram as oito crônicas sobre Branca Dias, que serão descritas neste tópico. Dentre essas oito crônicas, a escolhida para ser analisada mais detalhadamente é a crônica “A Branca Dias da Lenda, A Branca Dias da Realidade”, pois nela a personagem surge em toda a sua ambivalência, real e lendária, mas essa análise se dará mais adiante.

Crônica n.01 – 10/10/1933 – “Branca Dias”

Neste texto, Viriato Corrêa diz que há duas Branca Dias e que ambas são uma só: a histórica e a lendária. A histórica não saiu da boca do povo; viveu em Pernambuco, para onde veio degredada pela Inquisição Portuguesa e viveu no final do século XVI em Olinda, casada com Diogo Fernandes. A lendária, que o povo criou, viveu na Paraíba, não se casou e morreu em Lisboa, nas fogueiras do Santo Ofício. Essa figura ornada pela lenda, ora viveu no final do século XVI, ora em pleno século XVIII, na capital paraibana. Contudo, a Branca Dias pernambucana, apesar de ser rigorosamente histórica, nunca deixou de ter, para o povo da região, características fantasiosas.

Crônica n. 02 – 11/10/1933 – “Os Escritores de Branca Dias”

Nesta crônica, o autor maranhense analisa como alguns escritores paraibanos trataram da personagem Branca Dias em suas obras. Viriato Corrêa diz que, para os paraibanos, Branca Dias não tem adornos de lenda. É perfeitamente histórica, e cita alguns autores que se ocuparam em estudar esta personagem. O primeiro deles se chama Ceciliano Pereira Joffley, que era erudito em história e dono de um jornal fundado por ele em 1888: *Gazeta do Sertão*. Nesse jornal, ele publicou um longo estudo sobre o vulto de Branca Dias e declarou que, historicamente, a figura de Branca Dias não pertencia aos “fatos” paraibanos. Em 1922, outro autor tratou de Branca Dias; Carlos Dias Fernandes, que escreveu a novela “O algoz de Branca Dias”, dando ao assunto uma feição romanesca. Há também o padre Nicodemus Neves, que escreveu uma monografia intitulada “A inquisição da Paraíba – O suplicio de Branca Dias”.

Apesar desses autores, para Viriato Corrêa, quem tratou mais longamente de Branca Dias foi José Joaquim de Abreu, no *Livro de Branca*, quase todo ele em versos. Para ele

Branca Dias é rigorosamente brasileira, nasceu na capital da Paraíba, no dia 15 de junho de 1734.

Segundo Viriato Corrêa, parece que foi no *Livro de Branca* que Liberato Bittencourt se baseou para traçar a biografia de Branca Dias em seu livro *Homens do Brasil*, Vol. II, Paraíba: “Paraibanos ilustres”. Mas, para Viriato Corrêa, tanto o texto de Joaquim de Abreu quanto o de Liberato Bittencourt pecam pela falta de consistência histórica.

Crônica n.03 – 12/10/1933 – “A Lenda de Branca Dias”

Aqui, Viriato Corrêa narra a lenda de Branca Dias, de acordo com o pesquisado no *Livro de Branca*, de autoria de Joaquim José de Abreu. O autor central de nosso estudo diz que os pais de Branca Dias tinham fama de serem ricos e de ocultar riquezas em seus engenhos; o de “Caixita” e o “Engenho Velho”. O povo dizia que Simão Dias, pai da nossa personagem, guardava as riquezas no porão do “Engenho Velho”. De acordo com o que foi pesquisado, Branca Dias nasceu de pais cristãos-novos, que só se aproximavam da Igreja Romana o suficiente para que a vigilância Inquisitorial contra eles não movesse perseguições. Na intimidade do lar praticavam os ritos judaicos.

Segundo Viriato Corrêa, Branca Dias, por sua graça e jovialidade, despertou no padre jesuíta desejos carnavais. Ele a perseguia de todas as formas e Branca fugia dele sempre. Mas o que despertou a ira do padre foi perceber que a jovem amava outro homem, Augusto Coutinho, um rapaz da cidade.

Crônica n.04 – 13/10/1933 – “Ainda a lenda de Branca Dias”

Viriato Corrêa continua a crônica anterior, dando seguimento ao desenrolar da vida de Branca Dias. Nesta narrativa, o cronista mostra como o padre está revoltado com o amor da jovem por Augusto, ameaçando seus pais, que ficam amedrontados. A Inquisição, no Brasil, não se instalou como nos países europeus, com a presença dos Tribunais do Santo Ofício; entretanto, desde 1591 a Santa Inquisição implantara seu domínio no Brasil, em Salvador; muitos judeus que aqui se refugiaram e muitos brasileiros nativos foram enviados para Lisboa, onde, não raro, morreriam nas fogueiras da Santa Inquisição.

Padre Bernardo, inicialmente, não pensou em denunciar Branca Dias e os pais dela, mas pensou em destruir a família da moça, para que a jovem, estando desamparada, caísse nos seus braços. Matou o pai e a mãe de Branca Dias e jogou o namorado nos subterrâneos do convento de São Francisco. Branca, nem assim, se dobrou aos desejos do padre; ao contrário,

repeliu-o violentamente, sendo amparada pela tia e por sua própria escrava, Jeronyma, que a tinha como filha.

Rejeitado, Padre Bernardo procurou as autoridades do Santo Ofício e denunciou Branca Dias, que foi levada para o Colégio dos Jesuítas até a partida de navio para o Reino. Ela morreu em Lisboa no dia 20 de março de 1760 e Augusto Coutinho morreu em março do ano seguinte, na Paraíba, nos calabouços do Convento de São Francisco.

Crônica n. 05 – 14/10/1933 – “Branca Dias e o Marido”

Nesta, Viriato Corrêa mostra um período bem difícil para as pessoas que vinham para o Brasil, na esperança de melhores dias.

Branca Dias, vista pelo lado histórico, é uma mulher de origem hebraica, que aqui chegou perseguida pela Inquisição de Lisboa; veio degredada e se instalou em Pernambuco. Viriato Corrêa diz que, para judeus e cristãos-novos, o nosso país era, ao mesmo tempo, lugar de degredo e de abrigo.

O cronista diz ainda que Diogo Fernandes veio pelo exílio da sua mulher, Branca Dias e para fugir às perseguições que em Portugal a Inquisição lhe movia, (embora pesquisas mais atualizadas tragam outros dados, diferentes destes). Acredita que os dois eram portugueses de origem israelita, e nascidos no reino, mas afirma que a época que chegaram em Pernambuco não é conhecida. Entretanto, de acordo com uma carta de Jeronymo de Albuquerque a El-rei D. João III, tratando de Diogo Fernandes, atesta que eles já haviam chegado na Colônia em 1555.

A carta conta a destruição de dois engenhos de propriedade de Diogo Fernandes, que foram destruídos pelos ataques dos índios de Igarauçu. A colônia era uma terra hostil e Branca Dias e o marido sentiram isso desde o primeiro momento em que colocaram os pés em solo pernambucano, afirma Viriato Corrêa.

Crônica n. 06 – 15/10/1933 – “A Branca Dias da Lenda, A Branca Dias da Realidade”

Nesta crônica, Viriato Corrêa traça um perfil, tanto da Branca Dias lendária quanto da Branca Dias da realidade. Para ele, a Branca Dias paraibana sai da fantasia popular; é uma criatura delicada, fina, com qualquer coisa de etéreo. Já a histórica, é rude, grosseira. Como cristã-nova e para gozar de uma vida com certa tranquilidade, precisava praticar os ritos católicos. Dentro da Igreja, resmungava blasfêmias. Esse comportamento hostil à religião

católica é conhecido por conta dos depoimentos das denúncias de Pernambuco. (Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil, pág. 56)

A pernambucana fazia serviços ásperez e com a destruição do Engenho Igarapu, tornou-se a primeira mestre-escola da colônia, recebendo alunas em sua casa para aulas de costura e lavagem de roupas.

Entre a Branca Dias da lenda e a da realidade a diferença é profunda. Uma: leve, gentil, volátil, angélica. A outra, com certeza atarracada, forte, ruidosa, braços rijos como num guindaste e capazes de derrubar um homem com um só bofetão, segundo narra Viriato Corrêa.

Crônica n. 07 - 17/10/1933 “A Filharada de Branca Dias”

O cronista traz, neste texto, os filhos e filhas de Branca Dias e Diogo Fernandes. Tiveram dez filhos, oito meninas e dois meninos. As filhas se casaram, à exceção de Beatriz, que era corcunda e tinha o apelido de “Velha”. Tinham também um filho que nasceu sem braços e escrevia com os pés.

Quando, em 1593, as autoridades do Santo Ofício se instalaram em Pernambuco, Branca Dias e seu marido já não mais existiam. Não se conhece a época do falecimento de Branca Dias. Em novembro desse mesmo ano, o Santo Ofício começou a receber denúncias contra as filhas de Branca Dias, e através dessas denúncias ficamos conhecendo a figura da pobre judia que a imaginação do povo transformou em figura lendária.

Branca Dias nada sofreu da Inquisição, a não ser o degredo para o Brasil. Já suas filhas foram colhidas pelas malhas da censura católica, mas a história desconhece as sentenças que elas tiveram do Tribunal de Lisboa e até se foram presas. Se tem notícia, porém, de Beatriz, que tinha o apelido de “Velha”. Esta foi presa e acabou seus dias tragicamente, nas labaredas de uma fogueira Inquisitorial, na capital portuguesa, segundo conta a tradição.

Crônica n. 08 – 18/10/1933 - “O Judaísmo de Branca Dias”

Nesta última crônica, Viriato Corrêa descreve o judaísmo de Branca Dias e o do marido, de acordo com os depoimentos de algumas alunas. A judia e o marido desprezavam os rituais católicos. Praticavam, rigorosamente, os preceitos do judaísmo, as cerimônias da religião do povo judeu, juntamente, com seus filhos, sempre a portas fechadas.

Conta uma vizinha de Branca Dias, Beatriz Luiz, que os santos que a judia tinha em casa eram figuras horrendas, parecidas com pacas. Maria de Almeida, viúva de Cosmo Pais,

alegou que Diogo Fernandes deu peixe aos seus trabalhadores num dia de entrudo e carne de porco na quarta-feira de cinzas. Nos seus últimos momentos de vida, negou-se a pronunciar o nome de Cristo, não atendendo ao pedido das pessoas que o assistiam em sua hora derradeira.

Esta cena foi descrita pelas testemunhas em depoimentos colhidos pelas autoridades Inquisitoriais de Pernambuco (“Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil”, pág. 56).

Todas essas crônicas históricas foram colecionadas pelo acadêmico José Carlos de Macedo Soares. Ele as doou à ABL em volumes, e foram integradas à documentação pessoal de Viriato Corrêa.

3.4 Análise e Interpretação da crônica *A Branca Dias da Lenda, A Branca Dias da Realidade*

Esta crônica foi escolhida porque reúne os dois lados da figura mítica de Branca Dias, a face lendária e a face histórica. Uma complementa a outra e as duas personagens são uma só.

A Branca Dias paraibana, produto da fantasia popular, é uma criatura delicada, fina, com qualquer coisa de eterno. As suas mãos, como que só foram feitas para tocar em flores. Os seus olhos, como que Deus lhes deu para ver as coisas imateriais. Sofre os suplícios da Inquisição, e entra e morre nas fogueiras do Santo Ofício com a doçura resignada de quem já recebeu o toque da bem-aventurança. (CORRÊA, 1936, p. 162.)

Viriato Corrêa é o primeiro escritor a tratar da figura de Branca Dias na literatura brasileira. Contudo, antes dele, outros escritores, todos nordestinos, se debruçaram sobre a judia que para o povo paraibano é real na sua lenda enquanto, para o povo pernambucano, tem toda uma história na formação das principais famílias pernambucanas, sendo a cristã-nova sua ancestral. Para o cronista maranhense, que sempre se preocupou em popularizar a história do Brasil, tratar dessa personagem trouxe à lume um período pouco discutido da história brasileira, o período do açúcar e a presença da Inquisição no nordeste do Brasil. Evaldo Cabral de Mello também aborda este período, mais especificamente a ocorrência da guerra dos mascates, na sua obra *O nome e o sangue*, momento no qual viveu Branca Dias.

A Branca Dias histórica, a da realidade terrena, essa é rude, é grosseira. Se lhe dava vontade de exprimir-se por um palavrão, não escolhia lugar para ó dizer, nem pessoas para ouvir. Como cristã-nova, a tranquilidade de sua vida exigia as práticas religiosas do catolicismo. Ela, porém, dentro da Igreja, resmungava blasfêmias. Era no momento em que, na missa, se levantava a hóstia consagrada, que as palavradas lhe saltavam da boca. Num dos depoimentos das denúncias de Pernambuco (*Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil*, pág.56.), Anna Lins conta que Branca Dias, quando via levantar a hóstia, começava a chamar de cães, não sabe a denunciante se aos padres, se ao altar ou se à hóstia. (CORRÊA, 1936, p.162.)

Viriato Corrêa ressalta, em sua crônica, os depoimentos dados por uma das alunas de Branca Dias ao Santo Ofício. Evaldo Cabral de Mello também faz alusão a depoimentos acerca de Branca Dias em seu livro *O nome e o sangue*; o historiador dedica a segunda parte do livro a ela, à sua vasta prole e descendência. “A denúncia contra Branca Dias é típica das que se fizeram contra outras marranas. Vestida de seu vestido da semana, isto é, do domingo, à sexta-feira e aos sábados, no engenho ou na vila, punha camisa lavada, toucado também lavado e o melhor traje que possuía”. (MELLO, 2009, p.165.)

Depois de Viriato Corrêa, o lado lendário de Branca Dias é lembrado na poesia memorialista de Carlos Drummond de Andrade, intitulada “Branca Dias”, musa que sofre os flagelos da inquisição por negar-se ao amor de um padre. Na obra de Gilberto Freyre: *assombrações do Recife Velho*, ela é Mãe-d’água, na lenda “No Riacho da Prata”; desta vez, ela surge como guardiã de sua prataria, que foi jogada no rio Capibaribe. Também vamos encontrar Branca Dias na obra do dramaturgo Dias Gomes, na peça *O Santo Inquirido*, que funciona como metáfora da ditadura que começava a crescer no Brasil, até culminar com o surgimento do decreto AI-5, em 1968, o mais danoso dos decretos para as artes e a cultura no Brasil. Nesta peça, Branca Dias é a jovem que morre nas labaredas da Inquisição para não perder a sua dignidade, se tornando o símbolo da voz livre, que grita contra a opressão e a liberdade, que naquele ano de 1966, estreia da peça, estava ameaçada de cerceamento.

O cronista maranhense, apesar de fazer certa distinção entre as duas Branca Dias, a lendária e a histórica, afirma em sua crônica que as duas são de fato uma só: “a que viveu em Pernambuco, apesar de rigorosamente histórica, com sua vida e família perfeitamente autênticas, nunca deixou de ter, para o elemento popular, irisações fantasiosas”. (CORRÊA, 1936, p.162))

CONCLUSÃO

Este trabalho foi extremamente esclarecedor para entender a produção de crônicas históricas de Viriato Corrêa, para tanto sendo destacada a figura de Branca Dias. Toda a pesquisa da produção de crônicas do autor maranhense foi motivada pela descoberta desta personagem, que reúne na sua formação como figura mítica, a lenda e a história, mediada pela literatura. O instigante dessa personagem está justamente na junção de lenda e história e na sua amplitude no campo literário. As crônicas históricas de Viriato Corrêa sempre destacaram figuras simbólicas, pois o cronista sempre teve em mente propagar a História do Brasil, encontrando nesse gênero a maneira ideal.

Durante todo o desenvolvimento deste trabalho, tivemos contato com a obra do historiador Evaldo Cabral de Mello, que respaldou a figura histórica de Branca Dias. Em seu livro *O nome e o sangue* podemos perceber o que representou Branca Dias para a história do Brasil e, com isso, compreender a dedicação de Viriato Corrêa a essa personagem. Ora, o cronista dedicou oito crônicas a essa personagem, indicando que outros autores antes dele já haviam pesquisado sua vida, assinalando o hibridismo da personagem. O que ele faz é apenas ressaltar o seu valor histórico e literário. A nosso ver, ela é original; pode ter sido a primeira mestre-escola pois, além de ensinar seu filho que nasceu sem os braços a escrever com os pés, também dava aulas para moças. Podemos dizer que ela foi uma mulher *avant la lettre*. Mas, acredito que Viriato Corrêa não pensou nas várias características de Branca Dias quando escreveu sobre ela; o que o impressionou foi a ambiguidade da personagem.

Mas, o vanguardismo de Branca Dias, no campo da educação, não a livrou de ser a ancestral incômoda na genealogia das principais famílias pernambucanas. Essa é a sua importância histórica: estar presente na formação de Pernambuco com sua vasta descendência, que chega até os nossos dias. Outro fator de igual relevância ilumina sua entrada na lenda; ser cristã-nova e ter vivido antes da chegada do Santo Ofício ao nordeste brasileiro, razão de todo um imaginário fabuloso que foi construído em torno de sua figura. Avançando nas pesquisas dentro das crônicas que Viriato Corrêa devotou à Branca Dias, podemos perceber que, para alguns historiadores ela nem existiu, mas para o cronista sim, ela é real e se mistura com a lendária. Mas até para Evaldo Cabral de Mello sua existência é nebulosa, pois ele diz em seu livro, “Na história e na lenda houve duas Branca Dias que não se compaginam”. (MELLO, 2009, p.81.) Até com relação ao marido Diogo Fernandes, o

historiador ressalta o seguinte: “Havendo um levante de índios destruído o engenho de Diogo, se é que ele chegou a montá-lo.” (MELLO, 2009, p.82.)

Toda a pesquisa que fizemos evidencia que a lenda e a história caminham juntas, a história trazendo no seu bojo a lenda, que no campo literário nos mostrará tal união com mais clareza. Podemos perceber o processo na obra de Carlos Drummond de Andrade, em seu poema memorialista, que traz a lenda de Branca Dias com feições históricas; no entanto, o poeta joga no colo dos leitores a questão da existência ou não da personagem. Sua presença na literatura é um confronto entre sua face histórica e a lendária. As crônicas de Viriato Corrêa seguem nessa linha e as duas Branca Dias: lendária e histórica, em sua produção literária, são uma só. Em nossa imersão na pesquisa em torno da mítica personagem, encontramos Gilberto Freyre que nos mostra outra face da rica judia, como mãe-d’água. O sociólogo nos mostra o resultado da nossa mestiçagem, transladando uma figura de origem judia, europeia, como um símbolo do folclore e do candomblé. Essa junção só foi possível por conta do uso desse instrumental poderoso, que fixa em nossa memória a lenda e a história, que se irmanam e se agigantam nesse amplo campo fértil que é a literatura.

O pioneirismo de Viriato Corrêa rendeu mais frutos, dessa vez no teatro de Dias Gomes, que vai ampliar a Branca Dias lendária. Agora, a personagem será uma representante dos que não têm voz, aparecendo a serviço da dramaturgia, para dizer o que não pode ser dito. Não é o momento para se expressar o que se sente - a ditadura se instalou no país. A judia, que na dramaturgia de Dias Gomes é paraibana, fala, através do teatro, o que todos querem dizer. Uma linguagem ficcional dentro da ficção. A personagem é a mesma que Viriato Corrêa privilegiou em suas crônicas, em sua face lendária. Nesse trabalho percorremos todo esse longo caminho para voltar ao cronista maranhense e à importância de suas crônicas. Foi possível tomar conhecimento de um período histórico que, com a ajuda de Gilberto Freyre, é assinalado como um dos mais cruéis da colonização do Brasil.

Através desse mergulho na produção cronística de Viriato Corrêa, passamos a conhecer, com maior riqueza de detalhes, a crônica, gênero jornalístico que a literatura engrandeceu. Viriato Corrêa soube aproveitá-lo muito bem, aglutinando história e lenda. Produziu muitas crônicas, que começam publicadas em jornais, mas logo passam para as páginas dos livros, que foram muitos, também. Crônicas e livros o deixaram famoso. Sua produção literária está descrita neste trabalho. Parece-nos inaceitável a historiografia literária não valorizar tão vasta obra, mas pensamos ter encontrado uma explicação para tal ausência. Sua vultosa obra está atrelada à infância, sendo ele conhecido como um escritor de literatura

infantil, didática; ainda assim, encontrou espaço para ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras. Com exceção de suas crônicas históricas, o restante de sua obra é voltado para a literatura infantil e escolar.

O que se buscou evidenciar nesse trabalho de pesquisa, com rigorosa propriedade, é que a literatura engloba lenda e história, misturando as duas e fixando na memória do povo a história com toques lendários e a lenda com toques históricos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Discurso de primavera e algumas sombras*. Rio de Janeiro. Record, 1977.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Poesia completa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1977.
- CORRÊA, Viriato. Branca Dias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1933. Gaveta de Sapateiro.
- CORRÊA, Viriato. Branca Dias. Os escritores de Branca Dias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1933. Gaveta de Sapateiro.
- CORRÊA, Viriato. Branca Dias. A lenda de Branca Dias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1933. Gaveta de Sapateiro.
- CORRÊA, Viriato. Branca Dias. Ainda a lenda de Branca Dias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1933. Gaveta de Sapateiro.
- CORRÊA, Viriato. Branca Dias. Branca Dias e o marido. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1933. Gaveta de Sapateiro.
- CORRÊA, Viriato. Branca Dias. A Branca Dias da lenda, A Branca Dias da realidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1933. Gaveta de Sapateiro.
- CORRÊA, Viriato. Branca Dias. A filharada de Branca Dias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1933. Gaveta de Sapateiro.
- CORRÊA, Viriato. Branca Dias. O judaísmo de Branca Dias. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1933. Gaveta de Sapateiro.
- CORRÊA, Viriato. Branca Dias. *Gaveta de sapateiro: miudezas históricas*. Rio de Janeiro: [s.n., 19--].
- CORRÊA, Viriato. Branca Dias. *História da nossa história*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.
- CORRÊA, Viriato. Branca Dias. *As belas histórias da história do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.
- CORRÊA, Viriato. Branca Dias. *Casa de Belchior*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.
- CORRÊA, Viriato. Branca Dias. *Curiosidades da história brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.
- FREYRE, Gilberto. *Assombrações do Recife Velho*. 6.ed. São Paulo: Global Editora, 2008.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue: uma parábola genealógica no Pernambuco colonial*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2009.

ORIÁ, Ricardo. *O Brasil contado às crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar brasileira (1934-1961)*. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2011.

PICCHIO, Luciana Stegagno. *História da literatura brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.

SOARES, Marcus Vinicius Nogueira. *A crônica brasileira do século XIX: uma breve história*. São Paulo: É realizações, 2015.

ANEXOS

Relacionamos, a seguir, os oito anexos das crônicas históricas sobre Branca Dias, que foram organizadas pelo acadêmico José Carlos de Macedo Soares, depois de escritas e publicadas por Viriato Corrêa no *Jornal do Brasil*, na coluna “Gaveta de Sapateiro”, em 1933.

ANEXO A

“BRANCA DIAS” – Esta crônica foi publicada no *Jornal do Brasil* na coluna “Gaveta de Sapateiro”, no dia 10/10/1933.

BRANCA DIAS

10/10/1933

“Leitor assíduo” tem-me, muitas vezes indagado quem foi Branca Dias. E como a falta de tempo e o acúmulo de trabalho nos tivesse feito tardar a resposta, ha poucos dias enviou-nos ele nova carta com este final: “Mande-me dizer ao menos se devo acreditar na morte trágica de Branca Dias nas fogueiras da Inquisição”.

Aí está uma resposta que não é fácil.

Não é fácil, porque existem duas Branca Dias. Uma autenticamente histórica e outra florida de lenda.

A histórica, ao tomar passagem para o outro mundo, estava no porto remançoso e pacífico de sua cama de viúva. A lendária fez a viagem para a outra vida nas santas labaredas de uma fogueira inquisitorial.

A histórica é portuguesa e viveu em Pernambuco, para onde veio degredada pela Inquisição de Lisboa. A lendária é brasileira e nascida na Paraíba do Norte.

A primeira viveu no final do século 16, em Olinda. A segunda, ora viveu no final do século 17, ora em pleno século 18 e na capital paraibana.

A que a história conhece era mulher de Diogo Fernandes e teve vasta prole e morreu velha. A fabulosa era filha de Simão Dias e de Dona Maria Alves Dias e não se casou e morreu virgem.

Dizer que há duas Branca Dias é aventurar muito. O que se acredita é que a Branca Dias que morreu nas fogueiras da Inquisição é a mesma Branca Dias que a Inquisição não matou, nem a fogo nem por qualquer outro meio.

A lógica não é predicado caracterizante da lenda. A lenda, às vezes, se desvia do caminho do bom senso e embaralha os séculos, confundindo-os e confundindo ou destacando criaturas e fatos. O fato de uma Branca ter existido no nosso primeiro século e a outra Branca ter existido século e meio ou dois séculos depois, não é razão para se dizer que elas são criaturas distintas. As duas podem ser uma só. Fatos dessa ordem são vulgares em história.

Como a figura se tornou lendária? Como se deslocou de Pernambuco para a Paraíba? Não se sabe. Só um estudo minudente e concienzoso, feito por erudito, nos poderá amanhã explicar.

Parece que as duas Branca Dias são, de fato, uma só.

A que viveu em Pernambuco, apesar de rigorosamente histórica, com a sua vida e a família perfeitamente autenticadas, nunca deixou de ter, para o elemento popular, irisações fantasiosas.

Em meados do século passado, apareceu em Pernambuco um drama, intitulado “Branca Dias dos Apipucos”. Diziam-no escrito por uma senhora, mas ninguém lhe sabia o nome. Esse drama deslocava Branca Dias do final do século 16 para a época da guerra dos Mascates que, como se sabe, rebentou na primeira dezena do século 18. A “Branca Dias dos Apipucos”, como a Branca Dias da Paraíba, sofre dramaticamente os suplícios da Inquisição.

Que existiu uma Branca Dias não tem a história dúvida nenhuma. Essa, porém, viveu no nosso primeiro século de civilização, na terra pernambucana. A outra, a da Paraíba, é lendária. Quem nos afirma isso é Rodolpho Garcia na “Introdução da Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil” (série Eduardo Prado – para melhor conhecer o Brasil). E Rodolpho Garcia é um sábio. Quando ele estuda um assunto, esgota-o, quando faz uma afirmativa é quase impossível contraditá-lo.

Viriato Corrêa

ANEXO B

“OS ESCRITORES DE BRANCA DIAS” – Esta crônica foi publicada *no Jornal do Brasil* na coluna “Gaveta de Sapateiro”, em 11/10/1933.

OS ESCRITORES DE BRANCA DIAS

11/10/1933

Para os paraibanos a figura de Branca Dias não tem adornos de lenda. É perfeitamente, histórica. Conta-se-lhe a tragédia na bela terra de Pedro Américo com grande calor de sinceridade e forte cunho de emoção.

Por lá os estudiosos mais uma vez se têm ocupado do vulto de Branca. Um desses estudiosos foi Irineu Ceciliano Pereira Joffley, que era um erudito em história, publicou na “Gazeta do Sertão”, Jornal que ele, em 1888, fundou em Campina Grande, onde fôra juiz, um longo estudo sobre o vulto de Branca Dias. Era uma concienzosa pesquisa de estudioso que se preza. E, apesar do visgo de bairrismo que existe em todo o provinciano, Joffley acabou por declarar que, historicamente, a figura de Branca Dias não pertencia aos fastos paraibanos.

Em 1922, o festejado publicista Carlos Dias Fernandes escreveu a novela “*O algoz de Branca Dias*”. Deu ao assunto, como era natural, a feição romanesca.

No mesmo ano, para o VII Congresso de Geografia reunido na capital paraibana, o Padre Nicodemus Neves escreveu uma monografia intitulada “A inquisição na Paraíba – O suplicio de Branca Dias”.

“Fez, diz Rodolpho Garcia, criterioso recenseio do assunto para concluir, sensatamente, arquivando-o no rol dos mitos”.

Mas, antes destes dois últimos escritores, em 1905, quem tratou mais longamente de Branca Dias foi José Joaquim de Abreu no “Livro de Branca”, quase todo ele em verso.

Para José Joaquim de Abreu, Branca Dias não é a portuguesa que viveu em Pernambuco e que para lá foi perseguida pela Inquisição de Lisbôa. Não é a mulher que na última metade do século XVI vivia em Olinda.

Para ele Branca Dias, é rigorosamente brasileira, rigorosamente paraibana. Nasceu na capital da Paraíba. E dá-lhe o ano e o dia do nascimento – 15 de julho de 1734.

E a minuciosidade que existe a respeito do nascimento, existe quanto à morte. O autor do “Livro de Branca” pormenoriza o lugar, a data e até a hora do suplicio de sua heroína nas labaredas da Inquisição: em Lisboa, a 20 de março de 1761, às 6 horas da tarde.

Mas o diabo é que José Joaquim de Abreu afirma tudo isso inconsistentemente, sem documentar. O seu livro pôde ser de grande valor literário. Valor histórico não tem nenhum.

Parece que foi no poeta do “Livro de Branca” que Liberato Bittencourt se firmou para traçar a biografia da “celebre heroína paraibana”, como ele a classifica. Nos seus “Homens do Brasil”, vol. II, Paraíba: “Paraibanos Ilustres” (Gomes Pereira, editor- Rio de Janeiro, 1914), conta a vida de Branca Dias.

A data do nascimento da heroína é a mesma apontada por José Joaquim de Abreu. A hora, o lugar, os motivos da morte – os mesmos.

Até na filiação (Branca Dias nascera de Simão Dias e Maria Alves Dias), não há divergência.

E o próprio autor de “Homens do Brasil” cita o poeta do “Livro de Branca” quando afirma que no envenenamento da mãe de Branca, havia o “dedo do jesuíta”.

O que de Branca Dias nos conta Liberato Bittencourt tem o mesmo pecado da narrativa de Joaquim Abreu – a falta de consistência histórica.

E que nos narra Joaquim José de Abreu? A lenda paraibana.

A lenda paraibana é belo romance de amor, um grande drama dos tempos trágicos da Inquisição. Querem os leitores reconhecê-la?

Amanhã.

Viriato Corrêa

ANEXO C

“A LENDA DE BRANCA DIAS” – Esta crônica foi publicada *no Jornal do Brasil* na coluna “Gaveta de Sapateiro” em 12/10/1933.

A LENDA DE BRANCA DIAS

12/10/1933

Na Paraíba, a figura remota de Branca Dias fulge num nimbo de lenda comovedora.

Joaquim José de Abreu, ao que parece, não fez mais do que reproduzir em verso a tradição do povo. E, por não ter tido noção da sua responsabilidade, acrescentou e pormenorizou datas que não documentou: a do nascimento e a da morte da heroína e a do falecimento daquele que lhe possuía o coração.

Nasceu Branca Dias de pais israelitas na capital paraibana, narra a lenda, e a 15 de julho de 1734, acrescenta o autor do “Livro de Branca”.

Os seus pais Simão Dias e dona Maria Alves Dias, embora não fossem opulentos, tinham haveres que lhes davam fama de ricos.

Simão ocultava riquezas nos seus engenhos. Estes eram o “Caixita” e o “Engenho Velho”, separados pelo rio Gremane. No porão do “Engenho Velho”, dizia o povo, é que ele guardava os seus tesouros.

Cristãos novos, os pais de Branca apenas se aproximavam da Igreja Romana o suficiente para que a vigilância inquisitorial contra eles não movesse as perseguições diabólicas que a história conhece. Na intimidade do lar praticavam discretamente o mosaísmo.

Filha de judeus, nascida num ambiente hostil às práticas católicas. Branca abraçou a religião de seu povo. A vida, apesar disso, lhe correria serena se ela não tivesse tido a desgraça de nascer formosa. A má sorte fez com que a sua formosura fizesse vibrar o coração de um jesuíta que a lenda apenas denomina de Padre Bernardo.

Esse padre Bernardo era uma dessas criaturas que o diabo costuma vestir de batina para desmoralizar a religião cristã. Alma dura, feroz, ferina, sombrio.

La Branca começando a desabrochar como mulher, quando ele a viu pela primeira vez. Debaixo da batina urrou-lhe o coração concupiscente como um tigre urra ao cheiro de sangue.

O seu primeiro cuidado foi chamá-la no confessionário. Branca fugiu.

O olhar daquele homem feria no fundo da sua pureza. Em cada carícia daquelas pupilas febris, ela sentia um insulto a sua virgindade. Em cada expressão que ele procurava segredar-lhe carinhosamente, sentia como um jato de lama a emporcalhar-lhe a candidez.

Ela fugia, fugia sempre.

No começo, para o Padre Bernardo, aquele ar esquivo não passava de faceirice de menina. Depois, como aquilo se repetisse e se prolongasse, foi sentindo no coração um travo de amargura. Mas tarde já não era o apaixonado melífluo que balbuciava frases de amor nos cantos da sacristia, era agora a fera enraivecida, que ameaçava prometendo uma grande desgraça.

Branca Dias era uma aurora de carne que o sol do amor começava a iluminar. Era inevitável que o seu coração batesse por alguém.

E, um dia, o Padre Bernardo teve uma surpresa apunhalante: percebeu uma troca de olhar entre a moça e Augusto Coutinho, um rapaz que vivia na cidade.

Ela, de fato, amava Augusto. Esse amor ia ser a causa de sua imensa tragédia.

Viriato Corrêa

ANEXO D

“AINDA A LENDA DE BRANCA DIAS” – Esta crônica foi publicada *no Jornal do Brasil* na coluna “Gaveta de Sapateiro” em 13/10/1933.

AINDA A LENDA DE BRANCA DIAS

13/10/1933

Continuemos hoje a lenda de Branca Dias.

O Padre Bernardo, ao perceber o amor de Branca por Augusto Coutinho, desatina-se em ameaças. Corre à casa dos pais da moça e deixa-os amedrontados com as suas palavras.

Era no tempo da Inquisição. Neste fim de mundo que era o Brasil, não havia, evidentemente, como nos outros países onde a igreja instalara os tribunais do Santo Ofício, a incrível amargura de vida que a história tristemente nos conta. O país era longínquo e muito grande para que se estabelecesse uma vigilância minuciosa e eficiente.

Mas, nem por isso, a nossa vida religiosa era tranquila. Desde 1593 que a Santa Inquisição plantara o seu domínio no Brasil. Para as fogueiras e outros suplícios inquisitoriais seguiam daqui para Lisbôa muito judeu que aqui se refugiara e muito brasileiro nativo que aqui desfrutava a liberdade de pensamento.

Naquele tempo não havia nada mais fácil do que arruinar ou desgraçar totalmente uma criatura ou uma família. Bastava uma denúncia de prática de judaísmo.

E mais fácil isso era quando o denunciante era um padre e o denunciado uma criatura de origem hebraica.

O Padre Bernardo, no começo, não pensou em denunciar Branca Dias e os pais dela. Denunciá-los era conduzi-los à fogueira e isso prejudicava a ambiciosa posse da virgem esquiva. Traçou o plano horrível: o da destruição dos pais de Branca.

Desamparada no mundo, sem ter quem lhe guardasse a pureza, a virgem, com certeza, acabaria se entregando aos seus braços apaixonados.

E Simão Dias foi lançado morto no porão do Engenho Velho. D. Maria, a esposa, durou pouco. Após a morte do marido, a paralisia travou-lhe as pernas.

O povo afirmou que era envenenamento que lhe causava a paralisia. E dias depois ela morria dolorosamente envenenada.

Branca tinha no mundo duas criaturas que a amparavam: a sua tia de nome Amavel e sua escrava Jeronyma, que lhe queria um bem de mãe. Augusto Coutinho, este nenhum amparo lhe podia dar agora: o Padre Bernardo conseguira metê-lo nos subterrâneos do Convento de S. Francisco.

O que o Padre Bernardo imaginou não se deu: Branca, órfã, não se entregou ao seu amor. Ao contrário, repeliu-o loucamente. O coração do jesuíta desvairou. Correu às autoridades do Santo Ofício e denunciou a rapariga.

Presa, Branca Dias, foi levada para o Colégio dos Jesuítas, até a partida de navio para o Reino.

Em Lisbôa o processo seguiu a sua marcha. A condenação veio finalmente. E no dia 20 de março de 1760, às 6 horas da tarde, a heroína paraibana morreu queimada nas fogueiras da Inquisição.

No suplício de Branca Dias há uma nota de alta emotividade. Jeronyma, a escrava, não quis ficar no mundo sem o afeto de sua senhora-moça.

E no momento em que as labaredas envolviam o corpo da condenada, ela se atirou a fogueira e morreu abraçada áquela que foi toda a sua ternura na vida.

Em março do ano seguinte quem morria na Paraíba, nos calabouços do Convento de S. Francisco, era Augusto Coutinho.

Viriato Corrêa

ANEXO E

“BRANCA DIAS E O MARIDO” – Esta crônica foi publicada *no Jornal do Brasil* na coluna “Gaveta de Sapateiro”, em 14/10/1933.

BRANCA DIAS E O MARIDO

14/10/1933

A lenda, com as suas vestimentas coloridas, tem o calor do sol: enfeita, ilumina e doura a tudo que toca.

A Branca Dias da tradição popular, a lendária Branca Dias dos rincões paraibanos, é toda respingada de luz e aureolada de beleza e emotividade.

A Branca Dias da realidade histórica é de um prosaísmo desolador. E quem foi ella?

Uma mulher de origem hebraica que, nos primeiros dias da capitania de Duarte Coelho, perseguida pela Inquisição de Lisbôa, veio, degredada, dar com os costados em Pernambuco.

O marido era Diogo Fernandes. Esse não chegou ao Brasil degredado, chegou fugido. Veio logo após à mulher.

Naquele tempo, as guerras inquisitoriais não se haviam estendido até a terra brasileira. Ainda não tinha sido criada a visitação do Santo Ofício às partes do Brasil, o que só se verificou na última dezena do século 16.

Para os judeus e cristãos-novos, o nosso país era ao mesmo tempo lugar de degredo e de abrigo.

Branca Dias veio exilada. Diogo Fernandes, pelo exílio da mulher e para fugir às perseguições que em Portugal a Inquisição lhe movia, aqui veio refugiar-se.

Eram portugueses? Deviam ser. De origem israelita, mas nascidos no reino, ao que parece.

A época em que chegaram a Pernambuco não é conhecida.

Mas em 1555 já lá estavam. Existe uma carta de Jeronymo de Albuquerque a el-rei D.João III, falando de Diogo Fernandes.

Eram ricos? É possível que, como bons judeus, tivessem tido haveres que os puzessem a cobertos das necessidades.

Mas, com a desgraça que a Inquisição lhes desencadeou sobre a vida, muito pouco deviam ter trazido para o Brasil.

E, se trouxeram alguma coisa, aqui, ao chegar, extinguiu-se tudo, com as hostilidades que os índios de Pernambuco de quando em quando faziam aos portugueses da capitania de Duarte Coelho.

Percebe-se isso naquela carta de Jeronymo de Albuquerque a el-rei D.João III.

Na carta, o Adão pernambucano conta a guerra com os índios de Iguaraçu. Dias cruéis, terríveis. Êle, Jeronymo, dispendeu “muita fazenda” e ficou “muito individado e pobre”, e quer que o rei lhe permita deixar o cargo que ocupa para poder refazer a sua fortuna.

E conta: “Dois engenhos se perderam ou quase tres no tempo desta guerra nos quais se fazia muitos assucares; um deles é o de “Iguaraçu” e outro de “Santiago de Olinda”, que por estar francamente provido nêle um Diogo Fernandes que o fez com outros companheiros de Vianna, por ser gente pobre mandei recolher a esta villa (Olinda), por achar que não tinha escravaria, armas, nem artilheria com que se pudessem defender, no qual tempo os índios o queimaram e roubaram, pelo que este engenho ficou deserto e se tivera cem peças de escravos não se despovoaria.

Naquêles primeiros dias, o Brasil não era para ninguém a terra da promessa, nem o país da árvore das patacas. A natureza estava na plenitude de sua rusticidade e era agressiva e a todo mundo recebia hostilmente.

As hostilidades naturais da terra selvagem vão ao encontro de Diogo Fernandes e Branca Dias logo que eles põem os pés no sólo pernambucano. Mal começam a erguer o pobre engenho de “Iguaraçu” os gentios o queimam e o arrasam.

Viriato Corrêa.

ANEXO F

“A BRANCA DIAS DA LENDA, A BRANCA DIAS DA REALIDADE” – Esta crônica foi publicada no *Jornal do Brasil* na coluna “Gaveta de Sapateiro” em 15/10/1933.

A BRANCA DIAS DA LENDA, A BRANCA DIAS DA REALIDADE

15/10/1933

A guerra dos índios de Iguaraçu arrasou completamente os haveres do marido de Branca Dias. A família ficou reduzida a penúria.

Quem narra isso é Jerônimo de Albuquerque naquela carta que, em agosto de 1555 escreveu a el rei D. João III. Eis o trecho da carta:

“Soube do dito Diogo Fernandes que um Bento Rodrigues, morador nesta cidade, (Olinda), que tem arrendado o trato de gyne (Guiné) folgaria de povoar os dito dois engenhos em Santiago de Olinda, se Vossa Alteza o mandasse chamar e nisso lhe falasse, que fazendo-se era cousa de muito seu serviço e augmento da terra e seguridade della, que em dois engenhos se ajuntariam, quatrocentas pessoas de guerra, entrando alguns moradores com escravaria, que se a elles iriam viver com a obrigação de lhes fazerem algumas cunhas para seu sustentamento. Folgue Vossa Alteza de favorecer nisto o dito Diogo Fernandes, que está muito pobre, com seis ou sete filhas e dois filhos, sem ter com que os possa manter pela dita perda que recebeu, e elle é homem que para negociar os ditos engenhos outro mais sufficiente na terra que elle não se achará, e que com menos dinheiro e tempo isto acabe e ponha no estado que cumpre, dando-lhe um quinhão com que elle soia ter no dito engenho...”

Vejam os senhores leitores a ação miraculosa da lenda.

A Branca Dias paraibana, produto da fantasia popular, é uma criatura delicada, fina com qualquer coisa de etereo. As suas mãos, como que só foram feitas para tocar em flores. Os seus olhos, como que Deus lhes deu para ver as coisas imateriais. Sofre os suplícios da Inquisição, e entra e morre nas fogueiras do Santo Ofício com a doçura resignada de quem já recebeu o toque da bem-aventurança.

A Branca Dias histórica, a da realidade terrena, essa é rude, é grosseira. Se lhe dava vontade de exprimir-se por um palavrão, não escolhia lugar para o dizer, nem pessoas para o ouvir.

Como cristã-nova, a tranquilidade de sua vida exigia as práticas religiosas do catolicismo. Ela, porém, dentro da Igreja, resmungava blasfêmias. Era no momento em que, na missa, se levantava a hóstia consagrada, que as palavradas lhe saltavam da boca.

Num dos depoimentos das denúncias de Pernambuco (Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil, pág.56), Anna Lins conta que Branca Dias, quando via levantar a hóstia, começava a chamar de cães, não sabe a denunciante se aos padres, se ao altar ou se à hóstia.

Era de serviços ásperos que Branca Dias se ocupava. Com o desastre do engenho “Iguaraçu”, ela, para ganhar a vida, tornou-se costureira e lavadeira.

E, na sua casa à rua do Palhaes, em Olinda, recebia meninas como pensionistas para ensiná-las a coser e a lavar.

Ao que parece, não era a primeira vez que Branca Dias lidava com a agulha e com as roupas sujas.

Ela recebia alunas, dizem os documentos. Era sinal de que conhecia de muito tempo aqueles misteres, e conhecia-os a ponto de poder ensiná-los a meninas.

Entre Branca Dias da lenda e a da realidade, a diferença é profunda.

Uma leve, gentil, volátil, angélica. A outra, com certeza, atarracada, forte, ruidosa, braços rijos, como num guindaste e capazes de derribar um homem com um só bofetão.

Viriato Corrêa.

ANEXO G

“A FILHARADA DE BRANCA DIAS” – Esta crônica foi publicada *no Jornal do Brasil* na coluna “Gaveta de Sapateiro”, em 17/10/1933.

A FILHARADA DE BRANCA DIAS

17/10/1933

Quando Branca Dias e o marido se transportaram de Portugal para Pernambuco, parece que já tinham toda a prole que a história registra.

Em 1555, Jeronymo de Albuquerque, na carta escrita a el-rei, D. João III, dava-lhes seis ou sete filhas e dois filhos.

O engano de Jeronymo é pequenino: as filhas eram oito e não sete. E, é bem possível que não tivesse sido engano; a última podia ter nascido após o ano em que o “Adão” pernambucano escreveu ao rei de Portugal.

A filharada de Branca Dias, era exatamente a seguinte: Ignez Fernandes, Violante Fernandes, Guiomar Fernandes, Beatriz Fernandes, Isabel Fernandes, Felippa da Paz, Andreza Jorge e Anna, um filho de nome Jorge Dias da Paz e outro sem braços e que escrevia com o pé, mas que não tem o nome registrado pela história.

Não foram só os nomes das filhas de Branca Dias que a história conseguiu conservar, mas também os nomes dos maridos de cada uma delas.

Ignez era casada com Balthazar Leitão, Violante com João Pereira, Guiomar com Francisco Frazão, Isabel com Bastião Coelho, Felippa com Pero da Costa, Andreza Jorge com Fernão de Souza e Anna com outro Diogo Fernandes.

Beatriz que tinha o apelido de “Velha”, era corcunda e não se casou. Bastião Coelho, marido de Isabel, tinha a alcunha de “Bôas Noites”.

Quando as autoridades do Santo Ofício, em 1593, se instalaram em Pernambuco, Branca Dias e o seu marido já não existiam.

Diogo Fernandes havia dez anos que estava morto. De Branca não se conhece a época do falecimento, mas este se deu com certeza pelo menos, dois nãos antes da inquisição iniciar os seus trabalhos em Olinda.

Em novembro do mesmo ano de instalação, o Santo Ofício começa a receber denúncia contra as filhas de Branca Dias. É através dessas denúncias que se conhece a figura da pobre judia que a imaginação desenfreada do povo transformou em heroína fulgurante.

Algumas das raparigas que na rua do Palhaes receberam de Branca Dias lições de costura e lavagem de roupa, figuram como testemunhas nos processos. São elas e mais outras pessoas de Olinda que transferem à história o vulto de Branca.

E o que é curioso em tudo isso é que o vulto transferido à história não tem beleza nenhuma, nenhuma expressão emocionadora e martírio nenhum sofreu dos tribunais da Inquisição.

Não se encontra através da documentação que a história conservou nada que justifique o colorido romanesco que a imaginação do povo paraibano projeta sobre sua heroína.

Branca Dias nada sofreu da Inquisição a não ser o degredo para o Brasil. As suas filhas, sim, essas foram colhidas pelas malhas da grande calamidade católica.

A história desconhece as sentenças que elas tiveram do tribunal de Lisboa e até se foram presas.

De uma, porém, se sabe quase tudo. É de Beatriz, a pobre corcunda que tinha o apelido de “Velha”.

Essa em 1601, foi presa e enviada para Lisbôa e atirada aos cárceres do Santo Ofício. Diz a tradição que acabou os seus dias tragicamente, nas labaredas de uma fogueira inquisitorial, na capital portuguesa.

Viriato Corrêa

ANEXO H

“O JUDAÍSMO DE BRANCA DIAS” – Esta crônica foi publicada *no Jornal do Brasil* na coluna “Gaveta de Sapateiro”, em 18/10/1933.

O JUDAÍSMO DE BRANCA DIAS

18/10/1933

Branca Dias e o marido morreram judeus.

Eram cristãos novos e, portanto, batizados na Igreja Romana. Mas isso apenas para se resguardarem das vexações da Igreja.

Portas a dentro – judaisantes integrais.

Branca, como aqui já narrámos, ao assistir no sacrifício da missa o padre levantar a hóstia, começava a resmungar palavradas. Assim conta Anna Lins que, na Casa de Branca, algum tempo passou aprendendo a coser e lavar.

E não se satisfazia em murmurar blasfêmias no templo católico o seu ódio de judia. Os santos que tinha em casa, conta a sua vizinha Beatriz Luiz, eram figuras horrendas parecidas com pacas.

Os preceitos do judaísmo, as cerimônias da religião do seu povo, ela, o marido e as filhas praticavam-no rigorosamente, de portas fechadas, como faziam na época os israelitas.

Aos sábados não se trabalhava na casa da rua dos Palhaes, em Olinda. Branca nem ao menos a roca pegava para a fiar.

Vestiam-se as melhores roupas. Tudo limpo espanado. Nos candieiros, naqueles dias reluzentes – torcidas novas. As meninas que aprendiam a coser eram mandadas para o recreio, no quintal. Sobre a cama da dona da casa, o dia inteiro figurava uma cabeça de touro.

O judaísmo de Branca não era mais intransigente que o de Diogo Fernandes, seu marido.

Estivesse Diogo ainda vivo quando o Santo Ofício se instalou em Pernambuco, e ele não teria morrido na cama, de morte natural. Seriam, de certo, as labaredas de uma fogueira da Inquisição que consumiriam a sua vida.

Porque Diogo Fernandes muito fez para merecer uma fogueira, pois por muito menos os inquisidores mandavam matar.

Diogo Fernandes, ao que disse Maria de Almeida, viúva de Cosmo Pais, cometeu este pecado que a Inquisição punia com línguas de fogo: - deu peixe aos seus trabalhadores num dia de entrudo e carne de porco na quarta-feira de cinzas.

Era um bichão teimoso o marido de Branca Dias. Nem mesmo à hora da morte o seu coração cristianizou. Os seus últimos momentos são contados nos depoimentos colhidos pelas autoridades inquisitoriais de Pernambuco. (“Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil”)

Estavam presentes, entre outras pessoas, João Braz e D. Brites de Albuquerque, a capitã, viúva de D. Duarte Coelho, o primeiro donatário de Pernambuco.

A cena está bem descrita pelas testemunhas. Diogo agoniza. João Braz põe-lhe o crucifixo diante dos olhos e pede-lhe que chame pelo nome de Jesus. Ele fecha a boca e não atende. A capitã abeira-se da cama e, como João Braz, roga-lhe que pronuncie o nome de Cristo. Diogo a cada vez que ela lhe fazia o pedido, “Virava sempre o focinho” e não nomeava a palavra Jesus.

Aí tem o “Leitor Assíduo” o que, historicamente, existe sobre Branca Dias. Virgem puríssima, figura etérea, santificada pelos martírios das labaredas de uma fogueira da Inquisição? Nada disso. Uma lavadeira atarracada, com um punhado de filhos, e que morreu tranquilamente na sua cama.

“O sol – diz Flaubert- põe tons de ouro nos monturos”. A lenda é o sol das idades: ilumina e doira a vulgaridade das criaturas e dos fatos do passado.

Consegue até dar coloração de beleza a uma figura como a mulher de Diogo Fernandes.